

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIST)

ENGENHO CENTRAL DE PINDARÉ: memória e educação patrimonial

LINDALVA DOS SANTOS CORREA

São Luís/MA
2021

LINDALVA DOS SANTOS CORREA

ENGENHO CENTRAL DE PINDARÉ: memória e educação patrimonial.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História da Universidade Estadual do
Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva

São Luís / MA
2021

Corrêa, Lindalva dos Santos.

Engenho Central de Pindaré: memória e educação patrimonial/ Lindalva dos Santos Corrêa. – São Luís, 2021.

136 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientador: Prof. Dr Fábio Henrique Monteiro Silva.

1. Ensino de História. 2. Engenho Central de Pindaré. 3 Memória. 4. Educação Patrimonial. I. Título.

CDU 37:351.71(812.1)

Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837

LINDALVA DOS SANTOS CORRÊA

ENGENHO CENTRAL DE PINDARÉ: memória e educação patrimonial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva

Aprovada em: 22 /07/2021

BANCA AVALIADORA



Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (orientador)
(PPGHIST/UEMA)



Profa. Dra. Adriana Maria de Sousa Zierck (arguidora)
(PPGHIST/UEMA)



Profa. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo (arguidora)
(PROFHISTORIA/UFMA)

Prof. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

Engenho Central de Pindaré... Lugar que pulsa a vida e memória daqueles que viveram e vivem a escrever tua História.

Lindalva Corrêa

Dedicação a todos àqueles que mesmo não estando aos olhos do reconhecimento dos registros oficiais, estiveram e continuam a “guarnicê” a representatividade do Engenho Central-ícone que compõe a formação identitária do povo pindareense. Especialmente *in memória* Euzamar Medeiros, exemplo de bravura e amor pela cultura. Aqui está um recorte da memória coletiva local ativa, fruto de uma “utopia” fora do papel, um sonho realizado.

AGRADECIMENTO

A Deus, por me conceder a graça de usufruir com fé, a força da Resiliência e discernimento diariamente.

À coordenação do Programa de Pós- Graduação em História UEMA, em especial à professora Ana Livia, pelo profissionalismo e postura empática, obrigada pela oportunidade de vivência.

Às professoras que estiveram na banca examinadora, professora Júlia Constança e Adriana Zierer, obrigada pelas sugestões que contribuíram para o amadurecimento desta pesquisa.

Aos professores do Mestrado que também estiveram na minha de graduação (Ana Livia, Helidacy Corrêa, Alan Kardec Filho, Elizabeth Abrantes,) obrigada pelo acompanhamento e experiência compartilhada.

Ao meu nobre orientador Fábio Henrique, que desde a primeira disciplina “Memória” esteve solícito, humanamente profissional, apesar de todos os entraves que indicavam minha desistência, me deu credibilidade e confiança, minha gratidão professor, obrigada por tudo “LindaPinda” continuará resiliente ao alcance dos objetivos que estão por vir.

Aos meus colegas de turma da graduação História licenciatura *Campus Santa Inês* ainda em curso, em especial à Sandra Maria pelo apoio de sempre e Mariane Lira, companheiras que compõe o trio para as atividades mesmo quando eu não estava presente me ajudaram, agradeço também à Shirley Sales “a curica do meu coração” uma amiga que sempre me fez acreditar na inspiração e confiança de dias melhores. Jaqueline Oliveira, mesmo fora da sala de aula sempre esteve do meu lado, minha gratidão a você “miga” pelas orações.

Aos meus companheiros do Mestrado, pelos desafios e alegrias compartilhadas, em especial “quarteto mestre” Patrícia Santos, Carla Miranda e Antônio Lemos, depois do meu orientador, foi quem esteve comigo diariamente, amigo mais chegado que irmão, não tenho palavras pra agradecer o que fez por mim.

Aos meus amigos que quando tudo parecia perdido, permaneceram ao meu lado, cada um em sua singularidade transmitiu força e ajuda sem restrição-Rafael Borba, Jardene Borges, Márcia Roberta, Rute Ferreira, João Júnior, Wanderley Silva, Arlene

Garcês, Jozi Melo, Rafaela Soares, Dr. Joudelys Andrade, Welson Macedo, James Oliveira, Wagner Rodrigues, Miguel Neto, obrigada!

Aos colaboradores da pesquisa, que se dispuseram a enriquecer o diferencial desta, principalmente pela lembrança das suas vivências dando brilho à memória coletiva- Euzamar Medeiros, *em saudososa memória* minha eterna gratidão por todo conhecimento compartilhado, seu legado está registrado. Miguel Sousa, Márcio Prazeres, Márcio Marinho, Pedro Amorim Aquino, Carlos Becão, William Júnior e Portal Pindaré, Edilson Brito, Reinado Medeiros, Engenheiro Guilherme Almeida, Macielma Torres, Amélia Cunha, Kátia Boguea, foram fundamentais ao expressar cada detalhe de suas experiências em prol do Engenho Central. Valmir Trindade, obrigada por socializar tua experiência tanto na posição de um dos gestores, quanto no compartilhamento de documentos aqui apresentados, esta conquista também é tua.

Aos meus colegas de trabalho, em especial, Sandra Moreira e Valdenilton Sales, obrigada pelo apoio e compreensão durante todo esse percurso.

Nice, Iris, Izaele, Ângela Soares, Poliana Marques, dona Fátima. Obrigada pelos cuidados e acolhimento cedido em São Luís.

Aos meus professores que estiveram comigo na Educação básica, Maria do Bom Parto e Paulo dos Santos Filho, de vocês, guardo a essência da minha inspiração.

À minha família (pais, irmãos/irmãs, sobrinhos/sobrinhas, cunhados/cunhadas, tias, primas, avó) obrigada por me ensinar que os desafios nos fortalece. Gratidão aos meus sobrinhos Ruan Felipe Corrêa e Ronald Werlison que incansavelmente não mediram esforços para me ajudar, dedico também essa pesquisa a vocês.

Aos pesquisadores, que são referências em estudos voltados ao Patrimônio e Educação Patrimonial no Brasil, Àtila Tolentino, Sônia Florêncio Rampim. Obrigada pelas devolutivas de correspondências, apoio e disponibilização de materiais. Maria Zenaide, Ramsés de Souza, obrigada pela socialização de informações.

A todos que direto ou indiretamente externaram expressões de apoio ou mesmo de dúvidas, para a realização desta pesquisa.

À esta Universidade, que carrego no peito a honra em dizer “Orgulho de Ser UEMA”.

RESUMO

Desenvolver trabalhos que abrange a temática memória, requer uma interação e um significado pra os envolvidos, no campo do Ensino de história, tem-se uma abertura para trabalhar e sugerir a Educação Patrimonial, como uma possibilidade metodológica para o ensino, metodologias como esta, são fundamentais para a construção da identidade social do individuo por possibilitar a percepção dele como sujeito e agente da História ao identificar as relações de diferentes espaços. É importante conhecer suas próprias raízes, para que sejam fortalecidos elos entre o indivíduo e o seu legado, o que reside no fato de que quanto maior o conhecimento de si mesmo e de seu passado (individual e de grupo) maior é o sentimento de pertença do homem ao seu meio e, conseqüentemente, mais forte é a sua personalidade. **“ENGENHO CENTRAL DE PINDARÉ: memória e educação patrimonial”** tem por finalidade apresentar a relevância do Engenho Central enquanto lugar de memória localizado no município de Pindaré-Mirim e o seu processo de patrimonialização para o ensino da educação patrimonial. Caracterizou-se como uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo de campo, com observação da cultura material representada na arquitetura do Engenho Central. Norteou-se ainda em torno de reflexões levantadas ao longo do período de observação e manifestações local em prol à revitalização do Engenho. A base teórica está organizada em abordagens pautadas na memória coletiva, ensino de história e educação patrimonial com ênfase nos desafios e perspectivas, também, da Educação Patrimonial e conceitos básicos norteadores para sua prática. Além da dissertação, como resultado desta pesquisa e em fase pioneira, foi confeccionado, um produto educacional com o objetivo central de propor orientações a professores do Ensino Fundamental, nível II, de modo a estimular estudantes a ampliarem de maneira favorável a percepção de Patrimônio Cultural, tendo como objeto de investigação o Conjunto arquitetônico e Cultural-Engenho Central de Pindaré, na perspectiva da Educação Patrimonial como uma possibilidade metodológica para o Ensino de História e um diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, entendido também instrumento propício a ser explorado na construção do conhecimento histórico e disseminação da historiografia maranhense.

Palavras-chave: Ensino de História, Engenho Central de Pindaré, Memória, Educação Patrimonial.

ABSTRACT

Developing works that cover the theme of memory, requires interaction and meaning for those involved, in the field of History Teaching, there is an opening to work and suggest Heritage Education, as a methodological possibility for teaching, methodologies like this, they are fundamental for the construction of the individual's social identity, as they enable the perception of him as a subject and agent of History by identifying the relationships of different spaces. It is important to know your own roots, so that links between the individual and their legacy are strengthened, which lies in the fact that the greater the knowledge of oneself and of their past (individual and group), the greater the feeling of belonging from man to his environment and, consequently, stronger is his personality. "ENGENHO CENTRAL DE PINDARÉ: memory and heritage education" aims to present the relevance of Engenho Central as a place of memory located in the municipality of Pindaré-Mirim and its heritage process for teaching heritage education. It is characterized as a qualitative approach, developed through a field study, with observation of the material culture represented in the architecture of Engenho Central. It is also guided by reflections raised during the observation period and local manifestations in favor of the revitalization of the Engenho. The theoretical basis is organized in approaches based on collective memory, history teaching and heritage education with an emphasis on the challenges and perspectives, also, of Heritage Education and basic guiding concepts for its practice. In addition to the dissertation, as a result of this research and in a pioneering phase, an educational product was made with the main objective of proposing guidelines to elementary school teachers, level II, in order to encourage students to favorably expand the perception of Cultural Heritage, having as object of investigation the Architectural and Cultural Complex-Engenho Central de Pindaré, in the perspective of Heritage Education as a methodological possibility for the Teaching of History and an interdisciplinary dialogue with other areas of knowledge, also understood as a propitious instrument to be explored in the construction of historical knowledge and dissemination of historiography from Maranhão.

Keywords: History Teaching, Central Engenho Pindaré, Memory, Heritage Education.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01- Vista aérea da cidade de Pindaré.....	30
Imagem 02- Margem direita do Rio Pindaré.....	32
Imagem 03- Vista Frontal do Engenho Central.....	39
Imagem 04- Vista do fundo do Engenho Central, período fabril.....	50
Imagem 05- Rio Pindaré e o Engenho Central.....	52
Imagem 06- Vista lateral direita do Engenho Central.....	58
Imagem 07- Representantes da Associação Amigos do Engenho, acompanhando uma vistoria técnica/ Dançarinos do Boi do Engenho.....	60
Imagem 08- Ação “Abraço ao Engenho”.....	62
Imagem 09 - Ação de limpeza- retirada de entulhos da área interna do Engenho Central	63
Imagem10- Comissão Vida ao Engenho em audiência com representantes do Iphan....	65
Imagem11-Tunel do Engenho Central.....	67
Imagem 12- Arte de divulgação- ação Vida ao Engenho.....	70
Imagem 13- Estudantes em caminhadas de sensibilização pela valorização monumento.....	72
Imagem14-Engenheiro Guilherme Almeida em vistoria da chaminé do Engenho.....	73
Imagem 15- Kátia Bogéa e representantes municipal na inauguração da Casa de Cultura Engenho Central.....	75
Imagem 16- Card- Evento Crianças no Engenho.....	83
Imagem 17- Card- Evento Mês da Mulher.....	85
Imagem 18- Capa ilustrativa do Produto Educacional.....	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. MEMÓRIAS.....	26
1.1 Pindaré- Mirim nas opulências da memória coletiva.....	29
1.2 Cidade e Monumento: uma relação identitária para além da perspectiva material.....	37
2. ENGENHO CENTRAL DE PINDARÉ: memória e educação patrimonial.....	46
2.1 Engenho Central de Pindaré nas linhas da lembrança e do esquecimento do seu período fabril.....	49
2.2. Pontos e contrapontos a partir do declínio ao processo de revitalização.....	56
2.3 Engenho Central de Pindaré: um lugar de memória coletiva e formador de identidade cultural.....	76
3. ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	88
3.1 Ensino de História: desafios e perspectivas.....	87
3.2 Educação patrimonial: conceitos norteadores para sua prática.....	97
3.3 Educação patrimonial e políticas públicas de inserção: uma breve abordagem....	107
3.4 Paradidático e suporte tecnológico via QR code, contribuições na aprendizagem para o Ensino de História.....	116
4. FEITURA DO PRODUTO EDUCACIONAL - ENGENHO DE ANZOL PEQUENO: lugar de memória e educação patrimonial.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERENCIAS.....	126

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos várias abordagens em diferentes campos do conhecimento vem ganhando espaço para discussões, assim sendo, no campo do Ensino de história, tem-se uma abertura para trabalhar e sugerir a Educação Patrimonial, como uma possibilidade metodológica para o Ensino de História, uma vez que, metodologias como esta, são fundamentais para a construção da identidade social do indivíduo por possibilitar a percepção dele como sujeito e agente da História ao identificar as relações de diferentes espaços. Tal contextualização nos permite enfatizar que a cultura é marcada por fatores que ao longo do tempo constrói hábitos e costumes além de pontos estruturais arquitetônicos que podem manter-se em uma continuidade de funcionamento ou não, mas que de alguma maneira fixam marcas de identidade para um determinado povo.

O pesquisador Candau (2012) argumenta que “não há identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento) que memória e identidade se mantêm em um diálogo de enriquecimento da História com outras dimensões do conhecimento”, destaca ainda que ao mesmo tempo em que a memória nos modela, é também por nós modelada. O que o que reafirma a importância pela compreensão desse campo de estudo que mutuamente se apoiam uma na outra para produzir trajetória de vida, uma história, uma narrativa.

O processo ensino e aprendizagem em História traz uma orientação dimensionada para uma leitura ação contextualizada do passado a partir da evidência fornecida pelas múltiplas fontes. É sabido que a História não trata de certezas sobre um passado considerado fixo até que novos fatos sejam descobertos; existem construções historiográficas diferentes, por vezes a responder a perguntas muito próximas, mas com enfoques diferentes de modo a citar, a capacidade de pensar e argumentar sobre a ação dos sujeitos se desenvolve mediante a utilização de fontes e objetos mediadores, como identidade, temporalidade e capacidade de refletir sobre as mudanças e permanências no Ensino de História.

A historiografia é vista como um lugar de memória, pois dentro do seu processo de produção estão fotografias, momentos lembrado pelo povo que descrevem em suas lembranças de um determinado momento, as recordações humana fomenta a história oral dentro de um aspecto relevante a ser considerado transcrito para historiografia no sentido da sua amplitude de memórias estando aberto a novos discursos

incorporados que já se viveu. Assim, a memória se coloca como uma construção de modo a se compreender como também como desafio da historiografia do presente.

Memória, na sua designação mais habitual, vulgar e cotidiana, corresponde muito habitualmente a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, ou aquilo que um indivíduo representa como passado. Há ainda uma significação vulgar que remete à Memória a uma categoria estática relacionada à imagem de depósito de dados. Sobre memória Pierre Nora argumenta que “A memória é a vida”. (NORA, 1984, p.19).

Em referência à historiografia maranhense, Borralho (2004) destaca que há algum tempo clássicos que passaram a ser leitura oficial e obrigatória enquanto interpretação oficial da história do Maranhão. Enquanto “clássico” tomamos empréstimo a Ítalo Calvino sobre a questão, quando explana que: “os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual (CALVINO, 1993. p. 11).

A importância de conhecer suas próprias raízes, fortalecendo os elos entre o indivíduo e o seu legado reside no fato de que quanto maior o conhecimento de si mesmo e de seu passado (individual e de grupo) maior é o sentimento de pertença do homem ao seu meio e, conseqüentemente, mais forte é a sua personalidade. A partir deste reconhecimento o homem está, portanto, ciente de quem é de qual o seu papel na sociedade.

A dinamicidade da cultura se encontra na capacidade que esta possui de acompanhar os fluxos e demandas da sociedade absorvendo os aspectos pertencentes a outras sociedades, através de aproximações diversas, como uma guerra ou uma aliança, ou mesmo resistindo a interferências externas, a partir de diferentes mecanismos, mantendo, dessa forma, sua estrutura histórica e cultural essencial. Quando uma comunidade é reconhecida por um determinado elemento cultural historicamente construído e, ao mesmo tempo, se reconhece nele, criando laços de identidade e pertencimento, ocorrem às condições propícias para considerar tal elemento como patrimônio histórico e cultural.

A noção de patrimônio está relacionada à herança, à propriedade de bens materiais ou imateriais. A sua existência pode ocorrer em diferentes escalas: entre duas pessoas, dentro de uma mesma família ou no decorrer do tempo em uma sociedade. O legado que é transmitido de uma geração para outra adquire determinado valor dentro da

comunidade se o mesmo estiver relacionado às raízes ou à essência desta. Cada grupo atribui diferentes significados e valores aos diversos aspectos vivenciados, ou não, no dia a dia.

O patrimônio histórico e cultural, tanto material como imaterial, é capaz de transmitir a quem o recebe uma série de aspectos pertencentes a geração passada, como costumes, danças, técnicas, entre outros. Segundo Souza (2016) O patrimônio material, voltado para os testemunhos físicos do passado; e o patrimônio imaterial, voltado para os testemunhos do passado cuja importância não estaria na dimensão física, mas nos saberes, tradições orais, modos de fazer, ritos, entre outros. Para Gonçalves (2009), a proposta de estudar o patrimônio imaterial existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e transformações. O “patrimônio cultural imaterial”, assim definido, se manifesta em particular, segundo essa mesma Convenção, nos seguintes campos: as tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; expressões artísticas; práticas sociais; conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; técnicas artesanais tradicionais, rituais e atos festivos.

A economia açucareira teve forte influência na formação territorial de todo o Brasil, sobretudo na atual região Nordeste, pois, foi através do açúcar que os europeus puderam fundamentar as bases da ocupação efetiva no Brasil. A riqueza gerada por sua fabricação e comercialização permitiu que a colônia alcançasse grande desenvolvimento em todas as suas dimensões.

O engenho de açúcar consistiu na primeira forma de produção industrial do Brasil. Aqui foi introduzido um sistema já conhecido pelos portugueses, que possuía uma lógica produtiva bastante rígida e integrada, onde cada etapa da fabricação estava interligada às outras, e todas eram rigorosamente acompanhadas pelos funcionários especializados, como o mestre de açúcar e o mestre purgador.

Criado pela Lei 1.052, de 10 de abril inicialmente com o nome de São Pedro, Pindaré-Mirim já foi considerado o 5º maior município do Maranhão, está localizada à margem direita do Rio Pindaré, foi desmembrado do município de Monção, que cedeu quase a metade de sua área. Em 1959 Pindaré-Mirim tinha 14.975 quilômetros quadrados (km²) tornou-se município cidade-mãe de diversos municípios e cidades tais como: Santa Inês, Santa Luzia, Tufilândia, Bom Jardim.

O Engenho pertencia à Companhia Progresso Agrícola, instalada em 1876 e que foi responsável por grandes transformações socioeconômicas em Pindaré-Mirim e em toda a região até 1915, quando a Companhia entrou em declínio, sobretudo por causa dos altos juros bancários, falta de matéria-prima e de mão-de-obra especializada. No final do século XIX na época de seu funcionamento, com a produção de açúcar, foi fonte de renda e uns dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento da cidade.

O prédio sede do Engenho Central São Pedro foi inaugurado em 16 de agosto de 1884. Possui forma retangular medindo 1,8 mil m² de área construída em três pavimentos, com paredes externas em alvenaria aparente de tijolos maciços, tendo agregado em sua parte externa posterior uma chaminé com a altura de cem pés ingleses, cerca de 30 metros. A estrutura do telhado foi confeccionada com ferro, sustentada por 44 colunas do mesmo material, coberta com telhas onduladas de zinco. Toda a estrutura metálica, o maquinário e a aparelhagem foram fornecidos pela firma inglesa Fawcett, Preston & Cia, de Liverpool, que providenciou, com sua equipe de engenheiros, mecânicos, operários e pedreiro, a construção do Engenho e da via férrea para transporte da cana.

Foi a partir da instalação do Engenho Central que Pindaré-Mirim ganhou destaque no Maranhão e veio a se tornar cidade mais tarde. A contribuição do Engenho Central para a construção cultural de Pindaré Mirim ainda visível, mesmo não tendo prosperado no plano econômico. Conforme escritos da paróquia não publicados sobre o histórico do festejo de São Pedro Apóstolo, diz – se que, a tradição da homenagem ao santo, remonta a época em que os homens que trabalhavam na construção do Engenho Central encontraram uma pequena imagem de São Pedro e deduziram que era dos jesuítas, logo o santo foi nomeado de padroeiro da vila fazendo com que o Pedro, que permanece até hoje, é o santo e não o imperador.

Os mais velhos daquela localidade contam que foram os moradores da época que ergueram uma casa de palha e iniciaram os festejos no mês de junho. Conforme os escritos da paróquia, a veneração pelo Santo aumentou levando os moradores a erguerem a capela de alvenaria. Construção feita ainda quando os técnicos ingleses, responsáveis pela construção da fábrica de açúcar, estavam por aqui e ajudaram, por serem católicos, com a construção da torre da sacristia. O fim das atividades deu-se, pelo fato das dívidas terem se acumulado e de não quererem dividir lucros com os fornecedores de cana de açúcar, portanto os fornecedores deixaram de fornecer as matérias primas para a produção

e o engenho ficou sem capital para pagar as dívidas, depois virou um monumento histórico.

Com o passar do tempo o engenho foi se deteriorando e com alguns pontos já comprometendo a estrutura. Além desse desgaste do tempo, ele está sendo usado com depósito de lixo e propagandas publicitárias e garagem.

Após várias manifestações passivas como forma de pedir ao poder público o local, uma mediação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pela restauração do prédio tombado em 1998, foi possível alguns reparos que resultaram ao processo de revitalização do engenho, inicialmente com o projeto de ser um Centro Vocacional Tecnológico (CVT).

O imóvel passou por uma série de adaptações com o objetivo de abrigar o Centro tal proposta não foi adiante segundo os administradores a ideia precisara ser repensada, que teria cursos e oficinas na área de cultura, voltados para confecção de instrumentos, vestimentas, entre outros elementos do Bumba meu boi. Foi construído um auditório com 154 lugares, biblioteca, salas de aula e laboratórios. Também foi planejada uma área central livre destinada a eventos e outros espaços necessários às atividades complementares.

A obra de restauração e adaptação do Engenho Central São Pedro, foi executada em duas etapas. A primeira, de responsabilidade do Iphan, compreendeu a contratação do projeto de restauração arquitetônica e projetos complementares de engenharia no valor de R\$ 150 mil, bem como o investimento de aproximadamente R\$ 4,4 milhões na execução dos serviços de restauração dos elementos estruturais da edificação (alvenarias em tijolo maciço, estruturas metálicas, cobertura, chaminé, esquadrias); urbanização do terreno da edificação, construção dos espaços destinados a adaptação do imóvel ao novo uso; instalação das redes de água, esgoto, drenagem de águas pluviais, elétrica, telefônica, lógica, sonorização, prevenção a intrusão, prevenção e combate a incêndio e descargas atmosféricas, climatização, ventilação e execução mecânica. A segunda etapa, com recursos do Governo do Estado do Maranhão, contemplou a pintura das novas alvenarias e demais serviços de acabamento necessários ao bom funcionamento da edificação, bem como prevê a compra e instalação de todos os equipamentos e mobiliários (equipamentos de climatização, aquisição de mobiliário, entre outros)

A pesquisa está desenvolvida por meio de um estudo de campo, com observação da cultura material representada na arquitetura do Engenho Central, sua

peças, e demais artefatos que ainda resistem à força do tempo devido situação consideravelmente de abandono e a forma de como o Engenho estava sendo utilizado, apenas para servir de depósito de lixo da própria prefeitura municipal, além da ação de comerciantes em contribuir com a sujeira, jogando restos de materiais de construção, resto de alimentos, animais mortos, etc. Norteia-se ainda em torno de reflexões levantadas ao longo do período de observação e manifestações local em prol à revitalização do Engenho, agora não mais como um produtor de açúcar, mas como um centro cultural e turístico a ponto de contribuir com o fortalecimento da geração de emprego para a população local e região.

A produção historiográfica sobre o Engenho Central ou sobre o a história de Pindaré-Mirim ainda é incipiente. Vale ressaltar que no ano de 2018, em uma tese de mestrado em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, Maria Zenaide Costa, apresentou “A festa de Pindaré- Mirim: nos trilhos da história a afirmação de uma identidade” esse registro é uma das poucas fontes historiográficas local, o que torna ainda mais relevante a proposta desta pesquisa, no sentido de divulgar a investigação acadêmica e a necessidade de levar ao conhecimento da História do Maranhão em uma dimensão reflexiva sobre origens e identidades que conseqüentemente contemplam a constituição dos municípios e formação social do Maranhão.

Desse modo, o título desta pesquisa **“ENGENHO CENTRAL DE PINDARÉ: memória e educação patrimonial”** apresentada ao Programa de Mestrado profissional em História baseada na linha de pesquisa Memória Identidade e Cultura Escolar, é contribuir com a disseminação na produção didática da história do Maranhão de modo a citar o Engenho Central como lugar de memória, de desenvolvimento e migração para a construção do Município de Pindaré-Mim. Além de tornar-se uma referência nacional na produção açucareira como ponto de embarque e desembarque que movimentava a economia maranhense no final do século XIX através do transporte fluvial realizado pelo Rio Pindaré e, mais tarde, torna-se patrimônio cultural tombado pelo IPHAN. Contribuiu para como motivação para a realização desta pesquisa, meu vínculo enquanto membro de três grupos sociais local que vinculam-se a um objetivo em comum, motivar a comunidade local sobre a importância de manter vivo a estímulo pelo processo de valorização do patrimônio local, uma vez que os patrimônios expressam formas de representações que ganham valores que se fundamentam relações sociais em um percurso contínuo ao presente fixando enquanto um lugar de memória, permitindo uma

constituição de identidades individuais e coletivas, possibilita também aos sujeitos reconhecer a sua própria história.

Para melhor organização, a pesquisa é de cunho qualitativo, a metodologia adotada apoia-se a um levantamento de dados qualitativos através de uma pesquisa bibliográfica acompanhada de análise de abordagem de documentos historiográficos nacional e local, capítulos de obras documentais, teses, artigos, revistas, sites, blogs. Também uma pesquisa de campo subsidiada em uma entrevista semiestruturada, direcionada para moradores de diferentes gerações no município de Pindaré-Mirim, esta fase implica em coletar informações sobre os diferentes olhares interpretativos sobre a leitura de mundo e memória da História local, bem como se dá o processo de inserção do ensino de história local.

O uso de relatos orais para a construção de uma reflexão associável à História remonta a tempos bastante recuados. No século XVI, Bernardino de Sahagún, munido da pretensão de entender os povos nativos conquistados pelos espanhóis, resolveu entrevistá-los e registrar seus depoimentos sobre a Conquista da América. Naturalmente que, hoje, à luz do desenvolvimento da História Oral, surge uma reflexão sobre até que ponto o entrevistador não estrutura ou motiva as respostas dos entrevistados em uma determinada direção. Há problemas diversos recorrentes na passagem do registro oral para o registro escrito, na passagem de uma língua a outra, na própria difusão de elementos que pode se dar através de uma determinada maneira de o entrevistador fazer uma pergunta, escolher uma pergunta, impõe determinadas condições ao desenvolvimento da entrevista.

Um outro contribuinte para o campo da história é a fotografia, esta traz em suas representações um olhar que capaz de despertar diferentes interpretações, o que torna ainda mais valioso sua característica de enquanto instrumento na produção de narrativas de um determinado tempo, ou seja: Recuperar a cidade do passado implica, de certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso, mas o resgate do passado implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em um outro tempo.

Na estruturação teórica traz-se uma breve abordagem conceitual de alguns termos relevante para a linha de pesquisa escolhida, modo a citar:

O capítulo I “**MEMÓRIAS**” faz uma abordagem teórica estruturada em torno da amplitude conceitual de memória considerada como uma força que sobrevive em uma intensidade estimulada ao que já foi vivido e rememorado de maneira coletiva. O que justifica o tema desta pesquisa destacando a relação do objeto de investigação (Engenho Central) com o local onde encontra-se fixado. Assim, para este primeiro momento de discussão apresentam-se como contribuintes os estudiosos: Bergson, Piere Nora, Joel Candau, Le Goff, Cristiani Bereta da Sila, Enestra Zamboni. “**Pindaré-Mirim nas opulências da memória coletiva**” faz uma breve apresentação da cidade Pindaré - Mirim configurada nas opulências da memória coletiva, é tecido uma descrição desde sua origem topônima e suas alterações, passando pelo aspecto físico, localização geográfica, enfatiza sobre um dos principais cartões postal da região que é o Rio Pindaré, sendo este uma das principais vias de acesso para o transporte fluvial contribuindo para o embarque e desembarque da produção açucareira que movimentava a economia maranhense no final do século XIX. Sendo também a raiz para o surgimento e emancipação da referida cidade. Apresenta importantes contribuições em formato de relato registrado como do antropólogo Darcy Ribeiro, que por esta região passou. Além de dados apontados pelo IBGE (2010) amparamo-nos em um dos principais teóricos para o desenvolvimento da contextualização deste subitem firmado pela abordagem memória coletiva, o sociólogo Maurice Halbwachs. Segue ainda Michael Pollak, Pierre Nora mencionado por suas contribuições ao entendimento de “lugar de memória”, Yvone Dias Avelino, por descrever que a história da cidade não é somente uma contribuição ao conhecimento, que vai aumentar o patrimônio das lembranças históricas, mas também permite considerar o presente numa perspectiva mais ampla, onde a somatória das informações nos ajuda projetar com maior consciência e responsabilidade o ambiente urbano.

A abordagem respalda-se ainda sobre a importância e contribuições da história oral, apresentada por alguns estudiosos de modo a citar: Verena Alberti, José Carlos Sebe B. Meihy em parceria com Suzana L. Salgado Ribeiro, museu da oralidade, Marieta Moraes Ferreira, Sônia Maria de Freitas, Maria Auxiliadora Schimit. “**Cidade e Monumento: uma relação identitária para além da perspectiva material**” começa destacando como se configura uma organização conceitual de cidade em um panorama de modo geral e seu desdobramento em mudanças e aspectos estruturais que lhes condicionam ao título de cidade, aborda ainda sobre as possibilidades sentimento de pertencimento interligados entre cidade e monumento tendo como referência a quase indissociável relação na descrição e formação identitária fixada entre Pindaré e o Engenho

Central, pois para os moradores pindareenses a distinção é mínima, mesmo que suas narrativas sejam configuradas ao acréscimo ou ausência de alguma informação que vai passando de geração para geração.

Tem-se ainda uma ampliação dialógica fechando este capítulo, enfatizando a expressividade da operacionalidade da memória e a relação de sentimento de pertencimento dos moradores, trazidos principalmente pelo uso da oralidade e lembranças descritas por colaboradores desta pesquisa, sendo amparado teoricamente por Tompsom, Carmem Lucia Vidal Perez em parceria com Maria Tereza Goudard Tavares e Mairce da Silva Araújo.

O CAPÍTULO II ENGEHO CENTRAL DE PINDARÉ: memória e educação patrimonial, aborda alguns fundamentos teóricos que nortearam a mediação e descrição preferencialmente direcionado ao Engenho Central de Pindaré, objeto de pesquisa trabalhado, entendido como um instrumento de representação da memória coletiva local, desde seu período fabril aos dias atuais. Assim, não apenas o patrimônio físico, mas principalmente o patrimônio subjetivo contido na memória, tradições culturais e identidades são trabalhados aqui, visando à compreensão de conceitos tratados em capítulos anteriores a partir de uma vinculação afetiva e identitária entre o sujeito e o conhecimento na perspectiva da metodologia da Educação Patrimonial, apresentada neste contexto como uma possibilidade metodológica para o Ensino de História local, propondo uma inclusão no mundo social que favoreça uma relação dialógica com diferentes interlocutores. É sabido que ao longo dos anos, algumas pesquisas já foram apresentadas e continuam em busca ativa sobre o Engenho Central de Pindaré. Aqui está mais uma contribuição a ser apresentada e o seu diferencial começa pelo recorte temporal, pois trata-se de um levantamento bibliográfico e de campo a partir do declínio do Engenho Central, mais precisamente a partir do seu processo de tombamento como aos dias atuais.

No subtítulo **“Engenho Central de Pindaré nas linhas da lembrança e esquecimento do seu período fabril”** destaca as vantagens e desvantagens da implantação do Engenho Central no Período ainda Imperial no século XIX marcado também pela passagem da crise econômica maranhense, em especial açucareira. Após uma breve descrição do cenário socioeconômico, aponta-se “Os pontos e contrapontos do declínio ao processo de revitalização” o foco passa a ser os anseios e providências que começam a ganhar espaço no campo da história local que ainda não é encontrada como bibliografias, mas sim na oralidade e memória coletiva daqueles que mesmo como agentes anônimos estiveram à frente de várias atividades que expressasse inquietações

por um bem já tombado mas sem manutenção necessária no início dos anos 90 ao início 2021. Para melhor compreensão, algumas abordagens já trazidas ao longo de capítulos anteriores serão retomadas como meio de mediação teórica indo ao encontro de falas rememorações de alguns moradores militantes envolvidos na busca de realização de reparos do Engenho que por muitos anos esteve como um depósito de lixo, alvo de pichação, sendo resistente aos danos estruturais degradados pelo tempo, e pela ausência de manutenção dos órgãos competentes. Contribuíram para a consolidação da pesquisa de campo e organização deste capítulo, a historiadora Kátia Borgéa que esteve a frente do Iphan vários anos contando os seus 40 anos de experiência, atuação marcada também pelos três principais processos que o Engenho passou, sendo processo de tombamento, solicitação da obra de restauração e processo de execução e entrega. Apresentamos ainda em saudosa memória o senhor Euzamar Medeiros, reconhecido popularmente como uma referência ao campo da pesquisa da História Oral local no que se refere ao contexto histórico da cidade de Pindaré-Mirim principalmente em seu aspecto cultural por ser um autêntico pindareense carvaresco e amante da Cultura popular, sempre esteve solícito para compartilhar suas memórias.

Encontra-se também transcrita a colaboração do professor Márcio Marinho idealizador do projeto “Abraço ao Engenho” em atividades por 8 anos, simbolicamente, anualmente reunia algumas escolas, realizava caminhadas de sensibilização para chamar a atenção do poder público pelo estado de abandono em que o Engenho se encontrava, após a caminhada, um grande cordão de mãos dadas de estudantes e professores cercavam o monumento como um abraço simbólico de apoio. Também, o colaborador Antônio de Amorim Aquino, membro representante da primeira equipe de mobilização popular iniciada “Amigos do Engenho Central” idealizada com suas atividades em 1997 solicitando ao poder público providências referentes à conservação do Engenho Central.

As descrições continuam com as colaborações de Miguel Souza, um dos melhores artista plástico renomado do Vale do Pindaré, reconhecido nacionalmente por suas habilidades em trabalhos com grafite, em sua performance enfatiza detalhadamente seu percurso de atuação frente a mobilizações de limpeza e outros movimentos que surgiram em parceria com moradores de Pindaré. Registramos também, a colaboração do professor Márcio João Prazeres, que junto vários a grupos de Projetos Sociais (Projeto Social Vamos Fazer, Escola de Capoeira Campos de Mandinga, grupo Filhos de Pindaré, Pastoral da Juventude e escolas da rede municipal e estadual de Pindaré) levaram para as

ruas, organizado em duas etapas de atividades o movimento “Vida ao Engenho” sendo este, uma atividade de mobilização de 2015 a 2018.

Além destes enfoques, há também, a contribuição de Reinaldo Medeiros, filho do saudoso Euzamar Medeiros que esteve trabalhando na obra de revitalização desde os primeiros dias de escavações até o presente momento-2021, fechando este tópico tem-se as contribuições do engenheiro Guilherme Almeida que compôs a equipe técnica de execução da obra.

Em continuidade ao desenvolvimento do segundo capítulo, o tópico **“Engenho Central de Pindaré-Mirim: um lugar de memória coletiva e formador de identidade cultural”** traz em sua estrutura, o registro de atividades realizadas após a inauguração da Casa de Cultura Engenho Central, bem como o registro dos três primeiros gestores, Amélia Cunha, Macielma Torres e Valmir Trindade contribuíram enfatizando seus relatos de vivência como gestores da referida casa de cultura.

O capítulo **III “ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL”**, está cuidadosamente organizado baseado na seguinte descrição: inicia apresentando uma breve reflexão referenciada para Ensino de História vinculado a um processo de adaptação que vem sendo modelado dentro de uma perspectiva visual cognitiva pautado na sua inserção no currículo escolar, haja vista que ao longo dos anos ainda é impregnado a ideia de que seja uma disciplina de memorização mecanizada de conteúdos. Daí, destaca-se as contribuições da pesquisadora Maria Circe Fernandes Bittencourt, que com maestria fala do ensino de história de modo geral partindo desde a contextualização histórica à sugestões de práticas metodológicas no processo ensino - aprendizagem.

Por seguinte, pauta-se a Educação Patrimonial como uma possibilidade metodológica para o ensino de história, comprometida com a transformação social do sentido de mediar para o aprendiz a capacidade de ler, interpretar, questionar, intervir e refletir no seu meio sociocultural e político para além do seu patrimônio cultural. Para melhor entendimento traz-se, um esboço que trata inicialmente de como se configura a educação patrimonial em seu surgimento, dimensão conceitual e contribuições como elemento capaz de ajudar a recuperar a memória e a identidade local, de sensibilizar a comunidade para seus valores culturais, despertando sua identidade, tendo aí, uma das principais motivadoras para tal iniciativa, Maria de Lourdes P. Horta, e, ainda Regina Soares de Oliveira, Elza Nadai, Antônio Gilberto Ramos Nogueira, Ricardo Oriá, Sonia

Rampim Florêncio, Sandra Pelegrini, André Luís Ramos Soares, Átila Tolentino, Karnal, Cristina Reis Figueira e parceria com Lílian Lisboa Miranda.

Trata-se também sobre a formação do professor por refletir muito no conhecimento do aluno, pois quando na condição de um mediador atualizado, tem a capacidade de propor reflexões e ações coletivas para a aprendizagem, o livro didático também é mencionado como um dos instrumentos mais presentes e entrelaçado, intencionalmente sistematizado para o trabalho em sala de aula, além dos pesquisadores já mencionados Eric Hobsbawm, nos propõe a uma proposta reflexiva baseado no papel do livro didático por ser considerado um instrumento de manuseio em sala de aula, porém, é necessário quem um planejamento seja realizado e uma verificação prévia dos conteúdos trazidos sejam verificados de modo que, se necessário, seja feito reajustes correspondendo s necessidades de aprendizagem dos alunos.

O subitem **“Educação Patrimonial: conceitos norteadores para sua prática”** tem como eixo norteador, enfoques que tratam do processo de disseminação da educação patrimonial desde as primeiras práticas metodológicas para o ensino de história a partir dos museus, e como essa proposta ganhou amplitude no Brasil. Assim, estão postas relevantes contribuições de Sônia Rampim Florêncio, Átila Tolentino, Carmem Zeli de Vargas Gil, da museóloga Maria de Lurdes Horta, reconhecida como uma das primeiras pessoas que tomaram a iniciativa de apresentar a educação patrimonial como uma metodologia como um tipo de ação social, capaz de tomar bens culturais como fonte primária de um trabalho de memória social, despertando a afetividade promovendo a capacidade de identificação dos valores culturais bem como o desenvolvimento de habilidades cognitivas. **“Educação Patrimonial e políticas públicas de inserção: uma breve abordagem”** propõe uma reflexão em torno ao amparo legal e políticas públicas acerca da inserção e disseminação da educação patrimonial bem como a evolução a evolução do conceito de patrimônio na legislação. Assim sendo, estão p em destaque para essa discussão o papel do Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional- IPHAN e suas contribuições, passando inicialmente por uma breve contextualização histórica relacionando como a cidade de Pindaré Mirim, *locus* desta pesquisa. Fechando o capítulo III, trazemos uma breve explanação sobre **“Paradidático e suporte tecnológico via QR code, contribuições na aprendizagem para o Ensino de História”**

O IV capítulo apresenta a descrição da feitura do produto pedagógico final da pesquisa, com o título **“ENGENHO DE ANZOL PEQUENO: lugar de memória e Educação Patrimonial”** é parte integrante desta pesquisa, o produto pedagógico em

formato de manual para professores. traz em suas primeiras páginas uma mensagem ao público-alvo que são os professores nível II do Ensino Fundamental. O manual pedagógico tem por objetivo geral, propor sugestões para a prática docente vinculada não somente à disciplina de História mas contemplando outras áreas do conhecimento. O referido produto respalda-se de maneira significativa por ser pioneiro a ser apresentado na região do Vale do Pindaré e para a historiografia maranhense. O objeto de investigação apresentado como base de estudos é o conjunto arquitetônico e Cultural Engenho Central de Pindaré-Mirim entendido como um lugar de memória, sendo também instrumento propício para ser explorado na construção do conhecimento histórico e cultural na perspectiva da Educação patrimonial e interdisciplinar.

Sua estrutura está organizada em capítulos, o primeiro, **POR QUE ENGENHO DE ANZOL PEQUENO?** apresenta um recorte geográfico referente a Pindaré-Mirim e o seu vínculo identitário com o monumento, bem como uma breve justificativa pela escolha do título apresentado. **O CAPÍTULO CONHECENDO O ENGENHO CENTRAL**, foi feito com intuito de apresentar aspectos relevantes que marcaram seu período fabril desde sua instalação em solo maranhense, mas principalmente, ações desenvolvidas no período entendido como processo de patrimonialização a partir de 1997 a meados de 2021 mencionado com maior em capítulos da dissertação.

Estão em destaque também, os capítulos AFINAL, O QUE É EDUCAÇÃO PATRIMONIAL? E o Capítulo INTERDISCIPLINARIDADE, estão interligados a uma discussão pautada em conceitos básicos sobre a Educação Patrimonial e suas possibilidades de aplicabilidade além do Ensino de História em uma linha interdisciplinar dando ao leitor a abertura de conhecer as etapas da prática da educação patrimonial. Apresentamos ainda, objetivos específicos para um projeto interdisciplinar, conceito de patrimônio cultural, legislação, medidas que podem ser tomadas para preservar um patrimônio, por fim são apresentadas sugestões que podem ser aplicadas a outras áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, Ciências, Arte, Tecnologia) tendo como foco O Engenho Central e conseqüentemente as contribuições de aprendizagem.

Ao longo dos capítulos estão vinculados algumas sessões, de modo a citar: “Saiba mais”- refere-se ao destaque de algumas informações adicionais de acordo com a necessidade de fomento para cada assunto abordado; encontra-se também em destaque a

sessão “Na prática” nela, encontram-se sugestões e orientações ao professor que tiver de posse do material, além de fotografias expostas ao longo dos capítulos tem-se o QR code, ao serem acessados via câmera do celular levam a galeria de fotografias e documentos que mostram projetos arquitetônicos referentes a obra de revitalização do Engenho Central, as fotografias são de autoria de moradores, arquivo pessoal- resultado de um das etapas da pesquisa de campo; Rede social-página de facebook/Instagram-Engenho Central; Sites de órgãos competentes que correspondem ao Patrimônio, como o Iphan e, a Secretaria de Cultura do Maranhão; Portal Pindaré;

Embora não esteja o resultado da aplicabilidade realizada por professores em cada área do conhecimento citada, o manual foi organizado detalhadamente trazendo as possibilidades e amostras de que na prática é possível realizar todas as etapas de atividades sugeridas, uma vez que estão em evidência a apresentação de instrumentos acessíveis e sujeitos a alterações de acordo com as adaptações necessária para a pratica docente no processo ensino e aprendizagem.

CAPITULO I

MEMÓRIAS

(...) Vale, vale conhecer Pindaré, se encantar com o rio e sua maré
Leva, leva esta impressão, porque aqui nasceu meu coração

Sou filho desta terra, Deus é testemunha, meu pai foi pescador e fiel a São Pedro
Conheço cada palmo desta terra unta que sempre escureceu as unhas dos meus dedos

À margem deste rio, armei arapuca, mas nunca consegui pegar um passarinho
Passaram todos eles por caminhos tortos, fazendo entristecer meu coração "malino"

Vale, vale conhecer Pindaré, se encantar com o rio e sua maré
Leva, leva esta impressão, porque aqui nasceu meu coração

Ave leve é o Martim Pescador, pesque a dor que está em meu coração.

Leve ave essa dor do meu peito... pra que eu possa descansar direito

Musica: coração daqui

Composição: Chico Mirim, uma homenagem ao município de Pindaré-Mirim.

Sabe-se que a memória é um tema que já vem sendo estudado por diversas esferas da ciência, o que nos permite mergulhar em uma diversidade de reflexões e questionamentos que ao longo do contato com pressupostos referentes à memória, é possível identificar contribuições desde a essência conceitual epistemológica à sua variação que se propaga no sentido coletivo e, sua sensibilidade de ser lembrada.

Assim, este capítulo busca situar o leitor em um panorama que permite conhecer uma amplitude conceitual de Memória e suas contribuições que desencadeiam-se para o enriquecimento deste trabalho. Inicialmente, apresenta-se a memória em sua base epistemológica tratada por alguns estudiosos, em seguida há uma breve contextualização que apresenta Pindaré- Mirim, *locus* da pesquisa vinculada à uma abordagem baseada em aspectos da memória coletiva, o capítulo destaca também uma breve abordagem sobre cidade e monumento, item que justifica o tema da pesquisa destacando a relação do objeto de investigação em foco com o lugar onde encontra-se fixado.

Desse modo, de acordo Silva (2003, p. 152) a palavra memória provém do grego, ação de lembrar, o lembrar dele mesmo, aquilo que permanece no espírito. A esse

contexto é possível entender que a memória nos permite meditar e externar aquilo que em algum momento foi vivido e, guardado trechos que validam a reconstrução daquilo que for acionado a ser ressentido. Assim, vale ressaltar a importância dos estudos e contribuições que Bergson (1999) trata nesse sentido de compreender a memória ativada sob estímulos recebidos pelo cérebro a partir da leitura do mundo através de imagens e a apreensão desse mundo através do corpo que externa os condicionamentos de imagem propagadas no cérebro. Assim:

[...] o cérebro é uma imagem, os estímulos transmitidos pelos nervos sensitivos e propagados no cérebro são imagens também [...] é o cérebro que faz parte do mundo material, e não o mundo material que faz parte do cérebro [...] Nem os nervos nem os centros nervosos podem, portanto condicionar a imagem do universo. (BERGSON, 1999 P. 13-14).

Em apoio a argumentação de Bergson, vale ressaltar que seu posicionamento não parecia com as correntes de outros intelectuais da sua época, pois seu entendimento sobre memória baseava-se na capacidade intelectual do homem em conhecer o mundo através da relação entre corpo e espírito além da matéria, trazendo uma aproximação com as lembranças traçadas em duas dimensões sendo a lembrança espontânea, imediatamente perfeita, onde o tempo não poderá acrescentar nada à sua imagem sem desnaturá-la; ela conservará para a memória seu lugar e sua data.

A memória é ainda considerada uma força que sobrevive no espírito em uma intuição única, pura e que a construção das percepções não é iguais, há sempre algo a ser lembrado ou esquecido no sentido de haver um dualismo entre o corpo e espírito, pois, são dois polos que se propagam pela intensidade estimulada ao que já foi vivido e, o que pode ser ativado no sensível da memória.

É inegável a complexidade de compreensão apresentada pela visão de Bergson sobre memória, porém faz-se necessário localizar a função e elementos constituintes que se configuram assim retoma-se sobre o corpo, por terem suas potencialidades a função do agir em diferentes eixos em relação as imagens exteriores “Os objetos que cercam meu corpo refletem a ação possível de meu corpo sobre eles” (BERGSON, 1999, p. 12.).

No modo da virtualidade, é importante pontuar que, a memória está integralmente ativada, pois nos acompanha ao longo da nossa vitalidade, correspondendo ao sensível, pautado em um progresso do passado no presente sendo entendida como uma fonte inesgotável de representações reestruturadas daquilo que é ressentido em uma gama

de atualizações de acordo com a necessidade de ativação emergida ao corpo/imagem no sentido de causa e efeito seja pela audição, visão e movimento.

Em se tratando de Imagem, é delas que extraímos os fatos/acontecimentos que configuram nossa forma de relação em sociedade ou com outros objetos, como bem a seguir pontua Bergson:

[...] Por ela [imagem-lembrança] se tornaria possível o reconhecimento inteligente, ou melhor, intelectual, de uma percepção já experimentada; nela nos refugiaríamos todas as vezes que remontamos, para buscar aí uma certa imagem, a encosta de nossa vida passada. (BERGSON, 1999 p, 62).

Esse entendimento que Bergson aponta sobre imagem enquanto lembrança, chama a atenção para a reafirmação da estruturação da memória ressentida munida de vários elementos constituintes que se configuram em diferentes funções e, assim como o corpo tem a função da ação, o cérebro de atender aos estímulos sensitivos, a imagem também soma-se a retomada ao do que já foi vivido e, se aproxima daquilo que conforme as forças de intensidade é lembrado. Entende-se que as imagens esboçam a representação de um elemento ausente que configura ao sensível soar da memória redesenhada, ordenada conformes as condições necessárias ao contexto inserido.

Sobre memória, Nora (1984) contribui argumentando sobre a relevância em refletir a vitalidade o dinamismo trazido ao entendimento de memória:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas informações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA,1984:XIX).

Entende-se que essa postura argumentativa de Nora, (1984) propõe uma abertura dialógica a outros elementos que também podem constituir o exercício da memória, pois a lembrança e o esquecimento (aspectos que serão tratados mais adiante) são condições em movimento que esboçam aquilo que é selecionado à composição da representação a ser materializada.

O pesquisador Candau (2012 p. 16) argumenta que não há identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento), que memória e identidade se mantêm em um diálogo de enriquecimento da História com outras dimensões do conhecimento, ao mesmo tempo em que a memória nos modela é também por nós modelada. O que reafirma a importância da compreensão desse campo de estudo que mutuamente se apoiam uma na outra para produzir trajetória de vida, uma história, uma narrativa.

Em uma dimensão reflexiva sobre memória, é possível pensar que de maneira individual a memória pura possibilita a abertura para a constituição de experiências coletivas em diferentes temporalidades.

Jacques Le Goff (1996, p.347) também se apresenta nessa discussão, ao pontuar que a memória se ocupa da ideia de coletividade, esta por sua vez, desencadeia-se como um meio de conservar informações, relembra a representação daquilo que já foi vivido, sendo possível uma seleção relevante para ser compartilhado em um campo coletivo. Complementa ainda “... a memória coletiva não é apenas uma conquista: é também um instrumento e um objetivo de poder, [...] também a luta pelo domínio da recordação e da tradição, esta manifestação da memória”.

Cabe ressaltar que, o sentido da nossa memória vincula-se também à duração que não é apenas instantes que substitui outro instante, é também entender que o presente pode ser contextualizado como um prolongamento do passado, ou seja, o hoje de ontem, assim como bem complementa Bergson (2006, pág.47) “a duração é o progresso contínuo do passado que rói o povir e incha à medida que avança”. Tal postura argumentativa, fomenta a expressividade mantida em manter viva a capacidade de lembrar em vínculos estreitos nas relações sociais e a formação de possíveis laços identitários construídos por mediação da memória.

Posto a essa contextualização, é oportuno destacar que a memória em sido um ponto que levanta discussões no sentido de ser vista não somente às lembranças vividas pelo indivíduo mas também, aquelas que foram compartilhadas por outros indivíduos, sejam reproduzidas por meio da oralidade ou registros escritos instruídos e que consequentemente se configuram estendendo-se uma possível disponibilidade a acervos e disseminação comunicativa ao já vivido.

1.1 Pindaré- Mirim nas opulências da memória coletiva

No âmbito do entendimento referente à memória coletiva como um eixo de fundamental importância para as relações sociais, seja pelo espaço, período, relação simbólica, sentimento de pertencimento proporcionado sobre o olhar da leitura de mundo em que o indivíduo esteja inserido, haverá continuamente uma abertura para novas informações. Em consonância a perspectivas de determinadas informações cabe aqui, uma breve contextualização sobre o município de Pindaré - Mirim, local onde está enraizado o objeto de investigação deste trabalho.

De origem tupi- guarani, Pindaré-Mirim, significa Anzol Pequeno, embora ainda seja incipiente o registro historiográfico do referido município, sabe-se que, foi inicialmente habitado por índios guajajaras que se mantiveram em maior quantidade enquanto residentes até o ano de 1839, em virtude da lei provincial nº 85, que criara a Colônia de São Pedro visando a prática da agricultura, e conseqüentemente dando abertura para a chegada de mais pessoas para aquela localidade, assim inúmeros cearenses e piauienses chegaram para trabalhar, o que gerou a construção de casebres que deram início ao povoamento junto aos indígenas que já estavam residindo na



IMAGEM 01-Vista aérea da cidade de Pindaré-Mirim-MA; **Fonte:** William Júnior. Disponível <http://portalpindare.com.br/index.php/93-anos-parabens-pindare-mirim/>. Acesso em 26 de abril.2021.

Segundo consta em dados do IBGE (2010) em seu contexto histórico Pindaré-Mirim, foi um Distrito criado com a denominação de Engenho São Pedro de Alcântara, nomeado de Engenho Central de São Pedro, pela Lei municipal nº 2, de 14-09-1892, pertencente ao município de Monção, separados apenas pelo rio Pindaré, estando Monção do lado esquerdo, mais tarde eleva-se a categoria de Vila com a denominação de São Pedro, pela Lei nº 800, de 21 de abril de 1918 desmembrado de Monção, tal desmembramento Colônia de São Pedro à margem direita, foi desmembrado por meio da Lei nº 1.052 de 10 de abril de 1923, passando a ser chamado apenas de São Pedro, mais tarde surge um novo decreto de nº 75 de 22 de abril de 1931 em que extinguiu o nome São m Pedro, o que não também não demorou muito tempo para ser apresentado um novo decreto de nº 121 de 12 de junho ainda do mesmo ano que definitivamente elevou à categoria de cidade, pelo Decreto nº 45 de 29 de março de 1938 permanecendo atualmente com o topônimo Pindaré-Mirim pelo decreto-lei Estadual nº 820, de 30 de dezembro de 1943.

Em uma expedição realizada no sertão maranhense com intuito de ir às aldeias Kaapor entre os anos de 1949 e 1951, o antropólogo Darcy Ribeiro, reuniu relatos de suas observações em um material intitulado “Diários Índios: os Urubus - Kaapor” (1996) relata sua passagem por Pindaré e seus topônimos já mencionados.

Pindaré-Mirim, é ainda menor. Fica à margem direita do rio Pindaré e também entrou na dança de topônimos nos últimos anos, o que nos tem custado muita confusão. Era antigamente, a Vila São Pedro, passou depois a chamar-se Engenho Central e ainda é conhecida de muita gente por esse nome, ultimamente ganhou estouro. Domina o lugarejo um Barracão de tijolos vermelhos e cobertura de zinco, suportada por uma estrutura aço, e provido de uma enorme chaminé. Dai o nome do lugar: era o engenho de cana, a usina central que produzia açúcar e ocupava muita gente nas máquinas e nos canaviais cortados por trilhos, que ainda enferrujam, perdidos nas velhas capoeiras. Ali por volta de 1910 foi vendida a maquinaria, ficando somente o casarão, que nunca mais teve hospede mecânico. (DARCY RIBEIRO, 1996, 305)

O relato de Darcy Ribeiro argumenta como a expressividade da memória pode ser compartilhada por meio de um relato, Halbwachs (2003) destaca que, a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que simultaneamente ou a contingência reaproxima simultaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro dos quais estamos engajados.

Em referência ao aspecto físico, Pindaré-Mirim está localizado na microrregião de Pindaré situada na mesorregião Oeste Maranhense conhecida como pré-Amazônia Maranhense por possuir características de clima e vegetação da Amazônia. Como coordenadas geográficas conta com a latitude S - 03°38'45 e a longitude: W - Gr/ 45°20 "S", com posição relativa à capital rumo 50. Já em relação ao país, Pindaré está situado na região considerada Meio Norte. Sua altitude é de 55 metros acima do nível do mar e limita-se ao Norte com os municípios de Monção e Bom Jardim; ao Sul com o município de Santa Inês; ao Leste com o município de Vitória do Mearim e ao Oeste com o município de Santa Luzia. Sua configuração geográfica é em forma ligeiramente triangular.

Pindaré-Mirim já esteve em uma ampliação territorial bem maior que atualmente, devido a formação de alguns municípios como Santa Inês e Santa Luzia, reduzindo assim seu tamanho inicial. Contudo, mantém um atrativo cultural e de lazer mais expressivo em relação aos municípios vizinhos, há sempre visitantes/ turistas em

busca distração seja durante finais de semana ou em períodos festivos como carnaval e festas junina.

Falar de Pindaré-Mirim, é também falar do Rio que carrega o mesmo nome e banha o referido município, de tal modo que nasce à esquerda do grupo da Serra da Cinta e desemboca na margem esquerda do rio Mearim. O rio Pindaré foi uma das principais vias de acesso ao transporte fluvial contribuindo com embarque e desembarque de produção açucareira que movimentava a economia maranhense ainda no final do século XIX. Tendo aí as produções feitas na usina da Companhia Progresso Agrícola com suas instalações em sua margem. Hoje encontra-se em uma extensão menor, considerado base

do sustento para muitas famílias que vivem da atividade pesqueira para seu sustento. Vale ressaltar além do rio, Pindaré é guarnecido com dois lagos sendo estes, o Lago Grajaú, a margem



Imagem 02- Rio Pindaré, Povoado Trizidela-Monção; **Fonte:** Filhos de Pindaré. Disponível

em: https://ptbr.facebook.com/pg/GrupoFilhosdePindare/photos/?tab=album&album_id=2034374643518677&ref=page_internal. Acesso em 22 de

direita tendo o povoado Areias como um dos pontos mais beneficiado pela proximidade e acesso para o desenvolvimento da atividade pesqueira e o Lago Tapuru, formado pelo Rio Zutíua, sendo mais próximo de comunidades indígenas da área Pindaré emparelhado com o município de Bom Jardim

O Rio Pindaré destaca-se ainda por sua relevante contribuição ao transporte fluvial desde no século XIX sendo ponto de apoio de comercialização para a Companhia Progresso agrícola, o professor pesquisador Pacheco Filho (2016, p.170) pontua que as linhas da companhia compreendiam inicialmente “duas seções- a costeira, com linhas para o norte até Manaus e para o norte até Recife. A secção fluvial, nos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e na região Preá.

Além da atividade pesqueira e da lavoura em pequeno porte, a produção de arroz, babaçu sendo na zona rural um instrumento de extração para fazer carvão, produção

de azeite, óleo e a palha é utilizada para cobrir casas, hortaliças típicas da região também fazem parte do aspecto econômico, a cidade conta de serviços como barbeiros, cabeleireiros, manicuras, bares, restaurantes, oficinas de ferreiros, marceneiros, carpinteiros, magarefes, pedreiros, serviços públicos, municipais e estaduais, serviços domésticos etc. Após os serviços de industrialização registrados no final do século XIX na fábrica açucareira pertencente a companhia progresso agrícola, não há registros de maiores atividades.

No que se refere à pecuária existente em Pindaré-Mirim, esta é pouco desenvolvida, não há uma demanda de recursos modernos para o desenvolvimento de atividades, as pastagens existentes são de pequenos produtores que criam porcos, aves, carneiros. Uma atividade que vem crescendo é a criação de peixes em tanques, além da permanente atividade pesqueira já realizada principalmente pelas comunidades ribeirinhas.

Em referência ao aspecto religioso, a maioria da população é católica, tem com padroeiro o santo São Pedro Apóstolo que leva o mesmo nome da paróquia, a igreja matriz localiza-se no centro da praça da Avenida Elias Haickel. Fundada em 1942, a Paróquia teve o D. Carmelo Vasconcelos Mota como seu precursor, no período era bispo de São Luís. Em arquivos da paróquia está registrado o Padre Odorigo Braga como seu primeiro pároco, estando a frente das atividade pela período de seis meses. Há várias igrejas evangélicas Assembleanas, Testemunha de Jeová, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igrejas Batista, há também templos de matrizes africanas.

Pindaré, é também conhecida pela diversidade das manifestações culturais, sendo assim reconhecida pela região do vale do Pindaré como berço da cultura maranhense, carrega em sua história a expressividade das festividades que são tradições e atraem turistas de vários lugares, de modo a citar o bumba-boi, com um sotaque próprio com originalidade no som de matracas, há pelo menos 27 turmas de bumba boi na região de Pindaré, no período do mês de junho, além de brilhar nos arraiais de Pindaré, levam o diferencial do sotaque de matraca a outros municípios do Maranhão e até para outros estados.

O festejo do padroeiro São Pedro no mês de junho também é conhecido pela grande quantitativo de turistas que passam por aqui, há vários grupos de capoeira, caixeiras do divino, danças folclóricas. Em seu enredo histórico Pindaré ganha destaque

também por ser lugar que é levado para outros lugares através dos seus artistas cantores da terra, poetas e poetisas, artistas plástico em várias categorias, fotógrafos, escritores, sem falar Engenho Central de São Pedro, monumento arquitetônico construído por ingleses ainda no século XIX funcionou como fábrica açucareira que contribuiu para a movimentação da economia maranhense do período, hoje já com outras atividades de funcionalidades, sendo este, objeto da pesquisa a ser tratado mais adiante.

Apresentar uma breve contextualização sobre Pindaré para então conhecer o objeto foco desta pesquisa, que é o engenho central enquanto lugar de memória coletiva, é também uma abertura para a tecitura sobre a memória coletiva, uma vez que a configuração dos dois elementos citados estão arraigados na memória do povo pindareense, quando acionados a colaborar sobre o que conseguem lembrar, compartilhar é possível perceber o exercício da memória coletiva constituído em diversos aspectos e por diferentes gerações.

A essa contextualização, é importante destacar que a interação que transita no processo histórico de Pindaré vincula-se a reflexo de marcas deixadas por diversos grupos sociais uns com marcas mais expostas que outras mas continuamente contam algo sobre como bem fala Yvone Dias Avelino (2013, P.17) quando destaca que a história de uma cidade não é somente uma contribuição ao conhecimento, que vai aumentar o patrimônio das lembranças históricas , mas também permite considerar o presente numa perspectiva mais ampla , onde a somatória das informações nos ajuda a projetar com maior consciência e responsabilidade o ambiente urbano.

Em estudos mais estruturado sobre memória coletiva, o francês Halbwachs, considerado um dos intelectuais mais importantes e disseminador dessa ideia, nos propõe a entender que a memória em seu caráter coletivo corresponde condicionamento de uma memória de grupo e que o homem recorda-se na medida em que esteja inserido a um determinado grupo. Este, possibilitará ao sujeito evocar lembranças na condição de membro de um conjunto ou totalidade em termos quantitativos e em termos qualitativos.

O indivíduo isolado não sustenta lembrança por um longo tempo, pois precisa do apoio dos testemunhos de outros para alimentá-las e formatá-las. As memórias individuais se formam a partir da relação com o outro: “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação”. (Halbwachs, 2006, p.29).

A esse contexto, Maurice Halbwachs buscou ir além do estranhamento original gerado a partir da ideia, bem presente no senso comum, de que uma faculdade como a Memória só poderia “existir e permanecer na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual” (HALBWACHS, 2006, P.102). Buscou ainda mostrar seu pensamento sobre lembranças em sua estrutura organizacional pautada em duas dimensões: agrupadas em torno do ponto de vista de uma só pessoa, ou se distribuindo no interior de uma determinada sociedade a empenhar-se e reconstituir suas diversidades de lembranças os seus pares, ou seja, lembrança dos outros, sendo aí um processo de reviver o que já foi em algum momento vivido por um determinado grupo. “Não podemos pensar nada, não podemos pensar em nós mesmos, se não pelos outros e para os outros (...) (HALBALWCHS 1990,21).

A memória coletiva ocupa grande relevância no que se refere a uma compreensão da história enquanto sucessão de estruturas no sentido de cumprir uma função social de religar tradições e reestabelecer continuidades que a historiografia por vezes não contempla.

Ao estabelecer a memória coletiva por meio dos valores, lembranças, esquecimentos, dando suporte a novos olhares de continuidades a um dado acontecimento que fica marcado historicamente, Halbwachs assim se expressa, em certo trecho do ensaio em que opõe “Memória Coletiva e Memória Histórica”.

Quem sabe se, depois de uma guerra, de uma revolução que tenha escavado um fosso entre duas sociedades, como se houvesse desaparecido uma geração intermediária, a sociedade jovem ou a parte jovem da sociedade, em harmonia com a porção idosa, não se preocupa principalmente em apagar os traços dessa ruptura, em reaproximar gerações extremas, e, apesar de tudo, manter a continuidade da evolução? É preciso que a sociedade viva; mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, sobretudo quando estiverem, o melhor meio de fazer com que elas criem raízes é fortalecê-las com tudo o que se puder aproveitar de tradições. Aí, logo depois dessas crises, repetimos: temos de recomeçar no ponto onde fomos interrompidos, é preciso retomar as coisas a partir do início. Em pouco tempo, imaginamos que nada mudou porque reatamos o fio da continuidade. Esta ilusão, da qual logo nos livraremos, pelo menos terá permitido que passemos de uma etapa a outra, sem que em momento algum a memória coletiva tenha sentido qualquer interrupção” (HALBWACHS, 2006: 104).

Entende-se que nós, seres humanos somos responsáveis por carregar no nosso convívio social a memória coletiva, pois haverá sempre alguém para guardar e evocar aquilo já vivido.

Michel Pollak (1989, P.11) no sentido de avaliar os desdobramentos de sua tendência a enquadrar as memórias individuais em memórias coletivas, chegando à afirmação de que todas as memórias são coletivas embora haja alguns aspectos na autonomia do sujeito em relação à estrutura social.

Em defesa a essa estrutura funcional Halbwachs mostra como o delineamento do que seria comum ao grupo produz em contrapartida as “diferenças em relação aos outros” e estabelece fronteiras sócio-culturais. Para Pollak, contudo, há também aí um risco de uniformização e opressão envolvido, pois o processo de construção da nação através da memória coletiva também pode proceder à exclusão de etnias, grupos e outras formas de identidades (POLLAK, 1989: 4).

Com essa discussão, soma-se a proposta reflexiva que situa a memória coletiva na amplitude de lugar como eixo sistemático a essa diversidade como apontada por Pierre Nora junto a um grupo de intelectuais da sua época em um projeto coletivo relacionado aos “Lugares de Memória”, que resultaram em sete volumes de textos dedicados à Memória Social na França. Depois do empreendimento pioneiro de Pierre Nora, projetos similares surgiram em outros países europeus, como a Alemanha e a Itália. Através desta prática, resultante em livros e grandes circuitos de palestras e eventos, o conceito de “lugar de memória” foi encontrando sua definitiva estabilização. Em consonância a uma passagem de Pierre Nora retomada por Jacques Le Goff em seu verbete sobre a “Memória”, a memória coletiva seria doravante concebida como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (LE GOFF, 1990: 472). Jacques Le Goff a partir de uma passagem de Pierre Nora, em seu verbete “Memória” destaca que (1990, P. 473)

[há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações.

Essa postura argumentativa destacada por Le Goff, destaca o entendimento sobre lugares de memória condicionados a desenvolvimentos praticamente infinitos, e poderíamos ainda lembrar que os avanços dos estudos da Genética permitiram um controle extremamente preciso sobre a memória da hereditariedade.

Ao longo do tempo inúmeros aspectos repercutiram em uma perspectiva pela revalorização da memória e sua legitimidade por meio da historiografia oriunda da História Oral, esta por sua vez, teve seu início de projeção como modalidade reconhecida nos meios acadêmicos, revitalizaram-se algumas das antigas críticas que sempre foram

dirigidas contra a apropriação das memórias individuais como fontes para a compreensão da História. É pertinente ressaltar que, a História Oral vem ganhando espaço em relação a críticas com o entendimento visto em um sentido ambíguo relacionados à natureza de suas fontes.

Segundo Ferreira (2000, p.33) a história oral fornece informações e contribuem por meio da sua legitimidade organização de arquivos o que possibilita ainda como propostas comunitárias que possam mapear a realidade e fornecer instrumentos de ação, o que não deixa de ser uma revalorização da memória ao campo da historiografia. Assim, a representação e sensibilidade estão interligadas como ferramentas importantes que ajudam compartilhar as singularidades da memória coletiva junto à história oral. O olhar que lançamos à nossa volta, momento após momento tem em si suas qualidades que ao longo do que é compartilhado pelas memórias, caracterizam identidades e seus significados principalmente por sua diversidade gerada dentro das relações sociais.

1.2 Cidade e Monumento: uma relação identitária para além da perspectiva material.

Ao longo de anos sociedades se configuram em diferentes transformações que vão passando de geração para geração em um mecanismo de deslocamento entendido por vezes como necessário para adaptação modo de vida. A esse contexto, é possível pontuar uma contribuição enfatizada por Hall (2002, p.31) ao destacar que, a partir da Globalização surgiram também novos conceitos que se propagaram pela multiplicidade no campo da identidade cultural, visto também como um jogo pela busca de identidades, onde situações diversas se cruzam mutuamente.

Dentre a gama de conceitos, insere-se a contextualização pontuada nas cidades e monumentos arraigados de inúmeras histórias apresentadas em um caráter de construções e desenvolvimento que conseqüentemente necessitam ser historicizado e (re) configuradas pelos sujeitos que se dividem em duas categorias: aqueles que residem do nascer ao morrer na mesma região e aqueles que passam uma boa parte da vida e que por algum motivo deslocam-se para outro lugar, deixando ai uma contribuição a ser estruturada junto a outros sujeitos uma memória coletiva. A essa contextualização, Certeau (1998,p.163) contribui ao argumentar que a memória fica à espreita, escondida nas sombras das práticas cotidianas, que a aciona como força de intervenção, argumenta ainda que, a memória se constrói no encontro com os acontecimentos, em seu instante ainda virtual, quase pronto para realizar-se.

A cidade é, sobretudo, uma *materialidade* erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. A cidade é, nesse sentido, um *outro* da natureza: é algo criado pelo homem, como uma sua obra ou artefato. Aliás, é pela materialidade das formas urbanas que encontramos sua representação icônica preferencial, seja pela verticalidade das edificações, seja pelo perfil ou silhueta do espaço construído, seja ainda pela malha de artérias e vias a entrecruzar-se em uma planta ou mapa. (PESAVENTO, 2007, p.14).

Em diálogo ao posicionamento estruturado acima por Pesavento (2007) é possível observar que a cidade, em uma estrutura compreensiva carrega uma conjuntura de atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. A cidade é um espaço populacional, que emite uma rotina de vida, tal característica reafirma a ligação composta nas relações sociais.

O aspecto das cidades e a possibilidade de mudança e a importância desse aspecto são aspectos consideráveis para o trabalho de urbanistas e artistas, pois o conjunto complexo de que são formadas as tornam um todo ora coeso, ora de partes independentes, ora uma confusão de signos, símbolos, formas ou cores. A cidade é uma construção no espaço e este seu construir no tempo desenvolve-se à maneira de uma teia ou encadeamento de fatos, indivíduos, objetos e funções. Se a paisagem urbana é para ser lembrada e observada e a forma visual da cidade é um problema relativamente recente, dar forma visual a ela constitui um problema especial de design. Contemplar cidades é, assim, um exercício particularmente agradável por mais comum que um panorama seja. (LYNCH, 1980, p.10).

Como bem enfatizou Lynch (1980) “contemplar a cidades é, assim um exercício particularmente agradável por mais comum que um panorama seja”, reforça aí o que este capítulo pontua sobre a ênfase da relação da cidade com o monumento, assim, Pindaré em seus valores de interação da população, festividades, rio, e símbolos como o Engenho Central, hoje dificilmente há uma dissociação entre estes monumentos e a localização. O que esses dois elementos têm em comum, é a construção identitária da população passando de geração para geração duas histórias que ultrapassam a perspectiva material ou seja, Pindaré e o Engenho Central compõe-se de formações históricas diferentes mas que com o passar dos anos o Engenho Central de São Pedro tornou-se conhecido como Engenho Central de Pindaré o que justifica a referência apresentada ao tema desta pesquisa.

É importante enfatizar que é entendido que, a cidade não é apenas que um elemento que vai sendo construído ganhando o progresso para o urbanismo em vários processos ornamentais bem como contribui Argan (1993 p.73) a cidade também se constitui no tempo na sua realidade ganha estrutura temporalmente muitos aspectos fixos

e vão dando espaços para uma nova roupagem de experiências por seus habitantes, assim vão surgindo os valores históricos dos monumentos, as áreas mais antigas da cidade fazem parte desse aspecto que vão se fixando dando continuidade ao enredo histórico e a relação da cidade com o monumento que nela for identificado.

Segundo Rossi (2001) as cidades constituem em si um mundo, seu significado, caráter distintivo e ao mesmo tempo definitivo através da memória que se dissemina entre os habitantes se desdobrando em uma interação de detalhes predominantes na arquitetura, na paisagem que vai crescendo junto com a cidade.

Acrescenta ainda que a memória se torna o fio condutor de toda a complexa estrutura, nisso a arquitetura dos fatos urbanos se destaca pela arte genuína que existe por si mesma, até os

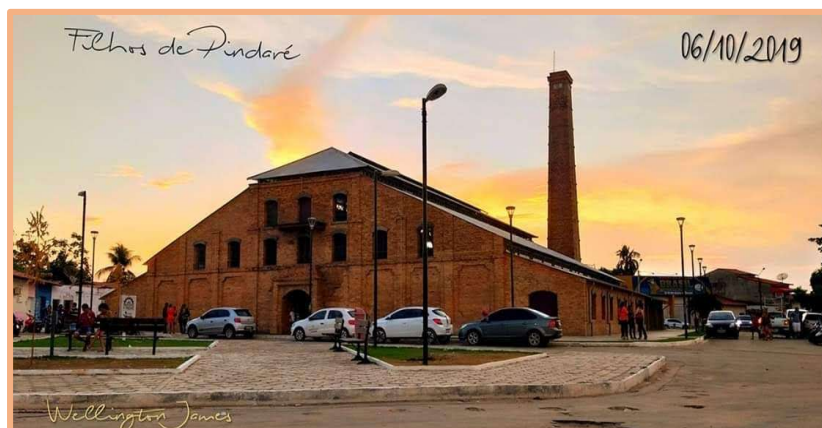


IMAGEM 03- Vista frontal do Engenho Central; Fonte: Wellington James

maiores monumentos da arquitetura estão intimamente ligados à cidade.

As cidades e os monumentos são elementos que consistem em uma ligação referencial presente na maioria dos espaços com que estão enraizados, os monumentos em suas diferentes características também são artes que exibem um diferencial pela maneira que vem sendo construída de modo particular e, que é possível perceber o nível de acolhimento junto a população e a diversidade de significados e interpretações geradas principalmente dentro das relações sociais.

O Engenho Central de Pindaré hoje é visto como uma âncora capaz de dar uma sensação de continuidade a sua utilidade não mais como uma fábrica açucareira que funcionou ainda no século XIX, mas como um espaço que retrata um legado desde suas instalações arquitetônicas peculiares, a localização estrategicamente pensada para aquela época, maquinários e demais aspectos elementares que permaneceram existindo materialmente e outros que são vivos e ricos em detalhes na nossa memória de modo que é a expressividade mesmo em uma nova roupagem trazida pelo olhar de quem viu como era e de como está hoje. Tal afirmação, vai ao encontro do que fala Colin (2000) quando diz que os monumentos se colocam como um símbolo para os observadores que recebem e leem como marco e, colocam como um importante ponto de referência espaço-temporal.

Dentre os elementos que marcam a relação entre cidade e monumento, além da arquitetura como um todo, há também a riqueza no design projetado nos monumentos, a exemplo do Engenho Central o design arquitetônico produzido com tijolos sem furos com aproximadamente de 30 centímetros de largura e, 5 centímetros de altura, gradeados, janelas, teto com características peculiar ao Período Imperial, uma engenharia de maquinários trazidos da Inglaterra, bem como alguns engenheiros que vieram trabalhar na construção da antiga fábrica, além de uma estrutura de grande porte construído, chama atenção também a chaminé que tem altura de aproximadamente 30 metros do lado esquerdo com uma característica singular na região por ter em seu formato uma estrutura quadrada, inicialmente com uma espessura larga e ao longo da sua altura a estrutura vai afinando diferente de muitas chaminés que tem seu design um formato de circunferência.

Um outro aspecto que precisa ser mencionado é um curioso túnel construído nas profundidades da chaminé que dava acesso ao rio Pindaré, tal túnel é parte integrante de muitas memórias que marcam Pindaré como um lugar de mitos e lendas, de modo a citar que os mais velhos falam da existência de uma grande serpente adormecida, seu corpo está espalhado dentro do engenho e sua cabeça está no alto da chaminé, caso ela desperte, toda a estrutura arquitetônica será destruída. Há também no lado esquerdo do engenho artefatos de uma via férrea que também contribuiu para exportação da produção açucareira, assunto que será abordado adiante com mais aprofundamento.

A essa contextualização, Halbwachs (2003) deixa uma relevante contribuição ao expressar que a natureza dos seres com os quais vivemos devem ser revelados e explicados à luz de toda nossa experiência, tal como ela se contornou nos períodos seguintes. O novo quadro projetado sobre os fatos que já reconhecíamos, ali nos revela mais um traço que nele se posiciona, e que dele recebe um significado mais claro, o que vai favorecendo um enriquecimento de entendimentos enraizados e encontrados naquele lugar e que podem também está sendo ativamente externados por meio das lembranças.

Sobre a configuração de uma forma arquitetônica Collins (2000) destaca dois pontos relevantes baseado em aquilo que é significado e o que significa gerando a partir daí um elemento individualizado, dessa forma é possível entender que o design junto a arquitetura evidencia também o sentimento de pertencimento pelo lugar como também elemento constituinte ao vínculo identitário, o uso efetivo e afetivo vai se configurando pelas diversas visões que vão sendo processadas e disseminadas, ampliando uma expressividade de significados relacionados com espaço e um tempo que conserva e representa o próprio desenvolvimento.

Em uma dimensão mais aprofundada sobre o motivo da origem e o papel social dos monumentos Rodrigues (2001) argumenta que, o monumento é uma peça importante no conjunto complexo de uma cidade vincula-se como uma referência cativante para seus habitantes e com os aspectos fundamentais para a construção da identidade.

Jacques Le Goff descreve o significado do monumento:

A palavra latina *monumentum* remete para à raiz indo-européia *men-*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos *monumentahujusordinis* [*Philippicae*, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória particularmente valorizada: a morte (GOFF, 1990, p. 526).

A esse contexto, é possível comentar que o monumento carrega em sua estrutura conceitual uma memória coletiva em sua construção a partir também do que vai sendo apresentado por meio de registros escritos, abrindo para novos questionamentos e novas publicações oriundas de novas pesquisas. Pacheco (2017) afirma que, a ação para eleger determinados objetos materiais ou imateriais como patrimônio histórico condiciona-se enquanto estratégia associada ao tempo, ao lançar um olhar para o monumento, lança-se também a sensibilidade do estado emocional, o respeito e as dimensões de aprendizagem que perpetuam pela permanência que é dada pelo valor constitutivo, pela história, pela arte e pela memória.

Nesse sentido, a conservação do ambiente entra num processo dinâmico da cidade, as conservações do ambiente auxilia no percurso da disseminação da memória geralmente aliado a realidade de ocorridos únicos marcados como atos e, isso vem desde a antiguidade quando em seus monumentos da ideia que temos dele, como era colocado como fundamento da cidade, assim, vem se transmitindo uma relação da própria natureza com a cidade, pelas experiências compartilhadas, o reconhecimento da complexidade que é constituída na construção tanto da cidade quanto do monumento torna-se elemento de visibilidade ao ambiente, exemplifica-se dentro de uma vista contemplada não somente pelo espaço mas pelos acontecimentos ocorridos no espaço, pois os dois são como pontos de conexão para uma percepção mais ampla da cidade em consonância com a especificidade um lugar, com a realidade entrelaçada a um monumento.

Em consonância à especificidade de um lugar com a realidade entrelaçada a um monumento, Nestor Canclini (2006) argumenta:

um lugar que representa uma série de lembranças ideias imagens que variam de indivíduo para indivíduo mas mantém uma característica comum de símbolo tracinho imagem orientação sendo mesmo um canto de reconhecimento contemplativo em meio à agitação características das metrópoles (reticência) o monumento e os seus diferentes estilos históricos entram aqui no sentido de que qualquer monumento está ligado ao seu tempo a arte e a sociedade de sua época existindo dentro de um contexto social qual político e econômico.

Em referência a essa postura argumentativa de Nestor Canclini (2006) é possível traçar um diálogo da relação já pontuada entre Pindaré-mirim e o Engenho Central ao mencionar o reconhecimento que se dá pelas características ligadas ao tempo, arte, social e econômico tais aspectos são evidenciados pela própria prática dos Pindareenses, tanto Pindaré quanto o engenho são continuamente levados ao conhecimento da população local e para outras regiões também através da música, do artesanato de modo geral e, principalmente através da cultura que é manifestada em diferentes aspectos, de modo a citar as festividades religiosas, capoeira, bumba meu boi, companhias de danças, artistas plástico, desenhistas, cantores, compositores prata da casa.

Tais aspectos, contribuem para a ampliação de horizontes que interligam a cidade ao monumento, o fluxo de informações apontados na mídia influenciam em novas informações adquiridas, na passagem do tempo para outras significações da imagem de um determinado monumento, o que não deixa de ser também um ponto de atenção a ser observado aquilo que realmente é procedente à realidade, é preciso acompanhar o fluxo histórico, as adaptações sociais ou políticas o modo como o espaço vem sendo usado, como a memória vem sendo tratada no que está sendo vivenciada e associada, ao que está sendo vivido.

Assim como demais lugares, Pindaré continuamente está em noticiários não apenas local e nacional, além das notícias em telejornais há registros pautados na exuberância arquitetônica do Engenho Central e também do Rio Pindaré elementos que se mostram como um tripé identitário aos pindareenses, sempre que um é mencionado, consequentemente os outros dois são acrescentados ganhando aí outros aspectos como a diversidade cultural, solidificando as formas de representação em um panorama de semelhanças para o movimentação da vida da cidade como um todo, sem descartar a expressividade das partes que são referências ao emaranhado de funcionalidades quase indissociável.

Assim, os monumentos tem uma relação forte e determinante com a cidade, o espaço que cerca os monumentos parece criar um lugar próprio, um espaço que abre uma vaga de modo a contemplar exercícios perceptíveis no sentido de que nossa percepção do espaço são reconhecidas por nossos comportamentos genuínos pelo modo de que vivemos culturalmente.

Choay (2001) faz uma importante colocação ainda pautada sobre a relevância da amplitude da relação de monumento com a cidade, assim, pontua que, monumento expresse a própria ação em desafiar o tempo principalmente pela garantia marcada em suas origens e sua natureza pela conjuntura das interfases positivas, a interação pode ser extraída pela emoção votada na sensibilidade da memória viva, pontua ainda sobre a relação dos elementos que compõem o monumento como contribuintes para a solidificar boas lembranças ou não, assim também como emergir possibilidades significativas na dimensão simbólica retratada da monumentalidade e, como bem assegura Rodrigues (2001), a monumentalidade além da dimensão simbólica, situa-se no aspecto visual, valorização de ideias e de expansão de concepções que vão ganhando espaço de acordo com a representatividade do edifício. Lefebvre (1999) também contribui:

Em toda parte a monumentalidade se difunde, se irradia, se condensa, se concentra. Um momento vai além de si próprio, de sua fachada e de seu espaço interno. A monumentalidade pertence, em geral, a altura e a profundidade, a amplitude de um espaço que ultrapassa seus limites materiais (LEFEBVRE, 1999, p. 46).

A contribuição de Lefebvre (1999) coloca em evidencia a notoriedade de um diálogo possível de ser traçado ao passo dado pela possibilidade ao reconhecimento de uma relação entre cidade e monumento dentro de uma perspectiva que necessariamente não seja delimitada, mas que expresse de tal modo o avanço de limites materiais, bem como foi posto Pindaré e Engenho Central em uma vertente mediadora agregada à identidade derivada valores simbólicos, afetivos além da materialidade.

Assim como é possível identificar possibilidades de reconhecimento identitário através dos monumentos encontrados na cidade, é possível também observar a expressividade da operacionalidade da memória e as relações de sentimento dos moradores, trazidas principalmente por meio da oralidade em suas lembranças aguçadas que aparecem ora individualmente mas que se consolida com a afinidade daqueles que nos cercam, por atribuímos sequencias de rememoração, reflexão ou ideias que vão

inspirando e correspondendo tão bem à nossa maneira de ver e sentir a familiaridade com lembranças reavivadas.

Desse modo, Halbwachs (2003) nos faz compreender profundamente que não podemos lembrar efetivamente sozinhos, se não por meio da presença de evocações, pela assistência dos outros e de suas memórias, quando lembramos sozinho daquilo que os outros não lembram, assemelha-se a alguém que vê o que os outros não veem.

A operacionalidade da memória entre os moradores de Pindaré é um aspecto notório e contribui significativamente a continuidade do processo histórico, das mudanças e do que permaneceu. É justamente essas várias fatias de diferentes lembranças que passam de geração para geração que compõe o todo. E nos possibilita revisitar o passado e propor reconstrução do que já foi vivido por meio dessas memórias.

Dessa maneira é oportuno apresentar o relato de alguns moradores colaboradores dessa pesquisa. Willian Junior jovem nascido em Pindaré, blogueiro, repórter, idealizador do canal de notícias “Portal Pindaré” uma página de referência para divulgação de notícias de Pindaré e região desde 2012.

Ser pindareense, é ter orgulho de viver nesta terra de muitos encantos, de uma cultura invejável e de um povo acolhedor. Sou muito feliz de morar nesta cidade de Pindaré Mirim. Desde 2012, tenho o Portal Pindaré, um blog de notícias e eventos da Região do Vale do Pindaré, como foco em nosso município. E falar de Pindaré Mirim e não citar o Rio Pindaré e o Engenho Central, é impossível. E eu me sinto honrado em poder acompanhar desde 2012 as fases para restaurar e transformar o Engenho Central em Centro Cultural e as mudanças de melhorias que já ocorreram na nossa cidade, me sinto muito feliz e com todas as letras reforço: SOU FELIZ EM MORAR AQUI! (WILLIAN JUNIOR, graduando em jornalismo, 2020)

A colaboração argumentativa do morador Willian Junior, caracteriza-se como uma das mais variantes justificativas à abordagem trazida neste capítulo, ao narrar de maneira livre envolve-se ao sensível da sua memória.

Assim, segue a colaboração do morador, o senhor Euzamar Medeiros, 87 anos nascido na Vila São Pedro atual Pindaré - Mirim considerado uma referência para pesquisas enquanto colaborador por meio da oralidade, que com uma riqueza de detalhes oriundas da sua rememoração descreve sua experiência enquanto e por falar da sua relação e sentimento de pertencimento “posso viajar por todo lugar do mundo, mas não abandono minha terra, pra mim, aqui é o melhor lugar do mundo pra viver, é uma cidade farta de cultura e história que não é só nossa, é do nosso estado e do nossa país, me sinto muito feliz em viver aqui”.

Segundo Perez (2009) o processo de tessitura das lembranças é munido de pela utilização da sensibilidade da memória, por meio da imagem, dos sentidos que cada sujeito atribui aos fatos e acontecimentos vividos em sua trajetória pessoal-social, o que torna a experiência comunicável, pois é a partir das leituras de suas experiências que surgem a recriação de maneira coletiva.

Vale ressaltar que, o trabalho com a memória requer continuamente um envolvimento e um significado com os sujeitos inseridos, pois cada depoimento caracteriza-se como uma semente a ser plantada e que mais tarde subsidiara novas experiências através da memória. Tompsom (1992) descreve “A história oral é uma história construída em torno das pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”.

2. ENGENHO CENTRAL DE PINDARÉ: memória e educação patrimonial

... Um palácio ao gosto suíço, de tijolos artisticamente sobrepostos, em cuja frente ergue-se uma chaminé de 150 palmos ou 100 pés de ingleses, vomitando dia e noite uma coluna espessa de fumaça que se desenrola em milhares formas numa altura prodigiosa/ Dentro... / Oh! Dentro é que são elas!.../ Quando se transpõe o portal lateral da esquerda, depois de haver passado sobre uma rede de trilhos de ferro em todas as direções, a gente destaca involuntariamente diante daquela gigantesca floresta de diferentes metais, que se movem com uma cadência digna de batuta de um maestro.../ Aquilo não é máquina; aquilo é um gigante de mil pernas/ com as juntas de aço/ tendo por olhos – luzemas/ por alimento- bagaço. / Nas amplidões do espaço / o fumo tudo escurece, / o próprio sol esmorece/ em vista dessa fumaça, que diz ao homem que passa: / aqui a vida floresce.
(EUCLIDES FARIAS, *O PAIS*, 1884)

O presente capítulo aborda alguns fundamentos teóricos que nortearam a mediação e descrição preferencialmente direcionado ao Engenho Central de Pindaré, objeto de pesquisa trabalhado, entendido como um instrumento de representação da memória coletiva local, desde seu período fabril aos dias atuais. Assim, não apenas o patrimônio físico, mas principalmente o patrimônio subjetivo contido na memória, tradições culturais e identidades são trabalhados aqui, visando à compreensão de conceitos tratados em capítulos anteriores a partir de uma vinculação afetiva e identitária entre o sujeito e o conhecimento na perspectiva da metodologia da Educação Patrimonial, apresentada neste contexto como uma possibilidade metodológica para o Ensino de História local, propondo uma inclusão no mundo social que favoreça uma relação dialógica com diferentes interlocutores.

A memória coletiva proporciona a consolidação pela busca de dados e informações sobre o que já foi vivido, contribuindo para as pesquisas históricas, a oralidade, contextualizações sociais e identitárias, nesse caso, é a expressão da memória e o processo de lembrar como um meio de explorar os significados subjetivos das experiências vividas. É importante destacar que, os grupos sociais têm em suas representações coletivas, seu passado inscrito na tradição de tudo aquilo que pode ser passado de geração para geração, por meio do qual este é explicado e justificado. O processo de identificação como o patrimônio conduziu a uma inserção no mundo em que vivem os colaboradores desta pesquisa que serão apresentados em uma dinâmica ligada à rememoração, narrando as afetividades depositadas naquilo que consideram como o bem,

parte constituinte da sua identidade, manifestação de emoção e de pertença cultural foi um ato de percepção e expressão constatada.

Com base nas contribuições de Ferreira Santos (1997) a emergência da sensibilidade condiciona uma abertura para o diálogo, contudo, as imagens produzidas na experiência com a materialidade tornam-se vitais, o conhecimento relatado também foi fundamental para o fortalecimento do percurso na coleta de dados adquiridos em campo.

É sabido que ao longo dos anos, algumas pesquisas já foram apresentadas e continuam em busca ativa sobre o Engenho Central de Pindaré. Aqui está mais uma contribuição a ser apresentada e o seu diferencial começa pelo recorte temporal, pois trata-se de um levantamento bibliográfico e de campo a partir do declínio do Engenho Central, mais precisamente a partir do seu processo de tombamento como aos dias atuais.

Assim, será feita uma breve abordagem no subtítulo “Engenho Central de Pindaré nas linhas da lembrança e esquecimento do seu período fabril” destaca as vantagens e desvantagens da implantação do Engenho Central no Período ainda Imperial no século XIX marcado também pela passagem da crise econômica maranhense, em especial açucareira. Após uma breve descrição do cenário socioeconômico, aponta-se “Os pontos e contrapontos do declínio ao processo de revitalização” o foco passa a ser os anseios e providências que começam a ganhar espaço no campo da história local que ainda não é encontrada como bibliografias, mas sim na oralidade e memória coletiva daqueles que mesmo como agentes anônimos estiveram à frente de várias atividades que expressasse inquietações por um bem já tombado mas sem manutenção necessária no início dos anos 90 ao início 2021.

Segundo Halbwachs (1999, p.53) memória é para quem o passado emerge a consciência sob a forma de imagem, de lembranças. Esse item, é basicamente construído pela participação de colaboradores que se dispuseram a consolidar o registro de suas falas e lembranças de vivências pautadas nas mobilizações sociais que de algumas formas estiveram envolvidos em prol do Engenho Central.

Para melhor compreensão, algumas abordagens já trazidas ao longo de capítulos anteriores serão retomadas como meio de mediação teórica indo ao encontro de falas lembranças de alguns moradores militantes envolvidos na busca de realização de reparos do Engenho que por muitos anos esteve como um depósito de lixo, alvo de pichação, sendo resistente aos danos estruturais degradados pelo tempo, e pela ausência de manutenção dos órgãos competentes.

Para Benjamin (1994, p.198) o narrador é aquele que “conta sua experiência, sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história”. Assim, contribuíram para a consolidação da pesquisa de campo, a historiadora Kátia Borgéa que esteve a frente do Iphan vários anos contando os seus 40 anos de experiência, atuação marcada também pelos três principais processos que o Engenho passou, sendo processo de tombamento, solicitação da obra de restauração e processo de execução e entrega. Apresentamos ainda em saudosa memória o senhor Euzamar Medeiros, reconhecido popularmente como uma referência ao campo da pesquisa da História Oral local no que se refere ao contexto histórico da cidade de Pindaré-Mirim principalmente em seu aspecto cultural por ser um autêntico pindareense carvaresco e amante da Cultura popular, sempre esteve solícito para compartilhar suas memórias.

Encontra-se também transcrita a colaboração do professor Márcio Marinho idealizador do projeto “Abraço ao Engenho” em atividades por 8 anos, simbolicamente, anualmente reunia algumas escolas, realizava caminhadas de sensibilização para chamar a atenção do poder público pelo estado de abandono em que o Engenho se encontrava, após a caminhada, um grande cordão de mãos dadas de estudantes e professores cercavam o monumento como um abraço simbólico de apoio. Também, o colaborador Antônio de Amorim Aquino, membro representante da primeira equipe de mobilização popular iniciada “Amigos do Engenho Central” idealizada com suas atividades em 1997 solicitando ao poder público providências referentes à conservação do Engenho Central.

As descrições continuam com as colaborações de Miguel Souza, um dos melhores artista plástico renomado do Vale do Pindaré, reconhecido nacionalmente por suas habilidades em trabalhos com grafite, em sua performance enfatiza detalhadamente seu percurso de atuação frente a mobilizações de limpeza e outros movimentos que surgiram em parceria com moradores de Pindaré. Registramos também, a colaboração do professor Márcio João Prazeres, que junto vários a grupos de Projetos Sociais (Projeto Social Vamos Fazer, Escola de Capoeira Campos de Mandinga, grupo Filhos de Pindaré, Pastoral da Juventude e escolas da rede municipal e estadual de Pindaré) levaram para as ruas, organizado em duas etapas de atividades o movimento “Vida ao Engenho” sendo este, uma atividade de mobilização de 2015 a 2018.

Além destes enfoques, encontra-se também nesta pesquisa, a contribuição de Reinaldo Medeiros, filho do saudoso Euzamar Medeiros que esteve trabalhando na obra de revitalização desde os primeiros dias de escavações até o presente momento-2021,

fechando este tópico tem-se as contribuições do engenheiro Guilherme Almeida que compôs a equipe técnica de execução da obra.

Em continuidade ao desenvolvimento do segundo capítulo, o tópico “Engenho Central de Pindaré-Mirim: um lugar de memória coletiva e formador de identidade cultural” traz em sua estrutura, o registro de atividades realizadas após a inauguração da Casa de Cultura Engenho Central, bem como o registro dos três primeiros gestores, Amélia Cunha, Macielma Torres e Valmir Trindade contribuíram enfatizando seus relatos de vivência como gestores da referida casa de cultura.

2.1 Engenho Central de Pindaré nas linhas da lembrança e do esquecimento do seu período fabril.

O Engenho Central constitui uma das riquezas de nossa província. Ali está o progresso de nossa terra [...] os incrédulos tem obrigação de visitá-lo, os curiosos devem vê-lo como um objeto digno de maior apreço e os que já tiveram, como eu, a dita de presenciar aquele foco de civilização e progresso não pode deixar de entusiasmar-se e sentir pungentes saudades daqueles sítios (EUCLIDES FARIA, poeta e jornalista. Publicador Maranhense, 12/09/1885).

Visando crescimento e implementação de técnicas que pudessem trazer melhorias ao cenário maranhense, em especial à economia açucareira que passava por seus momentos de crises, uma vez que, a modernização já era avistada em outros produtores de açúcar, levou o Governo Imperial a criar novas condições com a finalidade de desviar possíveis mudanças negativas nos níveis tecnológicos de produção. Carvalho (2015) argumenta que uma das ações do Governo Imperial, foi uma ênfase dada na Lei de nº 2.687 de 1875, que regulamentou instalações de fábricas centrais. Destaca ainda que, a referida lei garantia uma taxa de juros de 7% ao ano, durante vinte anos, sobre o capital investido.

Tal regulamentação, possibilitou abertura de elevadas publicações sobre vantagens e resultados satisfatórios das experiências vindas de empresários franceses e ingleses em suas produções, fortalecendo ainda mais a ideia de implantação das fábricas na província. Em dados mostrados pelo Jornal da Lavoura, São Luís, ano 1, nº4, em 30 de julho de 1875, p.36, é destacado o anseio de alguns lavradores por externarem as vantagens dessas fábricas, havendo defesas como a solução para a lavoura local, bem como a criação de um banco hipotético, na tentativa de haver para o período maior oferta de capital, levando em consideração uma baixa nos juros e prazos mais flexíveis, dando

a partir daí a sustentação na base de modernização da fabricação de açúcar, por meio da implantação de engenhos centrais no Maranhão.

Com base nas contribuições de Caldeiras (1988) as propostas de implantação ganham uma intensidade de interesses oriundos de vários locais no Maranhão, bem como os lavradores de Pedreiras, tendo a frente a liderança de Antônio César de Berredo, por ter recebido um consignado no Decreto nº 6.424 de fevereiro de 1876, com a finalidade de ser encarregado da incorporação de uma Companhia, às margens do rio Mearim, informação fixada no relatório do presidente da Província Dr. José Correia de Sá e Benevides, em 1878, p.23.



IMAGEM 04- Vista do fundo do Engenho Central, período fabril. **Fonte:** Tripadvisor. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g2348671-d11863706-i232275959-Engenho_Central_de_Pindaré_Mirim_State_of_Maranhao.html. Acesso em 03 de abril, 2021

Ainda nesse contexto, é possível destacar que, outras propostas vieram de comerciantes, que contaram com o apoio de lavradores de cana, por também demonstrarem interesses em expandir a instalação de engenhos visando como ponto de fixação as principais regiões canavieiras da província.

É inegável as aparições de dificuldades que se apresentavam principalmente envolvendo os senhores de engenho, em sua maioria não agradavam-se com a proposta de transformar suas fábricas em unidades de fogo a serem apenas fornecedores de cana. Assim, as propostas tiveram em contínua atividade em busca de garantia para as devidas instalações, até que um grupo de comerciantes de São Luís, sob a liderança do comerciante Martinus Hoyer, apoiado por uma significativa parcela de lavradores de cana e alguns senhores de engenho, consegue dar continuidade à implantação e construção do Engenho São Pedro, localizado às margens do rio Pindaré, no período, a

localidade era nomeada de Colônia de São Pedro, ainda pertencente ao município de Monção, onde já havia a existência de pequenos engenhos.

É importante frisar que a cidade de Guimarães também foi mencionada nas sugestões preferenciais referente à instalação da grande fábrica, apontado como uma das vantagens o rio Pericumã, por também ter a frente da escolha, a família de respeitado nome Vieira da Silva, chegando a propor doação de terras do Alto-Mearim, por também ser considerada terra boa para as atividades de cultivos de cana.

Em uma publicação do Jornal *O paiz*, João Alencar Coqueiro, elenca alguns pontos que expressam uma justificativa pela escolha do local de instalação do Engenho São Pedro:

Não é só a fertilidade das terras da Colônia de São Pedro, onde vai ser levantada a fábrica, que contribuiu para o magnífico resultado que vimos de mostrar (um rendimento de 11,70% de açúcar sobre o peso da cana), senão o complexo de circunstâncias, que reúne aquele lugar, tendentes todas ao bom êxito da empresa, e em tão crescido número, que dificilmente se encontraria outro nas mesmas condições.

1º - Ficam as terras da Colônia do lado direito do rio Pindaré, que produzem canas mais sacarinas do que as do lado esquerdo;

2º - É plano o terreno e firme a mata, que se estende desde as margens do dito rio até as do rio Grajaú, com seis léguas nessa direção, conforme nos informam;

3º - A terra, que vem morrer à margem rio, por ela altamente dominada, oferece vasta esplanada para o assentamento da fábrica;

4º - É o rio navegável em toda e qualquer época do ano até aquele ponto, que dista da capital apenas vinte e quatro horas de viagem em barco a vapor;

5º - O porto nada deixa a desejar, podendo dizer-se que não será mais do que uma baldeação para as barcas das companhias de vapores o transporte dos produtos da fábrica para o embarque e vice-versa;

6º - Dispõem as matas de ótimas e inúmeras madeiras de construção para todas e quaisquer obras da fábrica;

7º - Encontra-se em abundância excelente água potável em jussarais, espalhados em diversos pontos da mesma mata, e não longe, magníficos campos, ricos de pastagens, para a solta do gado;

8º - É proverbial a abundância do peixe nos rios e lagos, e de caças de todo gênero nas matas do Pindaré;

9º - Sendo plano o terreno, não exige o assentamento dos trilhos outra obra de arte a não ser um insignificante aterro em uma pequena baixa, que a linha férrea terá que atravessar;

10º - É o ponto da Colônia, por ser elevado, um dos lugares mais saudáveis do Pindaré, como o podem atestar os que ali têm vivido e os moradores da circunvizinhança. Finalmente, a não menos importante de todas as condições é a aceitação que encontrou a empresa, dos lavradores, fornecedores de canas que, reconhecendo as vantagens que ela lhes proporciona, não recuaram dos sacrifícios, que exige uma muda, indo, cada um para ali estabelecesse o mais próximo que se possa da fábrica, conseguindo desta forma a companhia evitar grandes dispêndios com crescido número de quilômetros de via-férrea, principal e talvez a única causa de sérios embaraços, com que lutam os engenhos centrais, estabelecidos no sul.

Os argumentos que foram expressado por Antônio Coqueiro reafirmam aos dias de hoje, a importância do rio Pindaré como uma das principais base de sustento não

somente aos ribeirinhos, como também sua expressividade a outros municípios a partir dos seus recursos e beleza genuína. E o Engenho hoje, mesmo não mais ativo como fábrica açucareira, é considerado um ícone que marca o divisor de água diante das demais propostas lançadas que almejavam suas instalações em outros locais, por sua singularidade é reconhecido como uma das bases que formam a construção identitária do povo pindareense.

No que se refere a gastos orçamentários, Carvalho (1982) faz uma abordagem destacando que a fábrica foi orçada em 500:000\$000 réis, e capital dividido em ações de 100\$000 réis cada uma, por ser emitidas 5.000 ações, das quais 4.833 já haviam sido subscritas no período. Essa divisão foi pensada para que o capital pudesse girar e subir de maneira gradativa com a estimativa de chegar a um total de 500\$000 réis baseado no crescimento da empresa. Tal orçamento foi apresentado pelo presidente Martinus Hoyer em três casas empresariais, uma em Paris, uma em Nantes e em Liverpool, sendo esta escolhida.

Aprovada pelo Decreto 7.811 do Governo Imperial, nasce a primeira diretoria da Companhia Progresso Agrícola, cogitada para ser a responsável da construção do Engenho São Pedro. A referida comissão tinha entre os membros, o Sr. Martinus Hoyer, Dr. João Antônio Coqueiro, Dr. Gomes de Castro, Sr. José Joaquim de Azevedo Almeida e o Comendador Laurindo de Oliveira.

Antes mesmo do ativo funcionamento das atividades na fábrica, o orçamento inicial foi de 50:000\$000 referente as despesas de assentamento de 5km de trilhos ferroviários, mas devido a escala de esmagamento de 250 toneladas por dia, foi estendido para 12km, tal ação foi conduzida por Collard, direcionada à diretoria da referida empresa.



IMAGEM 05- Rio Pindaré e o Engenho Central. Fonte: Wiliam Junior <http://portalpindare.com.br/index.php/inaugurado-em-1884-engenho-central-de-pindare-mirim-completa-hoje-135-anos/>. Acesso em 24 de abril,2021

Mais tarde, no ano de 1883 a locomotiva Martinus Hoyer realizava seu primeiro percurso estimado em 1 km da ferrovia. Em seguida, mais precisamente em 16 de agosto de 1884 a grande e almejada fábrica foi inaugurada, sendo uma das principais notícias dos jornais no período, sendo também apreciada como a largada de um cenário mais produtivo apesar das dívidas emergentes ao seu processo de instalação. A produção estava estruturada na qualidade do açúcar e de aguardente, suas safras eram a esperança de elevar a garantia de quitar os gastos já apresentados, o que não ocorreu como se esperava.

De acordo com o Diário do Maranhão, a construção do Engenho Central contou com a vinda de trabalhadores de outros lugares:

Tropeçava-se na penúria de profissionais e de simples trabalhadores de campo. Tudo vinha de fora. O construtor da via férrea e os assentadores de trilhos, assim com seis mecânicos e um pedreiro, vieram da Inglaterra. Os ruralistas angariam-se no Ceará e em Caxias. O valor do patrimônio era superior ao capital da Companhia, fixado inicialmente em 500 contos de réis. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 07/02/1887, p. 01).

Após a relevante festa de inauguração, sendo que já estava em pleno funcionamento, como bem destaca Viveiros (1977) a primeira safra deveria acontecer ainda no ano de 1882 mas devido o atraso nas instalações das máquinas, visadas como as mais modernas e mais apropriadas para os novos métodos do trabalho em geral do engenho, postergou-se para 1884 como já destacado. Assim, a partir do referido ano, o engenho a vapor, já não servia na mesma proporção de interesse dos lavradores maranhenses.

Viveiros (1954) enumerou alguns componentes do maquinário do engenho:

6 geradores de vapor, cada um com 25x6 pés; 2 bombas para alimentação dos geradores; 3 moendas horizontais, sistema Rouvelot, de 5 pés x 26 polegadas; 1 esteira sem fim; 1 dita sem fim para bagaço; 5 defecadores; 1 monte jus (monta caldo) 2 prensas filtro completas; 2 clarificadores; 12 filtros de ferro; 1 máquina a vapor; 1 aparelho de tríplice efeito; 1 aparelho a vácuo 4 grandes tanques para xarope; 48 resfriadores de ferro; 4 centrífugas automáticas de 32 polegadas de diâmetro; 1 máquina a vapor para as turbinas; 1 monte jus para as centrífugas; 1 elevador mecânico para conduzir o açúcar das turbinas; 9 dornas com capacidade de 3.600 galões, cada; 1 poderosa bomba, com máquina e caldeira própria, colocada à margem do rio, com capacidade para fornecer 55.000 galões de água por hora. Além dessas, ainda existiam muitas outras partes que completavam a estrutura mecânica do Engenho, como as duas locomotivas que transportavam as canas, em 105 vagões de 3 toneladas.

Segundo Fran Paxeco (1922) esse Engenho era um dos melhores do Brasil. Possuía 500 bois de carro, 35 carroças, cerca de 50 casas de madeira, 3 léguas de terras e 10 km de ferrovia. Estava montado em vasta esplanada, à margem direita do rio Pindaré, com área de 140x130 pés e uma chaminé de cem pés de altura.

Nesse período, registra-se o início do considerado terceiro ciclo da história do açúcar em solo maranhense, considerado também como sua atividade de maior realização, o Engenho Central no Vale do Pindaré.

Sobre o Engenho Central, Euclides Farias descreve:

Os que ainda não foram ao Engenho Central serão porventura capazes de fazer um juízo aproximado do que aquilo é?

Duvido. O que aqui se ouve chamar – Engenho São Pedro – não se descreve; o que ali está só pode ser apreciado por quem lá for; tudo o mais escapa à pena de quem tentar descrever a sua maravilhosa grandeza.

[...] Á noite, este imenso edifício ilumina-se com uma grande quantidade de globos de luz elétrica, e então o aspecto se apresenta aquela grande fábrica assume formas surpreendentes. Ao Clarão de uma luz vivíssima, aqueles metais despedem chipas de diferentes cores, e os mil braços, cilindros, roldanas de alavancas em movimento desenham pelos tetos e paredes sombras fantásticas, que se agitarem espasmos nervosos, descrevendo caprichosos arabescos, como as figuras movediças de caleidoscópios contínuos.

Aquilo não é máquina, aquilo é: um gigante de mil pernas, com as juntas todas de aço, tendo por olhos – luzernas, por alimento – bagaço, [...] Nas amplidões do espaço, o fumo tudo escurece O próprio sol enobrece, em vista desta fumaça, que diz ao homem que passa – aqui a vida floresce. [...]. Ali tudo é grande e majestoso; a gente sente-se pequeno diante da cana mais insignificante. O próprio bagaço de cana torna-se lá superior ao homem. O Engenho Central constitui uma das riquezas da nossa Província. Ali está o progresso de nossa terra, onde o desânimo tem avassalado os espíritos mais fortes. Os incrédulos têm a obrigação de visitá-los, os curiosos devem vê-lo como um objeto digno de maior apreço e os que já tiveram, como eu, a dita de presenciar aquele foco de civilização e progresso, não podem deixar de entusiasmar-se e sentir pungentes saudades daqueles sítios. Onde o ferro iguala o ouro, onde o trabalho enobrece, onde ávida não fenece, onde o terreno é tesouro. (CARVALHO 1982)

Com base nas contribuições de Euclides Farias, pode-se destacar a relevância do engenho não somente para o vale do Pindaré, mas para e nosso estado e país. A implementação deste, disseminou uma representatividade para comerciantes dedicados às atividades de financiamento, lavradores, e alguns senhores de engenho, todos com a percepção de que seria a salvação da economia açucareira. A crise econômica estava em alta, grandes problemas financeiros para os produtores de açúcar, a instalação desses engenhos, com altos níveis tecnológicos, criou nova esperança para a economia provincial. Com a grande demanda de produção e conseqüentemente a manutenção dos serviços, vieram também o descontentamento de produtores, divergências entre fornecedores de cana e os diretores do Engenho São Pedro, a continua crise de fornecimento da matéria-prima, os baixos rendimentos industriais obtidos pelo Engenho e as dívidas que se acumulavam, ganharam espaço para um declínio que já se mostrava presente.

As primeiras atividades no Engenho já sinalizavam uma baixa referente aos resultados esperados, pois os rendimentos propagavam-se em ritmo baixo, os preços internacionais continuavam em queda e a oferta da matéria-prima, sempre em quantidades menores do que era cogitado. A esse contexto negativo, Viveiros faz uma breve explanação:

[...] De queda em queda, de desastre em desastre, o Engenho Central ficou sem capital para o financiamento de suas safras. Afinal, os bancos credores levaram-no a leilão, arrematado por 90 contos, vendido por 250 e revendido por 790 para outras terras. De lá só puderam arrancá-lo à força de dinamite. Com muita dificuldade, o Engenho Central havia produzido até 1913. Assim, em 29 safras, fabricou 22.680.062 quilos de açúcar e 4.209.927 litros de aguardente, no valor de Rs 7.192:595\$000, o que daria uma média de 782.877,18 kg de açúcar, de 145.169,90 litros de aguardente e um produto bruto de 248:020\$517 réis, por ano. Teve suas atividades paralisadas em 1914 e suas máquinas vendidas para Pernambuco, em 1916.

Ao longo dessa contextualização tecida basicamente em algumas vantagens e desvantagens referentes a implantação, atividades e queda de produção do Engenho Central, é possível ainda uma reflexão tanto pela viabilidade e interesse por uma melhoria na escala de produção, quanto na representatividade ocorrida a partir da transferência do controle dos mecanismos da produção dos velhos agricultores para os comerciantes de São Luís e, com o fracasso destes, o retorno aos velhos métodos de elaboração do açúcar mascavo, da aguardente e da rapadura, nos velhos engenhos do Maranhão.

Vários fatores foram ganhando espaço e chamando atenção durante os acontecimentos em torno da crise da economia açucareira, sendo, desse modo, destacado por Carvalho (2015) a declinante produtividade agrícola dos solos, cujos valores, em terrenos de mata, ou em várzeas recém cultivadas, atingiam níveis elevados, mas que após alguns anos de plantio, sofriam acentuada queda, com produções muito baixas, sem condições de dar um bom rendimento aos engenhos. Uma constante degeneração das canas plantadas na província, fazendo com que caísse bastante o teor de sacarose dessas variedades, como foi constatado no Engenho São Pedro.

Dessa forma, com custos elevados, rendimentos baixos e preços declinantes, a economia açucareira não pôde suportar os problemas adicionais surgidos com as leis abolicionistas e entrou em colapso.

Em suma, instalações dos engenhos centrais no Brasil assim como em sua grande maioria na formação do contexto social e político continuamente houve influência de outros países, assim também o cenário econômico também tem reflexos de tais aspectos, desse modo, contou com grandes parcelas de investimentos estrangeiros,

especialmente ingleses e em menor escala, franceses. No Maranhão, a instalação do Engenho de São Pedro não contou com o dinheiro estrangeiro, sendo o capital utilizado unicamente maranhense, até mesmo os financiamentos feitos para sua conclusão e para o custeio da produção. Os recursos utilizados eram dos comerciantes, lavradores e bancos da província, mas tiveram influência na mão de obras, pois para montagem de estrutura e maquinário veio da Inglaterra.

2.3 Pontos e contrapontos a partir declino ao processo de revitalização do Engenho Central

Aqui trataremos de alguns fatores que por muitos anos estiveram apenas registrados na memória do povo pindareense, alguns fatos levados para a mídia, mas que, o que prevaleceu para o registro oficial apresentado dentro desta pesquisa foi a vitalidade na fala de “anônimos” que guardam em seu sentimento de pertencimento uma genuína maneira de luta ao processo de tombamento e patrimonialização do Engenho Central aos dias atuais.

Foram inúmeros desafios refletidos desde o seu período fabril, tanto pelo seu processo de implantação como o desenvolvimento de atividades, após o declínio não distanciou-se muito da realidade. O Engenho ficou desativado, maquinários vendidos, abandonado resistindo ao tempo por muitos anos, virou um depósito de lixo, suas paredes já mostravam deterioramento, também alvo de pichação.

A prática reflexiva pautada em anseios pela patrimonialização tem ganhado uma intensidade no século XXI o que conseqüentemente traz em evidencia uma constante busca pelo reconhecimento de bens, manifestações culturais, tombamentos enquanto representações identitárias. Tais ações, fomentam o embate de forças entre os gestores públicos e os grupos que vão a luta, encorajados pela busca de valorização dos seus acervos, de bens tangíveis e intangíveis. Inegavelmente tem-se a margem desta contextualização, complexidade ao entendimento da salvaguarda de bens patrimoniais, e ainda, que a lida dessa problemática exige reflexões no âmbito epistemológico, sem que o empírico seja deixado de lado.

Em um contexto mais amplo e já tratado anteriormente, o ato de patrimonializar implica conferir o estatuto de patrimônio para um bem material ou imaterial, a partir do reconhecimento de seu valor identitário, histórico, representativo de

tradições culturais, entre outras singularidades que possam ser reconhecidas nos modos de viver de um grupo, em um determinado espaço e temporalidade.

Portanto, o reconhecimento dos bens patrimoniais pressupõe uma tomada de decisão que visa garantir a sua proteção, conservação e preservação por intermédio de instrumentos legais (decretos e leis) que viabilizem o registro ou o tombamento, dependendo da tipologia do bem. A memória coletiva constitui, como aponta Le Goff, um elemento-chave na construção identitária individual ou dos grupos, uma vez que figura como “um instrumento e um objeto de poder” (1996, p. 476). Se a noção de memória não existe sem a de identidade e a de lembrança sem a de esquecimento, como assinala Candau (2011; 2016) são justamente nos campos de disputas pelas memórias que as identidades se fortalecem e se impõem sobre as demais. Além disso, como ferramentas do poder instituído, as memórias e as construções identitárias são referências presentes no embasamento e na aplicação das políticas públicas em diversos níveis.

Segundo dados do Portal eletrônico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN o nome do prédio do Engenho Central São Pedro, na cidade de Pindaré-Mirim, local onde funcionou a Companhia Progresso Agrícola do Maranhão. Tem seu número de processo de tombamento 1202-T-1986, no livro do Tombo Histórico, inscrição de nº 549, de 03/12/1998. Apresentado como destaque descritivo a sua construção à margem direita do rio Pindaré em terreno antes pertencente à extinta colônia de São Pedro, habitada por índios Guajajaras, o Engenho Central de São Pedro ou companhia Progresso Agrícola, foi criado pelo Decreto- Lei nº 7.811, de 31 de agosto de 1880. Seu conjunto de maquinário e aparelhagem necessários à sua instalação foram importado da Inglaterra pela quantia de 28\$000 reis e executado pelo Técnico Robert Collond, da firma inglesa Fawcet Preston & Cia.

Relata-se ainda que, tal momento oportunizou a fixação em solos maranhense os trilhos da primeira ferrovia do Estado. Em 1888, em continua iniciativa da referida empresa, instala-se em Pindaré o Sistema de iluminação elétrica, conferindo o título ao município um pioneiro no Brasil, assunto que ainda nos dias de hoje instiga o título por também haver que a cidade fluminense de Campos ter data próxima ao ano de 1892 também dotada de energia elétrica.

De acordo com a Ata da 12ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em 02 de dezembro de 1997, no Rio de Janeiro, evento que marcou os 60 anos de funcionamento do IPHAN, além da aprovação do Tombamento do Teatro Municipal de São Paulo, o conselheiro Roberto Cavalcante de Albuquerque apresentou

seu parecer sobre a proposta de Tombamento do Engenho Central de São Pedro, com o processo de nº 1.202-T-86 e apoia-se mencionando a importância em uma descrição retirada do processo em discussão, assim começa mencionado a fala de Martinus Hoyer publicada em 1879 no jornal o País em São Luís, em externar a expressividade da necessidade da Província do Maranhão em manter ativada as atividades agrícolas, relatando ainda que, a oferta de capitais, a juro modico e prazos longos e a introdução de grandes melhorias na lavoura, poderiam tirar a província do Maranhão da crise que já se encontrava. E segue fazendo uma breve descrição do Engenho Central de São Pedro, pertencente à Companhia Progresso Agrícola do Maranhão, inaugurado em 1884, em Pindaré-Mirim, reconhecido na História do Brasil como um dos maiores monumentos industrial instalado para o desenvolvimento produtivo do açúcar e cachaça ainda no século XIX. Vale ressaltar que o argumento usado na pauta para lavar a ata, foi subsidiada por dois grandes estudos de modo a citar, o do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, do DEPROT/IPHAN e da historiadora Kátia Bogéa, sendo esta, colaboradora desta pesquisa.



IMAGEM 06- Vista da lateral direita do Engenho Central. FONTE: Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=engenho+central+de+pindare+antigo&tbm=isch&ved=2ahUKEwiZrKWFjr3xAhXAm5UCHbYvDhIQ2>. Acesso: 10 de maio,2021.

Segundo a descrição da Ata (1997) além da solicitação conduzida pelo conselheiro Roberto Cavalcante de Albuquerque, ao mérito de tombamento, pela União do referido imóvel, nos autos do processo já haviam aspectos informativos para chamar atenção do deterioramento e por ser a mais expressiva reminiscência dos engenhos centrais no Brasil, sendo lembrado em comparação outro engenho que não chagou a tornar-se em usina, o Engenho Central de Bracuí, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, citado por está em estado de ruínas. O Engenho central de Pindaré carrega em seu

conjunto arquitetônico uma expressividade não somente pelo moldes externos, mas seu valor histórico, no aspecto econômico pela sua importante atividade produtiva do açúcar e por sua influência na formação nacional.

(...) meu parecer é, por tanto, pelo tombamento, pela União, do prédio do Engenho Central São Pedro, onde funcionou a Companhia Progresso agrícola do Maranhão, inclusive a contigua chaminé. E também manifesto meu acordo com a delimitação da área tombada e da área em torno, conforme a proposta constante do parecer Deprot/Iphan/RJ/Nº048/97, incluso nos autos do processo em exame.

FABRÍCIO DE OLIVEIRA, EM 12ª ATA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, RIO DE JANEIRO, 20 DE NOVEMBRO DE 1997.

Tal manifestação em plenária, evidencia a necessidade de cuidados e valorização do referido monumento, lutas que não foram apenas em Plenárias ou audiências mas também pela força e mobilizações da comunidade local, estendendo-se a grupos sociais e escolas.

No ano de 1997 em Pindaré-Mirim, nascia a “Associação Amigos do Engenho Central” estando a frente, Pedro de Amorim Aquino (colaborador desta pesquisa) popularmente conhecido como vereador Neném, no início das atividades da associação, o referido colaborador, em 1997 esteve na condição de secretário adjunto de Cultura juntamente com o secretário Carlos Alberto Neves-Becão, secretário municipal de cultura do período, também colaborador desta pesquisa.

Em uma conversa realizada no dia 02 de mês de maio do ano de 2021, o colaborador Pedro Amorim destaca que a associação Amigos do Engenho Central, foi idealizada com o objetivo de realizar mobilizações junto aos órgãos públicos competentes e todas as instituições cabíveis, foi organizado um grupo de associados militantes cultural de modo a citar em saudosa memória o senhor Euzamar Medeiros, professora Joana Fernandes, Zila Maria, Cosme Sat, entre outros que até hoje continuam na militância.

A partir da Associação Amigos do Engenho Central, foi instituído uma atividade de marketing, para que pudesse aumentar ainda mais esse movimento, assim surge o “Boi do Engenho.” Pedro Amorim ressaltou que, muitas pessoas leigas olhavam o boi apenas como algo a ser apresentado nos terreiros, porém foi criado uma companhia folclórica de dança dentro de uma estrutura de pessoas populares, utilizando pessoas da periferia, meninas, homens, jovens, e mulheres, “sem se preocupar com a estética, mas principalmente mostrar a cultura popular.” Com isso, o Boi do Engenho se tornou um instrumento que permitiu nas suas idas a outras cidades do Vale do Pindaré, e com o

terreiro principal, a capital São Luís a levar toda a força da Cultura pindareense. Vale ressaltar, que em todos os palanques antes das apresentações, Carlos Becão tinha a função de falar da trajetória do Engenho do seu fato, do momento que era a situação de deterioramento em estado preocupante e, que precisava ser feito algo para despertar a atenção das autoridades.

Em referência ao “Boi do Engenho”, Becão (diálogo realizado em maio de 2021) ressalta que iniciativa do referido grupo folclórico fortaleceu-se após uma conversa com o Engenheiro Natanael Vale e mais alguns amigos, que sugeriram algo que fosse levado para outros lugares por meio de alguma representatividade cultural local, com a criação da associação, dentre as atividades planejadas estavam as apresentações do “Boi do Engenho.”



IMAGEM 07- Representantes da Associação Amigos do Engenho, acompanhando uma vistoria técnica/ Dançarinos do Boi do Engenho. **Fonte:** Pedro Amorim Aquino.

O diferencial das apresentações estava, a sincronia entre os cantadores, levantadores e batuques, no som das matracas, marcação, repique, instrumentos básicos da região do Vale do Pindaré, no seu primeiro ano de fundação, ganharam da Secretaria do Estado a abertura para realizar três apresentações em São Luís no ano de 1998.

(...) Por todos os lados que íamos, o foco era levar por meio das apresentações do Boi, uma manifestação, que pudesse chamar atenção para os cuidados do Engenho Central, lembro que em um palco na cidade de Santa Inês, aproveitamos a oportunidade de falar ainda mais sobre o abandono do Engenho, pois naquele dia havia muitos políticos assistindo a apresentação, tudo o que foi possível falar para chamar atenção, alguns se manifestaram por meio de cartas, dizendo já havia projetos de restauração e em São Luís também, fizemos a mesma coisa, em uma das apresentações estava Roseana Sarney e o então Ministro Gilberto Gil, eles já demonstraram um apoio melhor à nossa manifestação”. (COLABORADOR CARLOS BECÃO, EM MAIO 2021)

O boi do Engenho esteve em ativa até o ano de 2015, devido ao alto custo com as despesas, a estrutura financeira foi caindo e o recuo foi necessário, como bem destaca Becão um outro aspecto foi o não apoio de gestores culturais “não valorizavam a

cultura”. Becão fala ainda que, antes do encerramento total das atividades do Boi do Engenho, seus organizadores e diretoria tiveram a iniciativa de montar a “casa do conhecimento Luízinha Pinheiro” no bairro da Nova Brasília em Pindaré-Mirim, foram oferecidos cursos básicos de informática visando a inclusão digital para crianças e adolescentes, os computadores (oito) foram adquiridos por meio de requerimento enviado ao Tribunal de Justiça, que doou ainda ventiladores, impressora, bebedouro. A “Casa do Conhecimento” teve a duração de atividades entre 2013 e 2017 e pela falta de manutenção foi desativada.

Ao retomar com sua colaboração desta pesquisa, Pedro Amorim Aquino, que menciona um fato, quando foi para ser feitos as primeiras assinaturas dos associados do Engenho, “tivemos a grata satisfação da Governadora Roseana Sarney junto com o secretário de Cultura do Estado Elisier Moreira, os quais assinaram a primeira ata de fundação da associação, sendo os primeiros sócios fundadores dessa construção.”

Após o registro desse encontro, foram traçados cronogramas de atividades direcionadas ao Boi do Engenho, não somente isso, daí surgiu a ideia de fazer uma estrutura paliativa dentro do Engenho uma espécie de passarela de cimento para que houvesse atividades culturais. Lembrando que funcionava uma fábrica de peças sanitária, pré-moldados, o que tornava ainda mais o processo de degradação. Durante a Administração de Manoel Filho médico, por meio de muitas conversas de sensibilização dos então associados com a admiração, foi possível fazer a retirada da estrutura do local.

Barros (1989, p. 30) por meio do ato de lembrar nos servimos de campos de significados, os quadros sociais, que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado na medida em que as localizações espaciais e temporais das lembranças são a essência da memória.

A proposta de continuar a busca ativa para que o Engenho de alguma maneira fosse utilizado, várias atividades começaram a ocupar o espaço, as quadrilhas começaram a fazer seus ensaios, outros tipos de danças, grupo de capoeira do mestre Chibata. De tal maneira que por um bom tempo, foi-se dando abertura para a criação de novos movimentos como a Liga Cultural do Engenho Central que, segundo Pedro de Amorim, não chegou a ser registrada, depois surge o Movimento Abraço ao Engenho, liderado pelo professor Márcio Marinho junto aos estudantes da Escola Municipal João Silva.

Os principais desafios mencionados durante o referido diálogo, foi a subjetividade do poder público por manifestar pouco interesse pela causa. E finaliza,

destacando a satisfação em ter contribuído, mas que os movimento populares não ganharam reconhecimentos devidos, nem mesmo por uma ocupação de espaço no sentido da gestão pudesse dá um apoio às ações, ou que a municipalidade tivesse o interesse de reconhecer essas ações, houve sim, a força do Iphan, mas a comunidade local se fez presente também.

“O sentimento de pertencimento é natural, o Engenho é nosso, e o pindareense deve continuar a zelar por essa joia, o cuidado depende de todos nós”. (Pedro de Amorim Aquino, em 02 de maio de 2021). Dentro do seu relato, o referido colaborador, frisa que no ano de 2012, entre os dias 15 e 16 de novembro, juntamente com outros sócios (Euzamar Medeiros in memória, Carlos Becão, Cosme Sat) estiveram acompanhando a Arquiteta Dr^a Cláudia e o Geografo Joaquim Calaes da Empresa Grillos e Werneck de Minas Gerais, que veio fazer um mapeamento, diagnóstico e a formatação do projeto de restauração do Engenho, sob a responsabilidade da Superintendente do Iphan no Maranhão, Kátia Bogéa.

O movimento “Abraço ao Engenho” teve sua base idealizada pelo Professor Márcio Marinho, o ato iniciou em 2010, com os estudantes da Escola Municipal João Silva, que ao longo de 8 anos até o dia 16 de agosto de 2018 chamou a atenção das autoridades para a restauração do Engenho Central de Pindaré-Mirim. O idealizador do movimento, Márcio Marinho disse que o objetivo foi alcançado e graças também a atitude de várias pessoas que lutaram para ver o monumento revitalizado. Ele destacou que agora é a vez dos moradores preservar o nosso Engenho Central.



IMAGEM 08- Ação “Abraço ao Engenho”. **Fonte:** William Junior. Disponível em <http://portalpindare.com.br/index.php/apos-8-anos-movimento-abraco-engenho-e-finalizado-em-pindare-mirim/>. Acesso em 04 de abril, 2021

Durante o diálogo realizado em outubro de 2019, Márcio Marinho mencionou que cada ano, a mobilização ganhava força com a participação de estudantes de várias escolas, entidades e projetos sociais que também lutaram pela restauração do Patrimônio que faz parte não só história maranhense mas também, História do Brasil. O ano de 2018, a ideia era dá o último abraço ao Engenho Central, chamando a atenção da população para a preservação do monumento. Durante esse último ato, vários estudantes de escolas públicas municipais e estaduais, além de professores e a comunidade pindareense participaram do movimento com faixas nas mãos, dessa vez o aviso foi para a população, que preserve o “Engenho Central, que é de todos nós”.

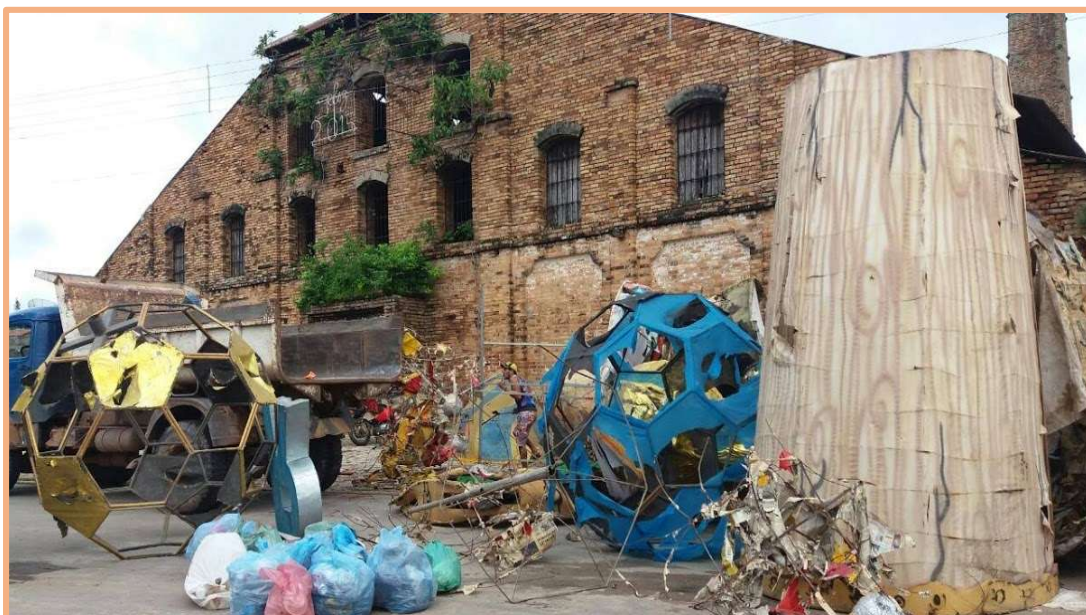


IMAGEM 09- Ação de limpeza- retirada de entulhos da área interna do Engenho. **Fonte:** Portal Pindaré. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/voluntarios-se-unem-e-fazem-uma-grande-limpeza-no-engenho-central-de-pindare-mirim/>. Acesso em 06 de abril, 2021

Paralelo ao ato simbólico “Abraço ao Engenho” registramos a partir da pesquisa de campo, algumas atuações de Miguel Sousa, artista plástico, atuante como voluntário em ações sociais voltada para jovens e adultos dentro do município de Pindaré-Mirim, destacou-se em algumas ações que liderou em prol Engenho Central (retiradas de cartazes que contribuíram para a poluição visual nas paredes do monumento, produção de latas de lixo personalizadas espalhadas em pontos estratégicos pra minimizar o acúmulo de sujeira nas proximidades do Engenho, inúmeras publicações de sensibilização nas redes sociais, pinturas espalhadas em pontos estratégicos para mostrar as beleza local, como também chamar atenção para cuidados necessários) como artista, fala da sua admiração pelo monumento arquitetônico, entendido como esplêndido e

grandioso, o que justifica a iniciativa das primeiras inquietações referente ao abandono e faltas de cuidados, justifica ainda que uma das principais perguntas lançadas a si, foi como poderia agir para preservar aquele patrimônio? por que ao longo do tempo estava sendo degradado não apenas pelo tempo, mas também empresas que colocavam cartazes de propaganda, carroceiros que faziam seus alojamentos, pequenas quitandas de confecções, feirinhas, pessoas que faziam suas necessidades biológicas.

O Colaborador Miguel Sousa, destaca ainda em sua fala que, levando em consideração o acompanhamento de outros grupos, que já haviam realizado manifestações, lutaram muito, e foram perdendo forças, tentando chamar a atenção do poder público. Miguel e sua equipe MSgratit, composta por uma média de 50 (cinquenta membros) resolveram fazer um mutirão arrancar os cartazes que as empresas colavam nas paredes do Engenho, tal mobilização atraiu outros grupos, que mais tarde retomaram as atividades de limpeza dentro e fora do monumento, unido forças pela preservação, nascendo aí o movimento “Amigos do Engenho Central” os desafios foram constantes, pois já estava tombado, “algumas vezes o portão principal caía, e havia um cuidado para que pudesse ser mantido sua originalidade”.

As redes sociais foram inúmeras vezes palco de campanhas de sensibilização para que a comunidade pudesse fortalecer as atividades de cuidados. As mobilizações foram ganhando forças como bem destaca Miguel Sousa, outros grupos começaram a se mobilizar com mais intensidade e, surge um novo movimento “Vida ao Engenho” que após nascer de uma publicação de facebook postada em 2015 pelo professor Márcio Prazeres, reuniram vários grupos sociais, voluntários e fizeram uma grande limpeza capaz de fazer a total retirada de entulhos por mais de dois dias (ornamentação carnavalesca e de festa junina, barracas, manilhas, pedras de cimento, madeiras, plásticos, animais mortos, entre outros) jogados dentro do Engenho, foram produzidas latas de lixo e espalhadas. Após a limpeza, as mobilizações foram ainda mais intensificadas, vários registros foram levados para a mídia e aos poucos a sensibilização foi acontecendo.

A proposta da possível reforma já era cogitada, muitos anos antes das manifestações realizadas de modo a destacar, uma equipe de pessoas voluntárias de Pindaré, que chegaram a ir na Capital do Estado levar tijolos que estavam caindo ao Iphan como maneira de chamar atenção para a viabilidade do andamento do projeto de restauração, sugerindo audiência com Kátia Bogéa, pessoa que esteve a frente dos processos em prol da obra de revitalização do Engenho.

Em continuidade ao diálogo que condiciona essa transcrição, Miguel Sousa recorda, que a proposta da obra ganha ainda mais vigor, quando o Iphan teve conhecimento da multa que a empresa Camargo Corrêa havia sido notificada pela Vale do Rio Doce, por meio do Termo de Ajuste de Conduta, assim, segundo informações prestadas por Miguel Sousa, Kátia Bogéa abre um processo sugerindo que a empresa multada pudesse aplicar o valor na reforma do Engenho.

Paralelo ao andamento do processo, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Maranhão (ECD/ Alema), por solicitação do deputado estadual Bira do Pindaré (PSB), recebeu em uma audiência realizada em agosto de 2016, o superintendente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Maranhão (IPHAN/MA) Maurício Itapary, além dos membros do “Movimento Vida ao Engenho Central” (Miguel Sousa, Márcio Prazeres, Jakson Maciel, William Júnior, Lindalva Corrêa e Augusto Júnior) e de representantes da Associação Amigo do Engenho.



IMAGEM 10- Comissão “Vida ao Engenho” em audiência como representantes do Iphan. **Fonte:** Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/reportagem-mostra-como-foi-a-reuniao-sobre-a-restauracao-do-engenho-central-de-pindare-mirim/>. Acesso: 20 de maio, 2021.

Dentre inúmeros questionamentos levantados, inclusive sobre se haveria oportunidade de emprego para mão de obra local, foi reafirmado por Mauricio Itapary que finalmente a obra estaria próxima, após dois meses da audiência, chega em Pindaré três contêndes trazidos pela Gomes Sodré, empresa contratada pela Vale, após dois meses dos contêndes deixados em praça pública, começou a tão esperada obra de restauração. Veio profissionais de fora, em sua grande maioria de Minas Gerais e empregou muitos trabalhadores local.

Com a obra em andamento, os desafios também continuaram a surgir, por ser um monumento secular, estrutura criteriosamente levantada ainda no século XIX, apesar de haver todo projeto executivo, o caderno III de especificação (GRILLO & WERCK Projetos e consultorias Ltda) mostra alguns pontos de atenção já sugerindo medida para melhor desempenho da obra.

Orientações e cuidados especiais deverão ser observado para evitar o acúmulo de materiais ou entulhos que provoquem sobrecarga em peças estruturais ou pressão lateral excessiva em paredes ou em outros elementos da edificação. As peças ou componentes de grande porte deverão ser removidos e arreados ate o solo por meio de guindastes ou equipamentos equivalentes que favoreçam a necessária segurança. (GRILLO & WERNWEK Projeto e Consultoria Ltda p. 24)

Em referência aos cuidados apontados pelo caderno de especificação, o colaborador Miguel Sousa, comenta a respeito do piso do Engenho Central, ao lembrar da época em que antiga Sucan, colocou uma fábrica de manilha lá dentro para ajudar algumas comunidades em fazer as fossas as para pessoas carentes. E nisso eles fizeram um piso, sobre o piso original, depois, o vereador Neném, tomou a iniciativa de fazer um outro piso em formato de passarela com duas linhas de cimentos, com a finalidade de fazer eventos dentro do Engenho, enfoque também mencionado na fala colaborativa de Pedro Amorim. Passaram-se uns meses, o professor Dorinaldo da Capoeira, se engajou em várias manifestações, também fez outro piso, para que os grupos de Capoeira pudesse brincar.

E hoje olhando o Engenho revitalizado, se não houver interesse do poder público municipal e até mesmo do Iphan, ele vai se degradar muito, porque não há registros de uma equipe de manutenção no Engenho Central, não há suporte, capital ou mão de obras especializada para atuação, semanal, quinzenal ou mensal Os desafios são inúmeros, pois além de aguardar o deferimento de pedidos, o tempo de espera é muito extenso, assim como outros colaboradores já tenham mencionado a é preocupação gerada em torno desses “pequenos danos”.
(MIGUEL SOUSA, EM 17 DE AGOSTO DE 2020)

A preocupação torna-se um dos aspectos que, após a revitalização do Engenho, sendo uma observação levantada na somente pelo Miguel, mas ao longo de outras transcrições que aqui serão registradas. E uma problemática notória, haja vista que já há relatos apontando que a primeira chuva ocorrida após a entrega da obra, a cisterna encheu, porque a bomba colocada não foi suficiente para a retirada da água, outra situação foi o vidro externo de proteção que trincou e até hoje -2021 permanece apenas camuflado, sendo citado pelo colaborador Miguel Sousa, que assim descreveu, “tive o privilégio de

vê que mesmo quebrado, o vidro suporta muito peso, eu estava presente quando fizeram o teste”. E continua,

(...) junto com a minha equipe MSGrafit, por meio de representantes do Governo Estadual, fui convidado a fazer em uma sala reservada ainda com piso original, um memorial, cenário fictício em alusão ao período fabril do Engenho, um canalial, torrões de açucares e uma locomotiva, sacos de açúcar, trabalhadores. Fico muito feliz em poder contribuir com esse trabalho de suma importância não somente pra você Lindalva, que está pesquisando mas também por ser uma grande contribuição para as próximas pesquisas acadêmicas e para o nosso município. (MIGUEL SOUSA, EM 17 DE AGOSTO DE 2020)

A descrição realizada pelo referido colaborador, vai ao encontro do que (BOSI, 1994, p. 55) nos apresenta ao referir-se sobre as lembranças, são leituras que os sujeitos fazem do passado com ferramentas emprestadas do presente. Elas não vivem no passado, ao contrário, precisam de um tempo presente de onde são projetadas e ancoradas em um sentido. Também não se apresentam isoladas, são de ordem relacional e envolvem outros indivíduos: nas lembranças, nunca estamos sós.

Quando estimulado a falar sobre o perspectiva aos dias atuais, o referido colaborador argumenta que em sua concepção, o Engenho não tem mais uma identidade mística, segundo ele, que por muitos anos traduzia suspense por suas lendas (onça do Canadá, Loira da ponte, o Cabeludo que um cidadão que realmente existiu e virou um personagem lembrado na História de Pindaré). Para Miguel Sousa, as atividades hoje mostrada dentro do Engenho não mostram um resgate mais preciso da sua própria história, há sim exposição de algumas peças culturais, mas seu lado místico adormeceu.

Um ponto em destaque, é o que ouve-se sobre o túnel, o trajeto que para algumas pessoas era um percurso que era feito para às margens do Rio, porém essa ideia não é assegurada devido a proximidade das águas, em período das cheias inundaria o engenho, o túnel tem sua curvatura no sentido contrário ao Rio, em uma estrutura compatível a passar uma carroça, sua passarela de trios recebiam vagões soltos da locomotiva.



IMAGEM 11- túnel do Engenho Central.
Fonte própria, registro em outubro, 2020

Mesmo após a entrega da obra, por também haver alguns aterros e construção de casas, Praça São Pedro, construída nos anos 90 pelo saudoso João Silva, prefeito do período, lojas e atual rua do comércio de Pindaré, é possível encontrar os trilhos, sendo possível observar a altura do teto do túnel incompatível para entrada ou saída de locomotiva em seu tamanho normal. Em fechamento ao diálogo para essa transcrição, Miguel Sousa diz: “Eu sendo pindareense me recordo muito da frase do autêntico Lucas Pato in memória, que mesmo assim, “Engenho Central diante de todas as mazelas que tupassou, você continua grandioso, ainda é um marco pra nossa cidade, é serás sempre Imponente para o nosso povo”. Os contrastes até aqui apresentados, revelam ainda mais a autenticidade da importância da memória de um povo, e que devem sim, ser resgatada, registrada para as próximas gerações e para as novas pesquisas.

A trajetória de relatos conduz um roteiro que ora aponto um aspecto novo e diferente, ora reativa a memória coletiva, assim, as contribuições do professor Márcio Prazeres, retoma em uma proporção mais ampla para descrever o crescimento de mais alguns aspectos considerados importantes às junções de pontos e contra pontos do assunto em discussão. Márcio Prazeres, não é pindareense, mas se mudou muito cedo para Pindaré, se considera um apaixonado pelo referido município, adotou em seu estilo de vida, passeios constantes às margens do Rio Pindaré, sempre muito observador, o que gerou uma inquietação não somente por ser morador, mas como profissional na área da educação assim descreve: “o que me motivou a propor algo a ser feito, foi vê um monumento tão importante para a nossa história ir caindo no esquecimento como se não representasse nada.”

Para Márcio Prazeres relembrar algumas situações se faz necessário pelas próprias condições de convívio com outras pessoas, continua a relatar sobre suas lembranças descrevendo que muitas pessoas já estavam aparentemente acostumadas com o abandono do Engenho, aumentando ainda mais o impulso para conversar e refletir junto a outros amigos (Jakson Maciel e Miguel Sousa) sobre uma possibilidade de despertar uma ação social que pudesse despertar nas autoridades locais algum interesse prático de preservação e devidos cuidados.

(...) “Eu fiz uma publicação no facebook para eu ver como seria a repercussão das pessoas em tentar perceber junto comigo que se nada continuasse a ser feito pelo tempo transcorrido, cheguei a pensar que o Engenho pudesse cair, cairia também muito do que nós somos, parte da nossa raiz cultural, nossa identidade”. (...) o primeiro comentário que apareceu foi o de Miguel grafit

(Miguel Sousa) e o comentário dizia a seguinte frase, que recorro muito bem “você tem coragem de assumir esse compromisso de tentar lutar pela restauração do nosso Engenho?” sendo que já tinha acontecido um grande mutirão de limpeza em que o Jakson Maciel juntamente com os membros do Projeto Social Vamos Fazer, a professora Bete Fênix, Wellington James que um dos administradores do grupo Filhos de Pindaré e Miguel Grafit com sua equipe. Sentamos, eu, Miguel e Jakson e idealizamos o “Movimento Vida ao Engenho” (MARCIO PRAZERES em 18 /04/2020)

O colaborador Márcio Prazeres, fala ainda que o objetivo, foi mobilizar outros segmentos da sociedade, professores e alunos, até conseguir alcançar autoridades competentes, foram realizadas duas grandes ações que são consideradas as mais impactantes no sentido divulgação, segundo Márcio Prazeres, o resultado ganhou uma proporção maior quando saiu uma matéria no jornal do Estado do Maranhão em que mostrava a preocupação de alguns moradores da cidade.

(...) pra mim, a tentativa de resgatar a partir da restauração do Engenho, seria também, restaurar um pouco da história daquele prédio, o que ele representava para o estado do Maranhão por que não dizer, faz parte da História do Brasil, não foi uma luta fácil, encontramos muitas pessoas que tinham outros interesses, não era justamente o social, mas conseguimos desviar pouca atenção nessas pessoas, diminuir um pouco a influência delas na mobilização e, conseguimos uma façanha, foi o apoio do deputado Bira do Pindaré, entre as pessoas do meio político foi alguém que teve papel muito marcante para que o projeto que estava confinado nas gavetas do Iphan pudesse ser reaberto e fosse realizado sua culminância com a restauração. Em uma audiência realizada em São Luís uma comissão do Movimento Vida Engenho (eu, Jakson Maciel, Miguel, Augusto Junior, William Junior, e Lindalva Corrêa) estevemos presente, fomos muito bem recebidos, não perdemos a chance de perguntar como seria o produto final dos projetos já elaborados, pois tínhamos a preocupação que isso se tornasse um elefante branco na cidade, um prédio gigante sem uma funcionalidade em seu papel social. (MARCIO PRAZERES em 18/04/2020)

As projeções ao panorama dos pontos e contra pontos vinculados ao processo de revitalização estiveram continuamente enfrentando desafios, pois assim como haviam projetos elaborados em uma instância maior em referência ao Iphan, a comunidade pindareense também buscou de várias maneiras expressar motivação ao resgate e incentivo de atividades culturais, produções artísticas dentre outras variantes vinculados ao Engenho Central. Assim, o Movimento Vida ao Engenho surgiu exatamente dessa inquietação, de não ser apenas mais um prédio abandonado a céu aberto no centro da cidade, mesmo não sendo oficialmente registrado em cartório, como a Associação Amigos do Engenho, mas teve uma grande repercussão por meio de registro fotográficos, alguns documentos como cartas abertas, abaixo-assinado. Márcio Prazeres, faz uma ressalva que após a obra começar, o grupo praticamente perdeu espaço dentro do propósito de acompanhamento da obra, ficou sem participação, relata ainda que, tentou

contato, solicitando diretamente à própria representante da empresa que estava executando a obra da Camargo Correia, mas não houve retorno, mesmo deixando claro que a proposta do grupo não esteve pertinente a anseios partidários mas principalmente no seu perfil social.

Ao ser estimulado a falar sobre mais alguns pontos de atenção a serem lembrados, Márcio Prazeres fala da ausência do reconhecimento das inúmeras manifestações populares locais que aconteceram. Mas por outro lado, fala da sua satisfação em liderar uma ação que junto a outros movimentos, está registrado na memória do seu povo.

Olhar que após a reforma, mesmo de maneira tímida, há um registro do seu potencial cultural nas exposições, nas faixadas das janelas e portões, aos poucos demonstrando uma funcionalidade pela quantidade de visitantes que por aqui estão passando. Além de também em partes poder corresponder a algumas expectativas, Vida ao Engenho teve participação de várias pessoas, a formação da sua comissão teve seu diferencial pelo eixo social, e pela possibilidade de reunir representantes de outros movimentos, e reafirmo sem medo de errar, foram pessoas que não tiveram vínculo de partidarismo, mas sim pela força da representatividade cultural e da identidade do povo pindareense. (MÁRCIO PRAZERES, 18/04/2020).

Em momentos finais do diálogo, Márcio fala ainda das suas recordações, em destacar as pessoas que estiveram a frente do movimento Vida ao Engenho, foram pessoas que de alguma maneira lançaram suas contribuições de acordo com suas experiências de lutas anteriores, assim, cita Miguel Sousa, que por mais de 15 anos “se virou”, junto com a equipe MSgrafit, fazendo tudo o que esteve ao alcance para chamar a atenção das autoridades; Augusto Júnior, advogado deu todo apoio e orientação, a professora Lindalva Corrêa, foi a secretária do movimento, Jakson Maciel, líder, voluntário e atuante junto ao Projeto Vamos Fazer; William Junior, repórter preocupado em manter todas as informações por meio do Portal Pindaré.



IMAGEM 12- Arte de divulgação para as redes sociais, campanha pedindo de restauração do Engenho. Fonte: Wanderley Silva.

Contudo, mesmo não estando mais em ativa atividade, o Movimento Vida ao Engenho, o colaborador Márcio descreve seu sentimento de dever cumprido, pois a luta foi para que a revitalização saísse do papel, mas também fosse valorizada a participação da comunidade local, infelizmente poucas medidas foram feitas, a participação da população é vista em pequena escala, e deixa como sugestão que, a equipe de gestão fosse composta por profissionais da área com habilidade, que tenha controle para o desenvolvimento de atividades de gerenciamento pela própria valorização da Cultural local, e não por indicação partidária; pudesse haver também uma equipe ativa para manutenção seja de curto, médio ou longo prazo no Engenho, haja vista relatos de alguns danos que não tiveram reparos, pisos que chegaram a afundar, a cisterna que encheu com a primeira Chuva após a obra. É inegável que toda obra tem sua fragilidade por mais elaborada que seja, mas a manutenção se faz necessária, a segurança precisa priorizada, a formação de um conselho deliberativo poderia ajudar bastante no gerenciamento do Engenho.

Cabe destacar que, mesmo sendo lento o processo de restauração do Engenho, foram registrados por meio de fotografias que a falta de conservação presente, fortalecendo ainda mais as mobilizações local, e levando a hashtag “#VidaaoEngenhoCentral” a ação de propagou de 2016 a 2018, havendo publicações online, os idealizadores, levaram uma mensagem de sensibilização para donos de lanchonetes, empresários e para a população em geral que também contribuiu para a jogada de lixo nas dependências do engenho e em seu entorno, havendo grande mobilização de limpeza no local, além de caminhadas que reuniram com faixas os alunos do Centro de Ensino Nagib Haickel (Caic); Centro de Ensino Jerusa da Silva; Centro de Ensino Professor João Cardoso Campos; Escola Municipal Deputado João Silva; Escola Municipal Nazaré Jansen; Colégio Oscar Galvão e alunos do Iema, além dos membros do Projeto Vamos Fazer, Grupo Nação Palmares de Capoeira, Filhos de Pindaré e a comunidade de modo em geral.



IMAGEM 13 - Estudantes em caminhada de sensibilização pela valorização do monumento. **Fonte** própria, registro em 2016

Em suma, foram décadas e décadas de manifestações na tentativas de conseguir a tão sonhada restauração do Engenho Central, pessoas como Euzamar Medeiros, reconhecido como uma referência para a História local e muitos outros nomes da cultura lutaram por essa conquista. A Escola João Silva, sob a liderança do professor Márcio Marinho que durante oito anos realizou uma manifestação (Abraço ao Engenho) em frente ao monumento para chamar a atenção da sociedade sobre a importância do Engenho Central, patrimônio histórico-cultural do município.

Além de mobilizações em uma diversidade de nome em conjunto, também aquelas pessoas que de maneira individual, para muitos ate anônimos, tiveram relevante participação do processo de revitalização da obra do Engenho, assim citamos o colaborador Reinado Medeiros, filho do saudoso Euzamar Medeiros, relata sobre uma significativa participação antes, durante e após a entrega da referida obra.

No início da sua fala, já externa a satisfação em lembrar a chegada dos primeiros conteres, quando sua esposa Maína, chegou contando em casa, sugerindo a então entrega de currículos, mesmo desacreditado pela quantitativo de pessoas em busca de uma oportunidade de emprego, decidiu fazer uma tentativa, não trabalhos logo nos primeiros meses, mas foi chamado;

“no primeiro dia que me apresentei, lembro que havia saído, 14 pessoas, nas primeiras semanas fiquei na parte da praça São Pedro lá embaixo, porque como eles quebraram o piso eles estavam baixando o terreno para colocar outro piso e ficou mais grosso do que o primeiro, uma base de 7 centímetros de concreto, depois não trabalhei mais na escavação, fui direcionado para trabalhar como vigia. (REINADO MEDEIROS, CONVERSA CEDIDA PARA ESTA PÊSQUISA EM 11 DE ABRIL DE 2020)

Durante a conversa, Reinado Medeiros continua a falar da sua experiência, juntos a outros profissionais, assim cita o engenheiro Guilherme Almeida, pessoa a quem descreve como gentil e solícito, relembra das inúmeras manifestações ocorridas em que em alguma delas esteve presente, e que para ele foram fundamentais para somar forças com o Iphan, ao lembrar da chegada da empresa em Pindaré, foi entendido como uma acontecimento que mexeu com a região, pois a população em sua maioria, até foguete soltaram, a expectativa de geração de emprego e alegria indescritível.

(...) Fiz tudo que pude, me doei 100 % para ficar lá até o final e, eu tive o privilégio de ser o último funcionário da reforma, porque eu fiquei por último como jardineiro, fui vigia durante a obra, após ela, não tinha mais nada para vigiar, ai me direcionaram a função de jardineiro, cuido lá da grama e daquelas Palmeiras que a gente planta, e assim fui ficando e por último.

(REINADO MEDEIROS, CONVERSA CEDIDA PARA ESTA PESQUISA EM 11 DE ABRIL DE 2020

Ao ser motivado a falar sobre sua participação das mobilizações enquanto cidadão pindareense e por ser um membro artístico de grupos de manifestações culturais (Mestre de bateria da Escola de Samba Vila Sorriso) colabora dizendo que, foi a oportunidade de novas portas abertas para melhor o aspecto turístico da cidade de Pindaré-Mirim, sem perder a esperança de que com a obra realizada, os grupos culturais teriam um espaço para mostrar sua beleza por meios das práticas realizadas de acordo com a identidade cultural de cada um.

Na oportunidade, Reinaldo Medeiros, mencionou sobre as primeiras restrições de acesso dos grupos culturais, e justifica, “talvez por que ainda estavam se organizando ou pela falta de informação sobre as riquezas culturais dentro de Pindaré, que também lhe dá popularmente o título de “Berço da Cultura maranhense”.

Vale ressaltar que, devido o ocorrido entendido como uma limitação de acesso para os fazedores de cultura do município, foi realizado uma manifestação, liderada pelo professor Dorinaldo



IMAGEM 14: Engenheiro Guilherme Almeida, em vistoria à chaminé do Engenho Central. **Fonte:** Guilherme Almeida.

da Capoeira, um dos artistas que se sentiu prejudicado, por ter alguns pedidos em ofício negado, pela equipe gestora no período, estando a frente a senhora Macielma Torres. Situação que mais tarde foi solucionada, sendo regularizado o acesso e participação de grupos culturais dentro da então Casa de Cultura Engenho Central. Guilherme Silva Almeida, natural de Santa Inês, Engenheiro de Produção, também colaborador desta pesquisa em maio 2021, foi o terceiro engenheiro da obra de restauração do Engenho Central, segundo Guilherme, sua admissão se deu no dia 17/01/2017 destacou que a obra de restauração do Engenho foi a primeira experiência em obras de grande porte, pois antes sua experiência foi somente em reformas e construção menores, descreve ainda que ao todo foram cerca de 150 pessoas diretas na obra e em sua grande maioria dos trabalhadores, era de Pindaré-Mirim. Relembra que uma das primeiras atividades foram focadas na identificação do solo e limpeza, pois em obras de restauração de patrimônio sempre há a necessidade de saber do sítio arqueológico da obra.

Guilherme diz,

(...) o maior desafio da obra foi quando próximo a conclusão descobrimos o famoso túnel, que na parte externa ficou protegido por um grande vidro, que era por onde escoavam a cana de açúcar...achamos um trilho, depois outro e apareceu tudo. (GUILHERME ALMEIDA, RELATO CEDIDO PARA ESTA PESQUISA EM 24 DE MAIO, 2021)

Por fim, Guilherme fala da sua satisfação e vivência positiva em poder participar de uma obra de grande gabarito e também uma obra sonhada por muito tempo, cheia de misticos, histórias e enredos, “profissionalmente, desenvolveu muito minha carreira mas o meu lado pessoal foi o mais importante, pois conquistei muitos amigos de Pindaré.”

Dando continuidade ao registro de colaboradores desta pesquisa, em diálogo realizado em abril de 2021, com Kátia Bogéa, historiadora, e atual presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís (FUMPH) colaboradora desta pesquisa, esteve a frente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) atuando como técnica, superintendente do órgão no Maranhão e presidente Nacional somando pelo menos 40 anos de atividades, tem em sua trajetória uma referência na luta para manter viva a história, religiosidade, os traços do nosso povo e a preservação da sua identidade artística e cultural. Liderou os três principais processos em prol do Engenho Central, processo de Tombamento, de restauração e o atual processo que o tornou Casa de Cultural.

Durante o diálogo realizado no dia 30 de abril de 2021, Kátia Bogéa destaca ainda os principais desafios frente ao trabalho prestado visando a melhoria de preservação do Engenho Central de Pindaré-Mirim, assim enfatiza o reconhecimento sobre a importância do patrimônio além da teoria, destaca ainda a necessidade de orçamentos de patrimônio uma vez que o Engenho Central é tombado na esfera estadual e federal. Há também envolvimento dos políticos que em sua maioria foram apenas propagandas mas que não levaram adiante maiores esforços que pudessem consolidar o que de fato esperou-se pela reforma do Engenho Central.

Kátia Bogéa fala ainda, sobre o processo da obra que deu-se por meio de



IMAGEM 15- Kátia Bogéa, Henrique Salgado ex prefeito, e representantes municipal. Imagem cedida por Kátia Bogéa em 24 de maio, 2021.

processo referente a um crime de degradação e havia multas para pagar daí iniciou-se um projeto para que esse recurso fosse voltado para obra do Engenho Central. Vale ressaltar ainda que alguns políticos mesmo que tenha realizado audiências públicas em Pindaré não foi a esfera política ou gasto do governo estadual que realizou a obra do Engenho Central como um todo.

O projeto inicial apresentado, foi apenas pela revitalização, sugerindo uma sala de vídeo de cinema e o memorial permanente devido à implantação de uma unidade vocacional de ensino em tempo integral do Instituto de Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) aumentou-se algumas salas, que também estão cedidas para a prefeitura, onde funciona duas secretarias.

Em referência às manifestações, a colaboradora Kátia Bogéa, ressalta que foi válida a atuação dos populares, mostrou a força e o desejo de que algo fosse feito mas, em uma escala mais burocrática os desafios foram ainda maiores marcado principalmente ao aspecto financeiro que perpassa até os dias de hoje.

Kátia finaliza falando da sua satisfação em contribuir com esse processo “fiz o que pude o que esteve ao meu alcance, me sinto feliz e honrada pelo resultado obtido apesar de todos os desafios enfrentados é preciso valorizar, é preciso conhecer para valorizar um patrimônio”

Ao longo desse tópico, foi descrito relatos da vivência, antes de tudo, a produção se deu em formato de valorização na transcrição das falas, pois entendemos que a rememoração contribui diretamente com as mediações que imprimem sua própria lógica no processo de construção das lembranças. Ricoeur nos fala desses acontecimentos que ficam fixados (2010, p. 27) “[...] quando narramos coisas verdadeiras, mas passadas, é da memória que extraímos, não as próprias coisas, que passaram, mas as palavras concebidas a partir das imagens que elas gravaram no espírito, como impressões, passando pelos sentidos.” Halbwachs (1990) nos diz que a memória coletiva, nada mais é, do que a participação da memória individual de cada sujeito para com o fato, segundo o mesmo autor, “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.” (1990, p. 51).

Vale ressaltar ainda que, as experiências de vida de cada colaborador desempenham um papel importante em sua visão de realidade e nas escolhas conscientes e inconscientes que realizam no momento de selecionar e manifestar suas lembranças, reconhecer a importância do não dito, do não explicitamente formulado ou enunciado, e, no entanto, carregado de sentido, sendo esta, também, a primeira pesquisa com o maior número de colaboradores que estiveram presentes nas diversas atividades e mobilizações em prol do Engenho Central a partir dos anos de 1990 a 2021.

2.3 Casa de Cultura Engenho Central de Pindaré: memória coletiva e identidade cultural.

Esse tópico está estruturado com a finalidade mostrar o registro de atividades desenvolvidas após a obra de revitalização, Casa de Cultura Engenho Central, dispões de instalações reestruturadas com a funcionalidade de entretenimento, educação e cultura. A obra de restauração e adaptação do prédio foi realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em parceria com o Governo do Maranhão, que também realizou a urbanização do entorno para espaços de cultura, lazer, esporte e integração comunitária.

Anteriormente já em destaque, com grande valor histórico e arquitetônico, o Engenho Central São Pedro em Pindaré Mirim, construído em 1880, passou, após o declínio do ciclo do açúcar, por anos abandonado. O que antes era apenas uma estrutura inutilizada às margens do Rio Pindaré, agora é um imponente equipamento completamente revitalizado. O Centro de Cultura Engenho Central de Pindaré-Mirim

funciona com exposições permanentes e temporárias, memorial, cineteatro, salas de capacitação e realização de eventos culturais, num investimento de mais de R\$ 4 milhões resultante da parceria entre Governo do Estado e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a obra teve início em novembro de 2016.

O Engenho é uma riqueza dentro da história e cultura do Maranhão e do Brasil, embora em uma nova roupagem dando a possibilidade para a construção de novos significados a esse monumento, a estrutura maior, inglesa permanece em uma exuberância revitalizada.

Sua inauguração realizada em 25 de julho de 2019, recebida com muitos fogos, programação especial, chaminé reativada para o momento, dentro do monumento uma grande exposição foi montada com recortes da história de Pindaré, projeção de videomapping com projeções de imagens da história e cultura de Pindaré, apresentações de artistas.

“Começaremos com a exposição Recortes do Pindaré, uma mostra fotográfica histórica do cotidiano da cidade e que também inclui peças cedidas pelos próprios moradores. Elas ilustram um pouco da riqueza cultural local, como trajes e instrumentos das caixeiros, bumba meu boi e dança indígena, entre outros”, diz a gestora Cultural do Centro Cultural do Engenho Central. (AMÉLIA CUNHA, COLABORAÇÃO EM JULHO DE 2018)

Além de exposições, a casa de cultura, teve em seu primeiro ano sua estrutura educacional pautada no oferecimento de diferentes opções de cursos, de Iniciação Teatral, realizado em parceria com o Centro de Artes Cênicas do Maranhão (Cacem); Leitura e capacitação para gestores de bibliotecas, feito pela Biblioteca Pública Benedito Leite; e cursos voltados para o turismo realizados pela própria Sectur. Com a proposta de implementação de unidade do vocacional, o Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) inicialmente teve a composição de duas turmas para o Curso de Formação Inicial e Continuada em Inglês Básico para a comunidade.

É importante relembrar que a construção do Engenho, datada no século XIX, deu origem ao município de Pindaré-Mirim. É uma obra simbólica, pois marca um período importante da história do Maranhão e do Brasil. É um exemplar arquitetônico açucareiro, testemunho de um ciclo histórico agroexportador maranhense. No local eram refinadas toneladas de açúcar, atraindo lucro para a região, na segunda metade do século XIX. O Engenho possibilitou que Pindaré-Mirim fosse a primeira cidade a ter luz elétrica e linha de trem no estado, dando ao povo pindareense um enriquecimento ao sentimento de pertença e identidade.

A construção da Identidade é um processo muito complexo, que ocorre entre diferentes níveis, se processa nos planos sexual, social, profissional, entre outros, a partir de identificações. No plano social, os valores culturais se formam através de normas, hábitos, leis e preconceitos e são fatores determinantes na construção da Identidade. Sônia Grubits Oliveira (1996, p.32)

Tal contextualização nos leva a compreender melhor que identificação com pessoas que tenham os mesmos valores, pensamentos e comportamentos. Cada indivíduo se sente atraído por aquilo que lhe é familiar, o meio em que estamos inseridos é muito importante para que possamos nos reconhecer e nos autoafirmar como indivíduos que possuem uma história de vida.

Por que Casa de Cultura Engenho Central? Talvez essa pergunta tenha sido poucas vezes levantada ou mesmo, não tenha despertado curiosidade por essa resposta. Assim, de acordo com o Portal do Iphan, tratando-se do objetivo em ampliar ainda mais o status social visando a interligação entre espaços que promovam na prática, atividades de natureza educativa de valorização do Patrimônio, as Casas do Patrimônio se fundam na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamentos, de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre órgãos, a sociedade civil e os poderes públicos local. Desse modo, destacamos alguns objetivos vinculados às Casas de Patrimônio apresentados pelo IPHAN:

Articular coletivamente as representações do IPHAN nas unidades da federação, as instituições da sociedade civil e os poderes públicos municipais e estaduais, instaurando espaços de debates e reflexões sobre o Patrimônio Cultural; Difundir informações sobre as ações institucionais do IPHAN de forma acessível ao público; Estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social de bens culturais; Promover oficinas para estudantes, educadores da rede pública municipal e estadual centradas na interface Patrimônio e Educação, com a finalidade de que venham a atuar como multiplicadores desse novo enfoque; Garantir práticas educativas mul/interdisciplinares, com abordagens transversais de acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério da Educação; Promover a valorização das comunidades, bem como contribuir para a sua inserção técnica, tecnológica e digital, por meio de oficinas educativas que utilizem ferramentas digitais, por meio de oficinas educativas quem utilizem ferramentas de audiovisual, por exemplo: identificar agentes locais responsáveis por ações educativas; buscar temas geradores para a valorização do Patrimônio Cultural da diferentes comunidades; Valorizar ações educativas que promovam a interface entre diferentes áreas e dimensões do Patrimônio Cultural; Garantir um espaço de trocas de experiências envolvendo iniciativas de Educação Patrimonial. IPHAN.Disponível:http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em: 14 de março,2021

Tais objetivos em destaque, contextualizam algumas ações já desenvolvidas na casa de Cultura Engenho Central, de modo a corresponder sua nova roupagem institucional após seu declínio outrora, fábrica açucareira. Mesmo em tempos de pandemia, algumas atividades foram replanejadas, sendo possível a realização de visitas guiadas online, produção de vídeos, e exposição online, vídeo conferências.

É oportuno frisar, que mediante a atual contextualização do ano de 2021, acreditamos que as atividades de articulação educativa de modo a manter a aproximação das comunidades local, continua sendo de fundamental importância para que haja o compartilhamento de orientações pela preservação do patrimônio garantindo ainda o diálogo da diversidade da memória tanto individual, quanto coletiva, na perspectiva de ampliar a disseminação da Educação Patrimonial e suas possibilidades referenciais, em especial para a comunidade local, uma vez que seu comprometimento com a proteção e difusão do Patrimônio Cultural estende-se às escolas públicas, escolas privadas, associações de moradores, grupos de detentores de bens culturais protegidos.

Retomamos ao conceito de Educação Patrimonial, para melhor compreensão ao que confere as vertentes das Casas de Cultura pela conservação dos Patrimônios Culturais, assim, trazemos as contribuições de Medeiros e Surya (2012, p.279)

A educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos. Sem dúvida, a educação patrimonial pode ser um instrumento de “alfabetização cultural”, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Nessa perspectiva, estão em destaque também como resultados desta pesquisa, o registro de atividades realizadas após a obra de revitalização, bem como, a consolidação da participação colaborativa dos três primeiros gestores do Centro Cultural Engenho Central.

Amélia Cunha, administradora de empresa de informação, produtora de eventos com especialização em projetos culturais e pós-graduada em Gestão Cultural, com mais ou menos uns 21 anos de experiência na área de produção de eventos e administração de projetos culturais, na posição de produtora cultural, Amélia Cunha, em um momento de diálogo realizado em agosto de 2020 para este trabalho, fala que foi

convidada pela Secretaria de Estado da Cultura em 2019 para ser a primeira gestora do Engenho Central de Pindaré-Mirim, recém-inaugurado como Casa de Cultura.

A primeira experiência que destaco, foi a minha mudança para Pindaré-Mirim, embarquei realmente na experiência da vivência de estar na cidade de Pindaré-mirim que é uma cidade extremamente rica em cultura principalmente cultura popular, uma cidade com personalidades e personagens incríveis o próprio Engenho Central apesar de ser uma construção histórica ele ultrapassa a barreira de construção de patrimônio edificado e entra no imaginário muito maior da cidade da região por ser uma construção com uma história muito interessante na questão da economia mas também a forma como a cidade as cidades do entorno se desenvolveram por meio daquele Engenho que funcionou no século passado a minha experiência como gestor inicial foi extremamente rica. (Amélia Cunha, em 11 de agosto de 2020)

Assim, como os demais colaboradores deste trabalho, Amélia Cunha, ressalta a gama de significados não somente por uma estrutura física, mas também pela afetividade e rememoração estimulada ao relatar suas experiências, assim continua:

O fato de eu ter me mudado para cidade, de eu ter aprendido a ser uma moradora de Pindaré, está ali com a minha família, vivenciar o dia a dia das pessoas, tive contato com mestres incríveis, me tornei amiga de pessoas como dona Maria, que é uma caxeira maravilhosa, dona Zuíla que é personalidade culturalmente rica da cidade de Pindaré e da região, seu Euzamar Madeiros, o senhor que com muita clareza fala da sua vivência e amor por aquela terra, pelo Engenho, a população em geral eu fui muito bem acolhida. (AMELIA CUNHA EM 11 DE AGOSTO DE 2020)

Embora esteja em destaque a satisfação de Amélia Cunha em seu relato de vivência, a referida colaboradora aponta que também enfrentou dificuldade por entender a necessidade de articular atividades e pelo “peso de ser a primeira gestora” do Engenho, ressalta que aos poucos foi possível superar o primeiro desafio, assim designado por Amélia Cunha, pautado na montagem da primeira exposição, “tive a preocupação fazer valer a representatividade de uma Casa de Cultura importantíssima para a cidade Pindaré e região, o Engenho Central” e continua destacando como se deu a organização e montagem da exposição, sendo um cenário, como cana de açúcar, uma locomotiva “tive ajuda de pessoas de São Luís e uma ajuda fundamental da população de Pindaré que contribuiu enormemente, essas pessoas se dispuseram a emprestar acervo que representam a cultura local, principalmente indumentárias do Bumba-Boi”.

Além da exposição de indumentárias que ficou por um longo tempo exposto, houve também uma exposição fotográfica trazendo um retrospecto de um personagem muito conhecido de Pindaré, seu Manoel Catarino in memória, por suas fotografias da década de 50, continuamente foram procuradas por pesquisadores da região, a família se dispôs a emprestar algumas fotos para reprodução e exposição, “uma das mais bonitas exposições que eu tive o prazer de apresentar para todos” diz Amélia Cunha.

Foram realizadas ainda, na gestão de Amélia Cunha atividades com grupos de Tambor de Mina e as casas de culto afro da região, que também emprestaram figurinos, houve também instrumentos da capoeira, danças indígenas da região, empréstimo de Canoas, de utensílios de pesca, por conta do Rio Pindaré e sua influência na formação identitária presente na vida da cidade, bem como em seu aspecto econômico.

Em aproximação do encerramento de participação cedida para esta pesquisa, Amélia Cunha relembra os primeiros momentos de inauguração do Cento Cultural Engenho Central em 2019 “foi um mix de muitas coisas representativas da cidade de Pindaré, da vida das pessoas, pesca, capoeira, pintura popular, tambor de mina, tambor de crioula através do seu Cecílio, é uma riqueza tão grande, quase impossível não esquecer algo”.

Vale ressaltar as contribuições recebidas para o acervo da biblioteca do Engenho, autores cidade de Pindaré-Mirim, Santa Inês, doação também da biblioteca pública Benedito Leite- São Luís, além da montagem de cenários temáticos para que a população tivesse um momento de lazer, e tivesse a oportunidades de registrar fotos em família.

“Eu considero que Pindaré foi fundamental para o crescimento da minha carreira como gestora cultural, porque eu vinha de uma experiência de vários anos com produção de eventos, produção de projetos, mas está presente na história de Pindaré naquele momento, foi incrível, porque não é só a preservação nem é só o fomento da Cultura, era também a valorização dos seus personagens, dos seus indivíduos, da história da cidade, da sua identidade, cidadania através da afirmação de onde elas vêm, do reconhecimento material e imaterial. O Engenho de Pindaré é um monumento que representa um símbolo de resistência cultural da cidade, ele foi palco de muita luta da população de Pindaré-Mirim, luta que deve ser reconhecida pelas inúmeras mobilizações, pela manutenção e preservação (AMÉLIA CUNHA, EM 11 DE AGOSTO DE 2020)

Ao longo das falas de rememoração destacadas por Amélia Cunha, mesmo não sendo genuína de Pindaré, traduz a relevância do sentimento de pertencimento daqueles que de alguma maneira vivenciam a continuam busca pela valorização da sua cultura. Essa participação foi de sua importância na perspectiva de deixar em registros, a colaboração coletiva para o levantamento de novas pesquisas, uma vez que ainda não há de cunho acadêmico registros oficiais, os primeiros ensaios.

Dando continuidade a essa organização de registros colaborativos referentes aos três primeiros gestores do Engenho, apresentaremos também a Assistente Social, Macielma Torre, reside na em Santa Inês, município vizinho de Pindaré. A então colaboradora, começa informando que se tornou gestora por meio de um convite, e que a

princípio veio a primeira pergunta a si mesmo “o que fazer?” por se tratar de uma nova experiência, no entanto, abraçou a causa e assim deu início aos seus primeiros passos de planejamento e execução de atividades dentro do Engenho, sendo a segunda gestora.

(...) Quando cheguei no Engenho, não encontrei exposição em ativa, não tinha os artesãos, tinha só uma lanchonete que funcionava lá dentro, era um ponto em que as pessoas ficavam indo e vindo, não tinha um atrativo maior para chamar o público, já havia um grupo de estagiários que estavam lá para receber os visitantes, porém não tinha muito o que mostrar, tinha também o cinema que funcionava no final de semana e permaneceu funcionando. (MACIELMA TORRES, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2020)

Durante sua participação no diálogo para esta pesquisa, a colaboradora Macielma, deixou notório sua preocupação e desafios enfrentados durante o período em que esteve a frente da gestão, pois segundo Macielma houve uma não aceitação por parte de algumas pessoas, líderes de grupos culturais do município, mas buscou também deixar seu legado de boas ações, assim destaca, que começou por uma exposição, usando pallets que estavam guardados dentro do prédio, foram espalhados, sendo anexados algumas fotos de da história de Pindaré, do carnaval e do bumba meu boi.

Macielma Torres, relembra que a partir dessa primeira exposição realizada por ela, conheceu um artesão de Santa Inês, seu Francisco, manuseia ferros reciclados, dando vida a várias peças artesanais (...)

(...) ele falou que estava fazendo um grande dinossauro e me perguntou se podia expor lá, eu falei pode sim! fez enorme dinossauro não sei se ainda se encontra no local que eu coloquei praticamente na entrada, peguei todas as coisas que ele produziu e pedir para que se eu pudesse expor no salão que estava vazio, aí eu coloquei. (MACIELMA TORRES, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2020).

Além da participação do seu Francisco, houve a participação de alguns pintores que fizeram exposições, a aos poucos a retomada de atividades foram reativadas, vários visitantes de municípios vizinhos, escolas, nos dias de cinema pessoas de outros lugares, estavam sempre em grande maioria. Macielma relata ainda sua satisfação em receber uma companhia de teatro de alto Alegre do Pindaré, “nesse dia, eu acho que foi um dos únicos dias que ficou lotado aquela sala onde funciona o cinema.”

Segundo Macielma, outras atividades foram ganhando espaço, teve a ajuda de um outro artesão, Sandro José, que trouxe para se apresentar, uma companhia de teatro da cidade de Santa Inês, houve também a parceria com o diretor do Iema vocacional, no período estava, Adeilson, funcionou os Cursos de Teatro, Inglês básico e avançado, cursos que proporcionou a participação de muitos jovens.

Mesmo havendo algumas atividades de cunho educacional entendidos como satisfatórios para a gestão, Macielma relembra sua maior dificuldade pautada na parceria com alguns líderes de grupos culturais de Pindaré, explica que em sua maioria,



IMAGEM 16- card evento Crianças no Engenho. **Fonte:** William Junior. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/?s=carnaval+no+engenho>. Acesso: 04 de abril,2021.

líderes alegaram não ganhar espaço para expor suas atividades, uma vez que, havia uma exposição de peças grandes de ferro, ficando pouco espaço para apresentações culturais.

Tal situação gerou alguns conflitos internos e externos, sendo divulgado em redes sociais, por não haver um acordo favorável entre os envolvidos a situação foi sendo agravada, de um lado, líderes alegavam a restrição de acesso e apresentações, do outro lado a gestora do período, Macielma, argumentou que estava apenas atendendo orientações da Secretária do Estado, e que tais apresentações poderiam danificar o piso do prédio.

Paralelo às divergências e críticas relatadas, as atividades, continuaram a ser desenvolvida, antes da saída da gestão do Engenho, Macielma, relembra da fixação das barracas de artesanatos dentro do Engenho, desenvolvimento do Projeto “Crianças no Engenho: brinquedos e brincadeiras, criando e recriando” com a proposta de fazer oficina de brinquedos, origami, pintura, brincadeiras, cinema, público alvo era crianças de 06 a 10 anos de idade. Em um dos momentos do referido projeto, houve apresentação de uma criança flautista, na oportunidade, várias crianças foram convidadas a assistir a apresentação e fazer desenho com lápis de cores. Houve também, uma encenação da Paixão de Cristo, e a realização de um projeto chamado “Entardecer” era feito na porta do Engenho um momento cultural com a participação de cantores da região, realizado a partir das 17 horas, aos finais de semana.

Após a realização desses projetos, foi oficializado a saída de Macielma para a entrada do Gestor Valmir Trindade, pindareense, professor formado em Letras, também conselheiro municipal de Cultura de Pindaré, na categoria de Literatura, pesquisa documental. Em setembro de 2019 assumiu a gestão do Centro Cultural Engenho Central,

participou de um momento de conversa para o fomento desta pesquisa no dia 11 de agosto de 2020, além de permanecer colaborando com o compartilhamento de informações e materiais mesmo após sua saída em fevereiro de 2020, havendo o retorno de Macielma Torres.

Valmir Trindade inicia colaborando com esta pesquisa, destacando a sua satisfação em fazer parte da trajetória histórica da gestão do Centro Cultural Engenho Central, direcionou-se falar dos trabalhos desenvolvidos no campo da Cultura local, literatura e Arte, sendo compreendidos como movimentos necessários a serem colocados em prática, sendo também, encarado como um desafio enquanto gestão, uma vez que a maior proposta fosse trazer para dentro do Engenho Central os fazedores de Cultura, promovendo assim, uma ocupação de atividades com escritores, grupos culturais da região ter o sentimento de pertencimento na valorização desses artistas, bem como mostrar seu potencial, paralelo a essa mobilização, manter uma prestação de assessoria técnica para esses artistas, no tocante, acesso a editais, capacitações, reformulações das entidades para aqueles que possam está juridicamente em situação confortável para o acesso de recursos estaduais, recursos privados e também com mais apoio suas atividades.

Valmir Trindade fala também de atividades visando a prática da Educação Patrimonial, por meio da oferta de formações, visitas guiadas.

Temos buscado manter sobre o Engenho Central não só como uma espaço de entretenimento mas também um lugar de oportunidade, assim, criamos uma feirinha de artesanato, visando a economia criativa, uma vez que ela gira em torno da cultura, temos também abrigado uma companhia de teatro, ou seja está havendo esse ciclo de movimento no Engenho Central.
(FALA DE VALMIR TRINDADE, CEDIDA EM AGOSTO DE 2020)

Durante o diálogo com colaborador Valmir Trindade, foi mencionado também, sobre o atual cenário vinculado à pandemia, algumas atividade foram adaptadas, para formações online, visitas guiadas de maneira virtual, exposições, sendo disponíveis em redes sociais. Um ponto em destaque foi sua satisfação enquanto gestão de desenvolver atividades entendidas como uma oportunidade de contribuir com o município não só como gestor, mas pindareense, além de relembrar que a restauração do Engenho Central, teve a luta de muitas mãos, muitos movimentos que se uniram ainda nos anos 90 vieram brigando para que o Engenho se tornasse o que ele é hoje, um lugar belíssimo, em uma ano de inauguração já alcançou uma marca de 16 mil pessoas visitando e acrescenta, “Em agosto é o seu aniversário, pra nós é uma felicidade muito grande, é uma riqueza, é importante para nós, eu enquanto pindareense me sinto honrado, satisfeito em está a frente dessa gestão, esse é um patrimônio de todos nós, devemos cuidar, valorizar”.

Dentre as atividades promovidas no início da Pandemia da Covid-19 e para compensar a ausência de uma das festas mais tradicionais da região, o Centro Cultural Engenho Central, promoveu o Carnaval do Engenho, evento que esteve voltado para o resgate histórico da folia carnavalesca em Pindaré. “É importante apresentar e fortalecer isso: o carnaval faz parte da nossa identidade”, ressaltou o gestor do Centro Cultural Engenho Central, Valmir Trindade. Durante o evento foram realizadas oficinas, contações de histórias e a exposição Memórias do Carnaval, que contou a trajetória dos blocos de rua, blocos tradicionais, escolas de samba e do tradicional arrastão que todos os anos anima centenas de foliões na cidade.

É importante também frisar que além de atividades culturais, há também atividades de cunho acadêmico, institutos de esfera federal e estadual e as escolas municipais e privadas, estavam continuamente realizando atividade de visitas. Manter esse canal é importante não só para Pindaré, mas para toda região, outras cidades do nosso estado, do nosso país e até mesmo visitantes de outros países.

Outra atividade mencionada foi uma programação para o mês da mulher-2020 com palestras e lançamento de livro e recital de poesia, o Centro Cultural Engenho Central, o destaque foi o empoderamento feminino na educação, desafios, conquistas e perspectivas, contou com a participação da professora Nilvanete Gomes de Lima, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma), Campus



IMAGEM 17- card de divulgação do evento mês da Mulher. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?s=mes+da+mulher+engenho+central>. Acesso: 26 de março, 2021.

Santa Inês. Contou ainda com lançamento do livro ‘Uma interpretação para São Gregório’, do poeta e professor de Língua Portuguesa na rede estadual de ensino, Paulo Rodrigues. O poeta foi recentemente premiado no Concurso Internacional de Literatura, promovido pela União Brasileira de Escritores, no Rio de Janeiro. O prêmio é considerado um dos mais importantes do segmento no Brasil. No Maranhão, já receberam a premiação Ferreira Gullar, Salgado Maranhão e Nauro Machado. Houve ainda a participação da poetisa maranhense Luiza Cantanhede lançou sua coletânea de poemas ‘Pequeno Ensaio Amoroso’, livro que aborda a relação corpo-sentimento.

Muitas atividades foram realizadas e o legado foi deixado por meio dos momentos Culturais, exposições, rodas de conversas referente a cultura e diversidade, visitas guiadas online, oficinas, lives, bate papo literário, lançamento de livro, capacitações. Em fevereiro de 2021, com justificativa não publicada, Valmir Trindade deixa a gestão, para o retorno de Macielma Torres, além das atividades mencionadas, algumas parcerias ficaram firmadas, entre elas, o apoio ao atual Gestor do Iema Vocacional Edilson Brito, também colaborador para a realização desta pesquisa.

Atualmente, no Engenho Central, funciona também, a Unidade Vocacional Engenho Central, uma unidade de ensino com foco na formação profissional - cursos técnicos, e GIC - Formação Iniciação e Continuada. Sendo uma das diversas (20) unidades vocacionais do Estado do Maranhão, vinculadas à rede IEMA/ SEDUC, esta unidade vocacional situada no Engenho Central, que teve início ao processo de matrícula recentemente, oferece inicialmente cursos que objetiva dar ênfase à história e manifestação cultural da cidade e região. Os cursos: Atuação para Cinema; Edição de Vídeo; Produção Literária; Produção Cinematográfica.

Segundo informações cedidas por Edilson Brito, em maio de 2021 os cursos, visam por meio da linguagem áudio visual registrar por meio de curta metragem, documentário ou ficção, a história, que certamente tem como objeto principal a construção, o uso e preservação do edifício Engenho Central, lugar, que figura, atualmente como um lindo cenário para qualquer produção do áudio visual, inclusive propagandas e cenário de inspiração para moda contemporânea com valorização na história do lugar. Lugar, edifício e lugar cidade.

Enquanto diretor desta unidade Vocacional, pretendemos com a participação da comunidade local, potencializar esse eixo cultural, muito forte da cidade, por meio do áudio visual e outras áreas de conhecimento, porém com o foco na formação profissional, emprenhadoríssimo para garantir a expansão da economia criativa -local e nacional. (EDILSON BRITO, EM MAIO DE 2021)

Além desses cursos mencionados, que objetiva apresentar como resultado de curta metragem com Produção local, elenco local e participação especial de outros atores e atrizes do Brasil, está sendo oferecido a oportunidade de lidar com a escrita criativa, com outro curso na área da literatura. Assim possibilitando dar visibilidade aos autores existentes e certamente novos que surgirão.

Um relato fundado na memória é uma forma de superar esquecimentos, de reelaborar significados e (re) estabelecer relações com o passado. Comunicar as experiências do passado permite apreender a dinâmica da própria sociedade, ou seja,

oferece a possibilidade de se compreender como o que está estabelecido é percebido, vivenciado e construído por aqueles que dão sentido à própria existência do estabelecido. Portanto, não se pode nunca abarcar o real como ele é; podemos, isso sim, construir-entrevistados e investigador – uma interpretação daquilo que nos é dado como real. Ao longo de nossas vidas, construímos os nossos espaços, porque, além da materialidade que lhes é atribuída, eles são também aquilo que queremos, ou não, que eles signifique.

3. ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Este capítulo está minuciosamente organizado inicialmente com uma breve contextualização enfatizando o Ensino de História, bem como alguns desafios pertinentes e anseios para supera-los. Discute ainda sobre a Educação Patrimonial como uma possibilidade metodológica para o ensino de História atrelado a uma vertente de conceitos básicos, tais como: patrimônio, patrimonialização, monumento, tombamento, lugares de memória, oralidade, identidade, história oral, que norteiam sua prática, além da legislação e políticas públicas que asseguram sua legitimidade não só no contexto educacional como também ao aspecto social.

3.1. Ensino de História: desafios e perspectivas

Inicia-se aqui uma breve a reflexão pautada do ensino de História vinculado a um processo de adaptação que vem sendo modelado dentro de uma perspectiva visual cognitiva pautada na importância da sua inserção no currículo escolar, haja vista que de uma maneira deformada no sentido de ser vista como uma disciplina de reprodução mecanizada de conteúdos, é oportuno frisar que o processo de ensino e aprendizagem ultrapassa esse panorama de mecanização. A essa contextualização, Ribeiro (2001) contribui destacando a figura do professor como mediador pode atuar partindo de um confronto entre o particular e o geral, o próximo e o distante, contribuindo para uma atividade docente que valorize primeiramente a realidade concreta, para posteriormente envolver as situações abstratas.

É oportuno delinear uma breve contextualização sobre o ensino de história configurado a alguns desafios que ao longo da sua trajetória estiveram presentes de modo que seja compreendido o contexto histórico atual.

No período colonial já se tinha algumas manifestações para o ensino, os jesuítas usavam textos históricos e atuavam na prática de catequização. No Brasil monárquico a elite ganhava espaço dominante tendo acesso à “escola básica” ou de “primeiras letras” e se apropriou de conhecimentos primários, “os professores elementares ensinavam a ler utilizando textos como: a constituição do Império e História do Brasil.” (BITTENCOURT, 2004, p.61).

É importante destacar que, a partir da década 30 do século XIX a História ganha status oficial de disciplina escolar ao ser introduzida no município do Rio de Janeiro pelo renomado Colégio Pedro II referência no ensino secundário em seu currículo

escolar. Tal modelo educacional dessa escola seguia os moldes franceses, acrescentando um espaço regulamentado para outras instituições escolares seguindo a herança europeia.

Durante o século XIX e início do século XX, privilegia-se o ensino da História Universal. O ensino de História do Brasil era visto em conjunto com a História Universal numa posição secundária. Essa concepção curricular ficou conhecida, entre nós, como ‘europocêntrica’ ou ‘europocentrismo’. Ou seja, a história ensinada a partir de um centro – a história da Europa.
(FONSECA 2009, P.17)

A essa contextualização, é possível compreender que atualmente não somente o ensino de história, mas o pano de fundo do cenário educacional brasileiro não tem uma expressividade própria e que, a visão deixada pelos europeus ainda é marcante nos livros didáticos.

No contexto do período republicano, o ensino de História objetivava construir uma concepção de cidadania que buscava posicionar cada sujeito na sociedade. O espaço do Brasil Republicano era constituído da seguinte maneira: os políticos cuidavam da política e todos os trabalhadores deveriam trabalhar obedecendo às normas da lei. Todos os esforços do início da República estavam concentrados em instruir pessoas sem conteúdo crítico. Esse momento marca também a manifestação de alguns professores que se comprometiam em ensinar aqueles ou aquelas oriundos das classes menos favorecidas, porém os conteúdos ensinados estavam relacionados ao respeito pautado no padrão hierarquizado da sociedade a fim de ser mantida a ordem e o progresso da nação.

A década de 50 é marcada pela consonância do governo do Brasil com o governo dos Estados Unidos com ênfase na formação de professores para as escolas normais e primárias, foram implantadas nas escolas primárias de Minas Gerais os Estudos Sociais, tal programa garantia a publicação de material didático e tradução de obras sobre influências de autores norte americanos. Tal ação foi desenvolvida em parceria com o Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAE) que se trata de um convênio estabelecido entre o governo do Brasil, o governo de Minas Gerais e o governo dos Estados Unidos para o desenvolvimento da referida política de ensino.

Os Estudos Sociais torna-se disciplina obrigatória na escola primária e durante a década de 60 e após o golpe de 64 o ensino de Estudos Sociais são alinhados à formação moral e cívica, visava garantir a educação social do aluno em alguns aspectos: primeiro, pela aquisição do conhecimento, onde a criança deveria conhecer o mundo em que vivia, fazendo uso de suas necessidades, afetivas, social e intelectual; segundo, de acordo com a habilidade, isto é, na compreensão das relações do mundo em que vivia,

deveria lançar mão de fontes e variados recursos e de informações para auxiliarem constantemente na capacidade individual de pensar e agir, uma vez que, para obter a aquisição do conhecimento e das habilidades, deveria oferecer aos alunos a formação de atitudes positivas em relação aos valores humanos através da apreciação e respeito pelas pessoas; valorização do esforço para melhorar as condições de vida; valorização dos recursos naturais, das instituições, das manifestações culturais e cívicas; desprovimento de preconceitos e fé no entendimento universal.

Nos anos 70 o cenário da democratização do Brasil e a luta dos professores por melhorias na condição de trabalho ganha uma abertura para discutir o ensino de História, dos conteúdos curriculares, dos livros didáticos e das metodologias de ensino. Tal contextualização proporcionou também uma reabertura de debates referentes ao ensino de História, enfatizando as questões metodológicas. Tal movimento propunha uma educação voltada para os estudos das sociedades contemporâneas, para, dessa forma, superar a educação tradicional pautada em uma metodologia de memorização, apegada ao militarismo e ao tradicionalismo nacionalista.

Vale destacar que, no contexto educacional a História se constitui como uma das disciplinas fundamentais no processo de formação de uma identidade comum, e que apesar dos entraves, é por ela que o indivíduo pode se reconhecer como parte do processo e de poder acompanhar o quanto essa é uma atividade árdua que precisa ser impulsionada a ganhar uma nova roupagem através da educação, do ensino.

Cabe ainda pontuar algumas mudanças referente ao ensino de História que ganharam forças condicionadas aos interesses políticos, as tomadas de decisões firmaram-se principalmente no nível de ensino de 1º e 2º graus, atualmente ensino médio enfatizando abordagens de temas econômicos visualizando a industrialização como um subsídio para elevação do capitalismo.

A essa contextualização desencadearam-se reflexões em torno da disseminação da qualidade de ensino mantidas para condicionar a massa escolar direcionada pelo poder militar, sendo assim possível entender que a escola já não tinha assegurado a premissa de formar cidadãos esclarecidos sobre o exercício da cidadania. O Estado por sua vez, deixou de cumprir o papel de proporcionar as atividades da escola pautadas na promoção de sujeitos ativos à reflexão. As prioridades se estendiam em conduzir a massa escolar condicionada às decisões políticas, econômicas e sociais.

Contudo, aos poucos, começam a surgir perspectivas de mudanças, sobretudo, em razão da evolução nas Ciências Sociais articuladas ao fim da hegemonia europeia. A produção historiográfica foi se renovando a partir das mudanças de perspectivas em dialogar e encontrar novos rumos, novas abordagens e novos problemas, privilegiando outros espaços de investigação, paralelamente se tornaram objetos de reflexão dos profissionais de História, enriquecendo mais ainda o seu campo de investigação.

Muitos debates e discussões sobre novas concepções, novos conteúdos e metodologias marcam a década de 1980 pelas reformulações do Ensino de História. Como bem contribuir Schimth (2009, p. 14) ao enfatizar que o grande marco dessas reformulações concentrou-se na perspectiva de recolocar professores e alunos como sujeitos da História e da produção do conhecimento histórico, bem como as mudanças que começam a surgir com as reformulações das leis da Educação brasileira, principalmente através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96, que determina a reestruturação curricular dos conteúdos. A Lei enfatiza no Art. 26, que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996> . Acesso: 24 de novembro, 2020)

O referente artigo deixa claro que a parte diversificada dos currículos devem observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para uma proposta de ensino de história local, voltada para a divulgação do acervo cultural dos municípios e Estados, contribuindo ainda para construção da cidadania no desenvolvimento de raciocínio historicamente corretos; na aquisição da capacidade de análise do passado; na apreensão das pluralidades; no respeito a diversidade social; e, por último, a valorização do patrimônio sociocultural. Proposta também sugerida pelos PCN's do Ensino de História.

Em detrimento a alterações e mudanças sugeridas para o ensino, é inegável a visualização de impactos na estrutura curricular de história, e que há disputas político-ideológicas sobre qual é a função da História e de quais histórias ensinar, além de outras amarras impostas pelas decisões políticas do grupo que tomou o poder da nação. Embora o momento seja delicado e pertinente a reflexões, vale ressaltar que o ensino de História

respalda-se pela extrema importância fixada em premissas básicas do ensino básico que é permitir o pensamento crítico.

Vale ressaltar que tais alterações reafirmam um processo que já vem de um longo período, assim como as décadas de 1980 e 1990 que foram marcadas por reformulações curriculares no Brasil, promovidas por estados e municípios, que não necessariamente surtiram efeito na modificação de práticas docentes. Segundo Magalhães (2007) as reformulações curriculares dos anos 1980 e 1990 tentaram romper com a ideia de impor um “pacote” diretivo à escola. Em função disto, as Secretarias de Educação procuraram construir suas propostas pela via do diálogo com os professores das redes, através de reuniões e de escolhas de representantes docentes. Esta mudança foi significativa, já que o professor, em alguns casos, deixou de ser visto apenas como transmissor de conhecimento e passou a desempenhar o papel de mediador.

A esse contexto, é possível compreender uma pequena parcela da trajetória do cenário brasileiro que foi e é marcado por inúmeros movimentos no sentido de propor melhorias ao aprender a aprender com o ensino de História. Como bem argumenta Monteiro (2017) a Escola Nova teve influência no ensino da história fazendo surgir outras possibilidades metodológicas, dentre elas a preocupação em despertar hábitos de investigação, crítica e raciocínio lógico, pretendiam preparar o aluno para uma vida ativa e atuante por meio dirigido, estando aí um fortalecimento nas experiências no processo ensino aprendizagem, não apenas por meio de uma mecanização de conteúdos, mas por uma contextualização a investigação e construção de um conceito próprio.

Cabe destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN, embora atualmente já não estejam em circulação ativa no sentido de propor eixos norteadores para prática pedagógica, tiveram relevantes contribuições pautadas em orientações para que a educação permaneça desencadeando na construção da cidadania e o incluindo a diversidade cultural brasileira como parte do seu patrimônio sociocultural, possibilitando assim ao ensino de história a possibilidade de permitir que o estudante do ensino básico reconheça as diferenças culturais como enriquecedora da identidade nacional, propiciar o conhecimento sobre as várias etnias, religiões, linguagens que formam o amplo patrimônio sociocultural brasileiro é uma ferramenta utilizada na escola para construção da cidadania.

Em referência a proposta da Base Nacional Curricular Comum- BNCC, que objetiva o alinhamento de aprendizagem sugerindo competências que os alunos devem desenvolver ao longo de toda Educação Básica, Pereira (2010) argumenta que, a história

continua sendo ministrada de forma pouco reflexiva, as mudanças metodológicas e didáticas não trouxeram muitos avanços, as festividades cívicas, memorização de datas, nomes das personalidades históricas, a seleção de conteúdos ainda predominam, sem contar a disputa mercadológica pela publicação e distribuição dos livros didáticos. As propostas curriculares foram colocadas em debate e permanecem em seguindo uma gama pontos e contrapontos a essa versão de melhoria pra o ensino, surgiram discussões de caráter e pedagógico sobre o papel do sujeito que aprende e as novas formas de se compreender o ensino de história pois, carrega uma função importante na construção do ideário e na solidificação social de um reconhecimento e assimilação individual e coletiva desta pretensão de validade.

O processo ensino e aprendizagem em História traz uma orientação dimensionada para uma leitura ação contextualizada do passado a partir da evidência fornecida pelas múltiplas fontes. É sabido que a História não trata de certezas sobre um passado considerado fixo até que novos fatos sejam descobertos; existem construções historiográficas diferentes, por vezes a responder a perguntas muito próximas, mas com enfoques diferentes de modo a citar, a capacidade de pensar e argumentar sobre a ação dos sujeitos se desenvolve mediante a utilização de fontes e objetos mediadores, como identidade, experiências, temporalidade e capacidade de refletir sobre as mudanças e permanências no Ensino de História.

Segundo Monteiro (2007, p. 232) afirma que:

Os saberes da experiência surgem a partir da articulação, reorganização dos demais. Os autores afirmam que “os saberes da experiência não são saberes como os demais, eles são, ao contrário, formados de todos os demais, porém retraduzidos, ‘polidos’ e submetidos às certezas construídas na prática e no vivido”.

Embora não há uma orientação específica apontada na BNCC, Educação Patrimonial é uma ferramenta importante na construção da cidadania, por ser uma prática pedagógica onde o educando desempenha papel ativo no processo de construção do conhecimento. Tal educação é compreendida como uma metodologia no ensino de história e deve estar comprometida com a transformação social e para tanto precisa criar cidadãos de fato, capazes de ler, interpretar, questionar e intervir no seu meio sociocultural e político, para além do seu patrimônio cultural.

Segundo Horta o conceito de Educação Patrimonial é:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta, 1999, p. 6).

Para a autora a Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural que é um instrumento de afirmação da cidadania. O objetivo da Educação Patrimonial é envolver a comunidade na gestão do patrimônio, pois esta também é responsável pela preservação e conservação dos bens patrimoniais. A educação se faz necessária enquanto instrumento de alfabetização cultural, que capacita o indivíduo à leitura e compreensão da sociedade e cultura que está inserido.

Em suma, é importante destacar o papel da Educação Patrimonial enquanto proposta metodológica no ensino de história que utiliza o Patrimônio Cultural como recurso, para o reconhecimento da comunidade de seu patrimônio ao mesmo tempo em que se configura como um subsídio provocador de novos olhares contribui para recuperação da identidade bem como para valorização e preservação do patrimônio da cidade possibilitando ainda, reflexões sobre a importância da Educação Patrimonial como elemento capaz de ajudar a recuperar a memória e a identidade local, de sensibilizar a comunidade para seus valores culturais, despertando sua identidade.

Atualmente o ensino de História continua a superar desafios, de tal modo é imprescindível que o professor busque, em suas práticas pedagógicas, ações que permitam o conhecimento histórico e um saber com significado para a vida do aluno. Pois a mediação para a construção do conhecimento vincula-se a um dos principais desafios para a prática docente interligado em duas vertentes, de um lado, é preciso selecionar os conteúdos a serem apresentados aos alunos o que, inevitavelmente, implica escolhas temáticas e a adoção de determinada versão dos acontecimentos, de outro lado, é necessário empenhar-se para que os alunos desenvolvam uma reflexão crítica em relação aos conteúdos estudados e, com isso, construam seu próprio saber.

Segundo Karnal (2008, p.28) é na ação educadora entre professores e alunos que surgem as questões, os problemas, as formas mais adequadas de lidar com o material de estudo e as iniciativas de trabalho. A preparação de uma aula e sua efetivação é tarefa complexa, comportando inúmeras variáveis que somente são dominadas pelo educador

em seu contato singular com os educandos, pois é preciso compreender que o tempo vivido do aluno é parte da sua própria história de vida, sendo que através desse aspecto o aluno deve ampliar seus conhecimentos. Como afirma Alves:

Em oposição ao conhecimento-verdade encontrado e, portanto, cristalizado, afirmamos o conhecimento como formas diferentes de apreensão do real por sujeitos diferentes, como verdades buscadas e, portanto, em movimento. (2008, p. 76).

Em consonância à argumentação de Alves (2008) é possível compreender que a construção do conhecimento é adquirida de formas distintas que variam no tempo e espaço, e em ritmos diferentes de aprendizagem, o indivíduo vai construindo o seu modo de ser, pensar e agir enquanto ser social. É sabido ainda que, a presente ideia de que a história é vista como acontecimentos passados que tiveram como marco histórico datas, heróis, cidades, países, sendo esses na maioria das vezes o foco central do ensino, onde são valorizadas ações passadas e que em determinados momentos o aluno não vem a ser questionado, porque os professores ficam presos aos conteúdos dos livros, deixando de lado o conhecimento de mundo do aluno ao invés de trabalhar assuntos que envolvam sua realidade, relacionando-a com contextos passados. A formação do professor reflete muito no conhecimento do aluno, pois quando esse é um educador atualizado ele de certa forma tem maior capacidade de oferecer uma educação mais adequada aos seus alunos, ensinar história nos remete a uma reflexão das nossas próprias ações cotidianas sejam elas coletivas e individuais.

A essa contextualização, Nemi (2009) argumenta que a trajetória dos homens na história produziu diversas formas de vida e transformou-as à medida que conhecimentos foram aprimorados e que surgiram novas dificuldades a serem enfrentadas. Muitas alterações, nem sempre levaram a um progresso efetivo e a uma sociedade mais justa para todos. A História reflete também na formação do sujeito, ele vai progredindo em relação aos conhecimentos que aos poucos vão sendo modificados, possibilitando-os a transformarem sua vida dentro das possibilidades que lhes são cabíveis.

Essa breve contextualização traçada sobre processo de desenvolvimento para o ensino de História, mostra uma trajetória de desafios não somente na prática docente, mas também como disseminar conteúdos em um processo de conhecimento, haja vista que esta é uma tarefa árdua e contínua.

Nessa perspectiva, é oportuno enfatizar o livro didático como um dos instrumentos mais presentes e entrelaçados, intencionalmente sistematizado para ser trabalhado em sala de aula. Assim como Eric Hobsbawm argumenta:

(...) todo estudo histórico, portanto, implica uma seleção, uma seleção minúscula, de algumas coisas da infinidade de atividades humanas do passado, e daquilo que afetou essas atividades. mas não há nenhum critério geral aceito para se fazer tal seleção. (Hobsbawm, 1998, p. 71).

Tal colaboração se configura dentro de uma afirmativa proposta por uma reflexão pautada no papel do livro didático no processo educativo, este por ser considerado como um elemento de manuseio da aula e que entende-se que deva contribuir para o processo ensino aprendizagem, uma vez que na maioria das vezes é o principal recurso de que professores se apropriam, porém vale ressaltar que o planejamento das aulas e uma verificação prévia dos conteúdos trazidos nos livros devem ser vistoriados, quando necessário seja feito reajustes que possam corresponder as necessidades de aprendizagem dos alunos.

Em se tratando dos conteúdos referentes ao ensino de História do Brasil trazida nos livros didáticos, é cabível dizer que aparece de maneira curta e pouco explorada, sendo constituindo por uma visão europeia em maior escala sendo exposto o fazer histórico dos povos europeu, construindo e solidificando o mito dos grandes heróis “descobridores e salvadores” da nação brasileira.

Segundo Bittencourt (2005) uma corrente que contraria esse pensamento é a criada pelo inglês Ivor Goodson e o francês André Chervel, para eles a disciplina escolar é o resultado de uma teia de conhecimentos, havendo um processo complexo entre as duas formas de conhecimento, o escolar e o científico.

A hierarquização do saber, defendida pelos estudiosos da Transposição Didática acaba por influenciar o sistema de transmissão do conhecimento para a sociedade. Para esses pesquisadores a teorização a cerca do conceito de disciplina escolar, é um debate que se vincula a utilização do conhecimento como mecanismo de legitimação de poder por algumas classes sociais (BITTENCOURT, 2005, p.38).

Essa ressalva em destaque apontada por Bittencourt (2005) reativa uma reflexão pautada em uma transposição em que o conhecimento é hierarquizado, anulam-se as condições democráticas de sobrevivência, dando espaço para a desigualdade social. Porém a prática docente é de extrema importância para uma mediação na construção do

conhecimento crítico e reflexivo sendo também uma abertura para disseminar uma melhor compreensão do Ensino de História, desmistificando a centralidade da hierarquização europeia que ainda é muito presente, começando pela noção de identidade local, regional, nacional e internacional, onde o indivíduo passa a interagir com o seu meio social.

Assim, alunos e docentes através das análises dos conteúdos podem elaborar um saber que valorize as diferenças sociais, étnicas, políticas e culturais da sociedade em geral sem discriminar qualquer indivíduo respeitando o modo de ser, pensar e agir de forma individual e coletivamente.

A prática reflexiva estende-se à avaliação não meramente com múltiplas escolhas ou com respostas únicas e prontas, mas de modo que os conteúdos de história sejam avaliativo na oportunidade para que os alunos expressem mais plenamente suas capacidades de compreensão e aprendizagem dos conteúdos históricos, assim como para o desenvolvimento de um pensamento crítico e autônomo que capacite o aluno a elaborar conhecimentos com base em experiências e pontos de vista pessoais que possam ser expressos e debatidos coletivamente.

Em um campo de diversidades, as propostas de pesquisas, debates, interpretações e leituras de diferentes tipos de textos e imagens podem ser alternativas relevantes para a formação dos alunos num sentido amplo, organização de debates, a realização de seminários individuais ou em grupo com base em temas indicados pelo professor ou escolhidos pela classe, a elaboração de relatórios de pesquisa, a organização de murais temáticos que pode ser criado na sala de aula ou na escola, a produção de textos com críticas a filmes, exposições ou visitas a museus e outras instituições, a realização de entrevistas.

Tais sugestões são apenas algumas alternativas possíveis que condicionam a aproximação do professor de posse de informação ligadas aos conhecimentos prévios dos alunos, seus interesses e maturidade acadêmica, mediante às escolhas feitas para mediar a construção do conhecimento ao longo da sua trajetória escolar.

O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua experiência. É preciso ligar fatos a temas e aos sujeitos que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar fatos, é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento,

são utilizados conceitos noções que organizam os fatos, tornando-se inteligíveis. BITTENCOURT 2011, p. 195.

Nesse sentido, é oportuno destacar que o professor de história tanto dos anos iniciais quanto dos anos finais do Ensino Fundamental podem estimular seus alunos a fazerem perguntas sobre os aspectos que mais chamam atenção, que façam descrições de acordo com o aprendizado adquirido deixando sempre em aberto a importância da interação social proporcionada pela escola como parte do processo de aprendizagem por meio das diferentes maneiras de análises de informações.

Em suma, a prática do professor de História em sala de aula jamais deve se descolar das reflexões acadêmicas e políticas. O conhecimento histórico não deve ser visto de forma petrificada, ou como um ideal a ser buscado. Se por um lado, estamos sempre procurando no passado respostas para as nossas questões, por outro, fazemos buscas por meio de inquietações que possibilitam a compreensão para o contexto atual. São essas discussões que permitem uma constante reformulação do trabalho junto aos alunos, pensando a História a partir dos nossos problemas, mas não a fim de legitimá-los, tornando-os naturais, mas com o intuito de entender a sua historicidade e, portanto, a possibilidade de mudanças.

3.2 Educação Patrimonial: conceitos norteadores para sua prática

Considerada relativamente recente ao campo de discussões metodologias para o ensino de História, porém já existente no século XIX nas práticas educativas nos museus, a temática Educação Patrimonial foi incorporado no Brasil a partir dos textos produzidos pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, na década de 1980, como uma transposição do conceito inglês *Heritage Education* como consta no Guia básico de Educação Patrimonial. Foi definido como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6).

A proposta de educação patrimonial sugerida por Maria de Lurdes Horta é considerada uma referência enquanto metodologia para ensino de história, por possibilitar condições de aprendizagem direcionada em quatro momentos, inicialmente, pela observação, quando se propõe que sejam feitos exercícios de percepção sensorial do objeto no qual se identifica sua função social, observação que pode ser realizada diante

de um objeto cultural a ser estudado seja da cultural material como uma peça de museu ou um monumento ou que seja objetos da cultura imaterial como, por exemplo, uma música; em seguida tem-se o registro de informações que os próprios objetos oferecem, podendo ser realizado em diferentes maneira e níveis de complexidade, interação dos participantes nesse momento, é de fundamental importância para a própria construção do conhecimento; um terceiro momento destina-se ao modo de exploração estando abertos para novas pesquisas que possam complementar as informações previamente levantadas e por fim, consolida-se a busca de significados atribuídos ao objeto de investigação e entender como outras pessoas ou grupos interpretam e valorizam aquele objeto ou prática social.

[...] uma proposta metodológica é um tipo de ação social, [...] que procura tomar os bens culturais como fonte primária de um trabalho de ativação da memória social, recuperando conexões e tramas perdidas, provocando a afetividade bloqueada, promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando e/ou reforçando a autoestima e a capacidade de identificação dos valores culturais ameaçados de extinção [...] desenvolvida na escola, nos sistemas de educação formal e não-formal, com crianças e adultos (HORTA, 2000, p. 12)

A essa contextualização é possível compreender a relevância de uma proposta metodológica, uma vez que oportuniza ao ensino a produção de situações que promovam o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades cognitivas. Como bem argumenta Tolentino (2014) a Educação Patrimonial tem desse modo, um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio. Não bastam a “promoção” e “difusão” de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural.

Vale ressaltar que a partir do período colonial, os governantes já queriam construir representações para a consolidação de uma comunidade nacional imaginária. E com a proclamação da República, houve a necessidade de criar um conjunto de imagens simbólicas como bandeira, monumentos, heróis nacionais, pinturas históricas, brasões, hinos. Ação que conseqüentemente mobiliza intelectuais vinculados ao patrimônio e aos museus, que conduzem debates, reflexões e as ações sobre conservação e valorização dos bens culturais. De acordo com Gil, a história da Educação Patrimonial esclarece que:

No Brasil, os antecedentes da história dos museus iniciam-se ainda no período colonial, quando o território era lugar de coleta de espécimes da flora e da fauna, para suprir as coleções do museu metropolitano, por meio da Casa dos Pássaros. (GIL, 2014, p.15).

O Museu Nacional (Museu Real), é um exemplo desta iniciativa de instituição no Brasil do período colonial, foi criado com a vinda da Corte Portuguesa, tornando-se o primeiro museu de caráter metropolitano em território brasileiro, para abrigar coleções provenientes de diversas partes do mundo, classificando os seus itens do acervo no âmbito científico. Assim, afirmam os autores na citação abaixo que:

[...] os museus e os patrimônios, assim como diversos outros elementos simbólicos, precisam ser vistos como dispositivos de criação e invenção de representações, narrativas, imagens sobre o passado e a memória, consubstanciados num extenso rol de práticas consolidadas no âmbito do Estado por seus agentes e que se materializarão nos séculos seguintes como políticas públicas. [...] O patrimônio e os museus, especialmente na segunda metade do século XX, sofreram uma expansão considerável, inserindo-se no âmbito das políticas públicas dos diferentes países e em nível internacional, por meio da UNESCO e dos seus Conselhos profissionais, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS e Conselho Internacional de Museus – COM 2014, p. 15).

Diante da referida descrição, é importante destacar que tal manifestação visada nos museus e patrimônios ocorreram antes de um Projeto de Lei, apenas norteados por configurações de projetos de outros países. Em 1958, o Seminário Regional da UNESCO ocorreu no Rio de Janeiro, com a temática “Função Educativa dos Museus”, um fato de grande importância para educação patrimonial no Brasil, que desenvolveu debates sobre a relação dos museus com a educação, antecedido por outras duas edições deste evento, encontros em 1952 realizado em Nova Iorque, e 1954 em Atenas.

As edificações (casas, prédios, monumentos) podem conter várias informações sobre o contexto histórico de uma determinada época, como as técnicas de construção, o estilo arquitetônico e as formas de ser e de viver utilizados no passado. O patrimônio sendo as pessoas em diferentes aspectos e modo de vida ajudam a caracterizar um contexto sociocultural, as identidades individuais e coletivas, como pode transmitir valores para as próximas gerações. Nesse sentido, respalda-se a importância de sermos contribuintes na comunidade escolar local como parceira na disseminação, pela compreensão e valorização dos patrimônios local, fazendo com que ela se aproprie desses patrimônios e exerça o seu poder de resguardar, transmitir e ressignificá-los. Assim, destaca Florêncio (2014):

A Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de

alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo.

A contribuição de Florêncio (2014) nos oportuniza compreender que a educação patrimonial caracteriza-se como um mecanismo importante na construção da cidadania, por ser uma prática que se preocupa em assegurar que os habitantes da cidade tenham voz e desempenhem o seu papel de protagonistas na construção do conhecimento e de ações relacionados às suas memórias e histórias.

A educação patrimonial possibilita ao aluno perceber que patrimônio cultural faz parte da sua própria história. Tal percepção lhe proporciona a oportunidade de conhecer e conviver com os costumes e com sua cultura local, construindo laços de afetividade com as pessoas do local onde vive. O acesso ao conhecimento e as vivências relacionadas às diversas manifestações culturais ajuda o professor a explorar a percepção e o entendimento sobre vem ser educação patrimonial.

Levando em consideração a relevância de aspectos conceituais básicos para a compreensão do significado da educação patrimonial inicialmente pelo tripé estruturado pela História, memória e identidade, temas já estão em constantes levantamentos de estudos e reflexões, sendo estes, com significados e contribuições diferenciadas, mas que estão continuamente dependente um dos outros. Assim, a partir de estudos e análises sobre a memória, os historiadores têm possibilidades de remontar a partir de cada fragmento, o enorme quebra-cabeça. Halbwachs (2006) enfatiza que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que está sendo ocupado, e que este lugar muda segundo as relações que mantém com outros meios.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída pela memória. (HALBWACHS, 2006, p. 31)

A contribuição de Halbwachs reafirma a importância da memória como um elemento primordial para a afirmação da identidade étnica e cultural e o ato de lembrar não é somente o mecanismo que pode trazer para a superfície algo que estivesse

submerso, mas também uma operação de refazer e reconstruir o que se viveu por meio de sentimentos, sensações e reconhecimentos dados pelo momento presente.

É inegável que estamos em constantes mergulhos na comunicação de massa, por vezes em um ritmo acelerado dentro de um mundo de informações e o tempo, cada vez mais raro no sentido do consumo daquilo que pode ser lembrado ou esquecido. Neste contexto, Nora (1993) menciona a expressão “aceleração da história” para caracterizar a ideia de que o passado é substituído por uma espécie de eterno presente. Enfatiza ainda que a história e memória estão intimamente ligadas, mas é importante compreender que, memória é um processo vivido, regido por grupos vivos e, conseqüentemente está em constante evolução, já a história é a operação intelectual, uma visão comprometida com a problematização, crítica e a reflexão.

Nora apresenta ainda uma importante contribuição ao destacar a noção de lugar de memória como lugares físicos ou simbólicos nos quais os homens, voluntariamente buscam estabelecer memória. Assim, na medida em que começa a se esgarçar a memória compreendida como um processo baseado na construção coletiva, numa conjuntura em que as lidas cotidianas promovem o afastamento das experiências da tradição e num contexto em que não é mais possível localizar a memória inserida no meio social.

Partindo para a discussão de outros conceitos básicos no campo do ensino de história e educação patrimonial, Buenos (2017) aponta que o conceito de patrimônio embora seja socialmente construído, sua origem nominal vem ainda da antiguidade romana numa acepção de propriedade e bens familiares do pater, sendo também um desafio pensar o ensino dentro dos espaços e instituições de memória. A iniciativa de se preservar monumentos e bem comum progride com o fortalecimento dos estados nacionais na intenção de legitimar as identidades de nação. No século XX a preservação do patrimônio ganha força e os estados passam a buscar monumentos, objetos, escritos produzidos no passado para legitimar a forma mostrada no presente.

Ainda sobre o conceito de patrimônio, vale ressaltar que Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, adotou a classificação de patrimônio cultural definida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estando dividida em dois grupos: patrimônio material, sendo este, constituído por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza:

históricos, arqueológico, paisagísticos, enográficos, belas artes e artes aplicadas, estão divididas em bens imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos) e bens móveis, individuais e nacionais (coleção arqueológica, acervos museológicos, documentos, arquivos, fotografias). E, patrimônio imaterial, corresponde às práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas reconhecidas pela comunidade como parte integrante do seu patrimônio cultural. É caracterizado por sua transmissão de geração para geração e por sua constante recriação, em função do ambiente, da interação com a natureza e com a história e conseqüentemente esse processo de construção e reconstrução gera um sentimento de identidade.

Levando em consideração que noção de patrimônio está relacionada à herança, à propriedade de bens materiais ou imateriais. A sua existência pode ocorrer em diferentes escalas: entre duas pessoas, dentro de uma mesma família ou no decorrer do tempo em uma sociedade. O legado que é transmitido de uma geração para outra adquire determinado valor dentro da comunidade se o mesmo estiver relacionado às raízes ou à essência desta. Cada grupo atribui diferentes significados e valores aos diversos aspectos vivenciados, ou não, no dia a dia.

Segundo o jornalista, professor e consultor Edmilson Sanches, que pesquisa a história de municípios do Vale do Pindaré, em entrevista ao Jornal Agora Santa Inês, documentos recentemente localizados confirmam que, por ordem do coronel Luís Alves de Lima e Silva (o futuro Duque de Caxias), que comandava as tropas que combatiam a Balaiada, foi designado o engenheiro militar Fernando Luís Vieira Ferreira, que era tenente-coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, para fundar uma colônia na margem direita do rio Pindaré.

O prédio sede do Engenho Central São Pedro foi inaugurado em 16 de agosto de 1884. Possui forma retangular medindo 1,8 mil m² de área construída em três pavimentos, com paredes externas em alvenaria aparente de tijolos maciços, tendo agregado em sua parte externa posterior uma chaminé com a altura de cem pés ingleses, cerca de 30 metros. A estrutura do telhado foi confeccionada com ferro, sustentada por 44 colunas do mesmo material, coberta com telhas onduladas de zinco. Toda a estrutura metálica, o maquinário e a aparelhagem foram fornecidos pela firma inglesa Fawcett, Preston & Cia, de Liverpool, que providenciou, com sua equipe de engenheiros,

mecânicos, operários e pedreiro, a construção do Engenho e da via férrea para transporte da cana.

Foi a partir da instalação do Engenho Central que Pindaré-Mirim ganhou destaque no Maranhão e veio a se tornar cidade mais tarde. A contribuição do Engenho Central para a construção cultural de Pindaré Mirim ainda visível, mesmo não tendo prosperado no plano econômico. Conforme escritos da paróquia sobre o histórico do festejo de São Pedro Apóstolo, diz -se que, a tradição da homenagem ao santo, remonta a época em que os homens que trabalhavam na construção do Engenho Central encontraram uma pequena imagem de São Pedro e deduziram que era dos jesuítas, logo o santo foi nomeado de padroeiro da vila fazendo com que o Pedro, que permanece até hoje, é o santo e não o imperador.

O declínio das atividades no Engenho Central foram acontecendo devido o acumulado de dívidas e de seus administradores não quererem dividir lucros com os fornecedores de cana de açúcar, fazendo com que os fornecedores deixasse de fornecer as matérias prima para a produção e o engenho ficou sem capital para pagar, e funcionamento foi perdendo forças até chegar ao ponto de não haver mais funcionamento enquanto fábrica.

Por falta de manutenção, com o passar do tempo o engenho foi se deteriorando e com alguns pontos já comprometendo a estrutura. Além desse desgaste do tempo, esteve apenas sendo usado como depósito para guardar materiais usados no período carnavalesco e junino, propagandas publicitárias e garagem.

Após várias manifestações lideradas por moradores, representantes de grupos sociais, e a comunidade escolar, como forma de pedir ao poder público a local uma mediação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pela restauração do prédio tombado em 1998, foi possível alguns reparos que resultaram ao processo de revitalização do engenho, inicialmente com o projeto de ser um Centro Vocacional Tecnológico (CVT). Tal descrição conduz ao entendimento da expressão patrimonialização, sendo identificada como o processo de práticas de preservação, estado de reconhecimento e valorização pela expressividade de significados que são lhes é atribuído.

Segundo Figueira (2012) a atenção ao uso e compreensão e usos desses termos, é um procedimento que nos ajuda a entender as mudanças dos seus significados, tal como pode ser entendido como uma estratégia que auxilia a constituição de outros termos também no campo da história e da educação patrimonial, termos que são atribuídos a uma diversidade de objetos agrupados que por um determinado período já vivido.

Assim cabe destacar a expressão monumento que inicialmente, foi empregada a partir do Renascimento, onde as obras arquitetônicas, artísticas, a literatura e a filosofia grego-romanas passaram a ser encaradas como um legado de civilizações passadas e ser conhecidas e preservadas surgindo aí a denominação “monumento histórico” que foi ganhando forças quando o estado de instituição de poder passou a ser representante da nação, registrando a materialidade do passado por meio da conservação e do culto dos monumentos, e dessa forma, organizando os signos representantes da identidade nacional.

Choay (2017) enfatiza que pensar em monumento de uma maneira mais complexa implica considerar que sua essência está na rememoração de um passado mergulhado de encantamento tanto para aqueles que edificaram como para os destinatários das lembranças de que é portador e complementa “o monumento é uma característica de lembrança para uma determinada sociedade”. Em seus escritos sobre História e memória, Le Goff (2003) contribui dizendo que monumento tem como característica ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária e involuntária das sociedades históricas sendo um legado da memória coletiva e o reenviar a testemunhos dos quais só numa parcela mínima se constituiu de testemunhos escritos.

Para o IPHAN (2011) um monumento é uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade/comunidade e por suas características peculiares de forma, estilo e função. Existem monumentos construídos especialmente para celebrar ou relembrar algum episódio, momento ou personagem de nossa história, criados por arquitetos, escultores, artistas, por exemplo, no Maranhão: Palácio dos Leões, a Catedral (antiga Igreja dos Jesuítas), Convento das Mercês, Igreja e Convento do Carmo, Teatro Artur Azevedo, Casa das Minas, Casa das Tulhas e a Fábrica de Cânhamo. Em suas estruturas, formas e uso, revelam um momento determinado do passado, e são testemunhas dos modos de vida, das relações sociais, das

tecnologias, das crenças e valores dos grupos sociais que os construíram, modificaram e utilizaram. Alguns monumentos continuam a servir à mesma função original, por exemplo: as Igrejas da época colonial, alguns estão bem conservados em seu aspecto original, outros sofreram modificações ao longo do tempo para servir a novos usos. Alguns edifícios isolados, sítios ou conjuntos de edificações tem um significado especial para a História do Brasil, como marcos na trajetória nacional, outros têm uma importância regional ou local.

Tendo em vista registros constantemente apresentados no portal do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) identificações de edifícios e sítios através de estudos e pesquisas, como base para o trabalho de conservação e restauração, e para sua proteção oficial, de acordo com a Constituição Federal e o decreto-lei n.º 25, de novembro de 1937, a chamada Lei do Tombamento. Assim, pelo Decreto nº25/37 tombamento pode ser entendido como referente a quatro espécies de bens, correspondendo, cada uma delas a um livro.

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º. 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. § 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes. § 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei. (BRASIL, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso: 22 de fevereiro, 2021)

Por meio da descrição mencionada acima é possível observar as dimensões variantes ao tombamento assim, destacado por Cunha (2004) como um registro oficial e legal de um edifício, um conjunto de edificações, centros urbanos históricos, ou objetos e coleções de significado exemplar para a sociedade.

Os monumentos assim identificados são chamados monumentos ou edifícios tombados, quando inscritos nos Livros de Tombo do Patrimônio nacional, estadual ou municipal. A origem deste termo é muito antiga e se refere à Torre do Tombo, em

Portugal, onde se guardam até hoje os livros e os documentos da história daquele país, e muitos referentes à História do Brasil.

Um monumento é antes de tudo uma referência a um momento na trajetória histórico-cultural de um povo, um instrumento da memória coletiva. Assim, jamais pode ser estudado isoladamente. Um monumento deve ser visto como um elemento do meio ambiente histórico, e como tal deve ser analisado em seu contexto social e histórico, ao longo do tempo.

Nessa perspectiva a história oral ganha espaço através da memória como uma fonte de conhecimento que possibilita uma reinterpretação que coexistem múltiplas visões e percepções da memória coletiva. Assim Meihy, 2019 descreve:

História Oral é um conjunto de procedimentos articulados que consistem na elaboração de documentos a partir de registros de gravações dialogadas referentes à experiências, modo de vida, acontecimentos ou outros aspectos da História. (MEIHY, 2019. P.17)

Meihy (2019) apresenta uma acessível compreensão ao passo da identificação de elementos que constituem a estrutura conceitual de História Oral, assim é possível entender que ela contempla o modo como as pessoas olham para sua vida, modo de falar, a ordenação daquilo que falam. Este mundo interno é composto por emoções e sentimentos e em narrativas que possuem dimensões individuais e coletivas. Contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas. São visões particulares dos processos coletivos, as narrativas possuem dimensões que possibilitam o recuperar informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documentos.

A história Oral ganhou status de técnica moderna de documentação em 1948, quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias das personalidades importantes da história norte americana.

Segundo Tompson (1992) a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindo não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula a professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Leva a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ela ajuda os menos favorecidos, especialmente os idosos, a conquistarem dignidade e autoconfiança. Propicia o contato e a compreensão entre classes sociais e gerações. E para

cada um dos historiadores e outros que partilham da mesma intensão, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar ou época.

De acordo com Meihy (2019) ao falar sobre história oral, menciona que a primeira definição teórica requerida referiu-se à opção, mas também à definição entre uma história oral temática ou pelo trabalho com uma história de vida. Assim, vale ressaltar que há três tipos de história oral: a história oral instrumental, cumpre suas funções no registro, trabalho de captação das entrevistas e da passagem do oral pra o escrito, no arquivamento de disponibilidade pública, de acordo com os acertos prévios entre as partes.

A história oral plena ou também conhecida como pura, é compreendida como a mais completa, realiza por si, isto é, depois de elaboradas as entrevistas, é possível estabelecer uma análise de várias argumentações em uma narrativa, o que lhe garante em si autonomia e consistência analítica. Mais do que a história oral instrumental que apenas procede aos registros, a história oral plena exercita a análise fazendo entrevistas dialogarem. As análises nesse caso devem ser sempre comparativas, mesclando opiniões, pontos de vistas.

A história oral híbrida, difere-se da história oral instrumental por ir além do uso exclusivo das entrevistas, além das gravações, e por promover a mescla de análise derivadas das entrevistas cruzadas com os outros documentos. É importante frisar que não se trata de hierarquização ou dizer quem melhor, haja vista que a escolha depende muito do projeto a ser desenvolvido.

Segundo Ferreira e Amado (2002) o testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória, o que obriga o historiador a levar em conta perspectiva nem sempre presentes em outros trabalhos históricos; o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos e processo que muitas vezes não têm como ser esclarecidos por estarem ligados à vertente da história dos excluídos.

3.3. Educação Patrimonial e políticas públicas de inserção: uma breve abordagem

Ao longo da história do Brasil, várias manifestações pertinentes à legislação destacavam a necessidade da configuração vigente a ser cumprida. A reflexão que se segue, trata-se de uma breve contextualização referente ao amparo legal por meio de políticas públicas acerca da inserção e disseminação da educação patrimonial bem como a evolução do conceito de patrimônio na legislação. Desse modo, Lopes (2009) destaca

que em meados do século XVII, as autoridades da América portuguesa já mencionavam algumas preocupações com possíveis patrimônios, sendo enviadas as primeiras correspondências ao governador da capitania de Pernambuco, evidenciando uma das primeiras manifestações oficiais acerca do que se pode caracterizar como Patrimônio Histórico e Cultural.

Mais tarde, autoridades ordenaram aos presidentes de províncias que obtivessem coleção de toda a sorte de materiais, que remetessem à memória, para a Biblioteca Nacional além de recomendar que os responsáveis por reparos em monumentos tivesse cautela para que as inscrições neles gravadas não fossem danificadas.

Atualmente o órgão governamental que cuida do Patrimônio é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que nasceu como secretaria durante o governo de Getúlio Vargas, antiga SPHAN, em 1937. Em 1946 passa a se chamar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN, esse órgão vem trabalhando no sentido de concretizar a reconstrução pela sociedade de seu patrimônio histórico-cultural e acredita que a educação é um meio possível de efetivar esse processo.

Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN manifestou em documentos, iniciativa e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas, e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área. No anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens.

A criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi motivada, de um lado, por uma série de iniciativas institucionais regionais e, de outro, por clamores e alertas de intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, veiculados na grande imprensa brasileira.

Em 1923, foi apresentado um projeto com intuito de organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos do país, a autoria foi do deputado pernambucano Luiz

Cedro, que em seu artigo primeiro propôs a criação da Inspetoria de Monumentos Históricos do Brasil, porém não teve uma aceitação favorável.

Outras tentativas foram dando continuidade a projetos de proteção de patrimônios, o estado de Minas Gerais apresentou por meio do presidente Mello Viana por volta de 1925, propondo uma organização de uma comissão com a finalidade de estudar evitar o desvio de obras nacional para o exterior, a iniciativa não prosperou, contudo contribuiu para a constituição de alguns princípios contemplados na legislação brasileira.

Em 1937 em instâncias legislativas, um novo projeto é apresentado, passou por algumas alterações estruturais, mas foi aprovado, período em que aconteceu também o golpe de Estado efetivado por Vargas, entrando em vigor uma nova Constituição, a carta Magna. Essa contextualização fixa um marco na trajetória da preservação patrimonial no país, disseminando uma democratização plena no que se refere à legislação até chegar na constituição de 1988.

Ao longo desta abordagem, é possível visibilizar que tanto na esfera federal quanto estadual os passos legislativos estiveram em constantes ajustes. No que se refere a uma dimensão menor, ou seja, os municípios, estes, dificilmente apresentam um projeto que trate da preservação dos seus bens materiais e imateriais. O município de Pindaré-Mirim, por exemplo, tem uma representatividade significativa de patrimônios, como o Rio Pindaré que além de banhar outros municípios, é também o meio de sustento através das atividades pesqueira para muitas famílias, há também uma grande diversidade de manifestações culturais (caixeiras, capoeira, maculelê, danças folclóricas) e um dos principais cartões postal, o conjunto arquitetônico, monumento tombado já apresentado nesta pesquisa, o Engenho Central, apesar de ser tombado, de acordo com os levantamentos realizados, não há registro de projetos de lei municipal que proponha atividades preservação ou cunho educativo. Há uma suposta proposta no plano municipal de cultura, porém não colocado em prática, daí a relevância do desenvolvimento dessa discussão no sentido de apontar medidas pedagógicas que possam contribuir com representações coletivas.

Em se tratando de patrimônio cultural, é sabido que este assume um valor coletivo e constitui a riqueza e a herança de um povo. Esses bens podem ser observados através de testemunhos da própria cultura externando a importância de serem transmitidos

às próximas gerações. Por outro lado, a Educação Patrimonial apresenta-se como suporte de conhecimento a promover no indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo, assim, de modo coletivo, o sentido de pertencimento e valorização, elementos que podem sustentar a sensibilização de cunho social elevando o senso de preservação do patrimônio cultural.

É válido ressaltar que, a relação entre Educação e patrimônio começa a ser difundida com mais precisão em 1980 onde vem ganhando espaço uma concepção político-pedagógica mais progressista, sendo a Educação Patrimonial como favorecedora de processos de preservação mais participativos e dialógicos, fundamentados na diversidade cultural e nas liberdades a ela associadas. Essa compreensão não é recente e deriva das conjunturas político-culturais surgidas a partir da segunda metade do século XX, quando ocorreram importantes modificações sociais no mundo, vinculadas à globalização econômica e à mundialização da cultura, que influenciaram diretamente as ações educativas voltadas à preservação cultural, como o advento do discurso da diversidade cultural no bojo da contracultura, dos Estudos Culturais e das militâncias em favor dos direitos civis. a museóloga Maria Célia Santos, destaca que “o patrimônio cultural é como um referencial para o exercício da cidadania e do desenvolvimento social por meio do processo educativo” (2008, p. 16), por isso:

Cada vez mais torna-se necessária uma ação educativa que tenha como referencial o patrimônio cultural, considerando o seu rico de processo de construção e reconstrução. Sendo assim, as atividades pedagógicas deverão buscar, por meio de uma ação integrada com a comunidade, a qualificação do ‘fazer cultural’ local, buscando inseri-lo nos contextos nacional e internacional. (2008, p. 23)

Em consonância a essa contextualização pautada na importância das atividades pedagógicas, é importante ressaltar que embora a realidade escolar brasileira, foi e é marcada pela diversidade, ainda assim, há uma necessidade de materiais e suportes didáticos nas instituições de ensino. Essa realidade condiciona ao professor a busca por adaptações com recursos ao seu alcance favorecendo aí uma interlocução com seus alunos e demais envolvidos no processo.

Partiremos agora para uma discussão voltada para a inserção da Educação Patrimonial enquanto uma metodologia a ser disseminada para o ensino de História, desse modo, para alcançar diferentes vertentes, foram estabelecidas diversas linhas temáticas como a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, que implementou, dentre seus

temas, um específico para a promoção, educação e informação para o Patrimônio Cultural. Como condição para as ações de Educação Patrimonial propostas pelas Instituições de Ensino Superior, os projetos devem promover a vinculação social com o Patrimônio Cultural e ter como propósito a troca de saberes, acadêmicos e populares, com participação ativa dos grupos sociais envolvidos e de graduandos no desenvolvimento dos projetos. A inserção do Patrimônio Cultural nas Instituições de Educação Superior (IES) é oriunda da necessidade de ampliar e desenvolver esse campo de reflexão dentro da academia. O ProExt, instituído pelo Decreto 6.495, de 30 de junho de 2008, foi estabelecido para “[...] apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade” (BRASIL, 2008). Dentre seus oito objetivos destacam-se:

IV - fomentar programas e projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas; V - estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior; VI - contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares; VII - propiciar a democratização e difusão do conhecimento acadêmico; e VIII - fomentar o estreitamento dos vínculos entre as instituições de ensino superior e as comunidades populares do entorno. (BRASIL, 2008. INSTITUI O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA-PROEXT. Disponível:<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6495&ano=2008&ato=911c3a610dVpWT5aa>. Acesso em 10 de fevereiro 2021.

Com base ao destaque nos artigos expostos, é pertinente frisar que a inserção do tema patrimônio cultural é de fundamental importância levar a reflexão sobre a preservação do patrimônio à rede formal de ensino. Rampim (2014) contribui argumentando que duas principais estratégias foram utilizadas até 2015 por meio de parceria com o Ministério da Educação: no âmbito da educação básica, Programa Mais Educação (PME) foi instituído em 24 de abril de 2007, pela Portaria Normativa Interministerial nº17, visando “[...] fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar” (BRASIL, 2007) possibilitou a incorporação da atividade de educação patrimonial na perspectiva da educação integral; na educação superior, a aproximação se deu por meio do Programa de Extensão Universitária (ProExt), que dispõe de uma linha temática voltada ao patrimônio cultural.

Nessa perspectiva, entre 2009 e 2015, o Iphan manteve parceria com o MEC na elaboração anual do edital ProExt e na avaliação de propostas da linha temática de “preservação do patrimônio cultural brasileiro”. Assim como o Iphan, diversos ministérios, secretarias e autarquias foram notificados pelo MEC a contribuir na elaboração do edital, transformando a ação vinculada à extensão universitária em aproximações efetivas de suas políticas públicas. Ainda neste contexto, é com intuito de adaptação e continuidade de atividades voltadas para a diversidade cultural a ser trabalhada nas escolas, foi inserido o Programa Mais culturas nas Escolas. De acordo com Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010) que regulamentou o Programa Mais Educação-PME, a pretensão é aumentar o tempo de permanência das crianças, adolescentes e jovens nas escolas ou em outros espaços educativos, elevando a duração mínima de quatro para sete horas diárias (proposta lançada para o ensino integral, para as outras escolas o atendimento foi sugerido a ser trabalhado no contra turno de acordo com sua necessidade). Sob a orientação e obedecendo ao projeto pedagógico da escola, os alunos e as alunas são submetidos a atividades variadas, dentre as quais as relacionadas à cultura e às artes. Alguns princípios do Programa:

I – ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural; II – qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e expressão cultural; e III – gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimento da economia solidária do mercado cultural brasileiro. (BRASIL. Disponível em: [200http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6226.htm7](http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6226.htm7).) Acesso : 15 de fevereiro 2021.

Em complemento as medidas de iniciativas as desenvolvimento de atividades nos programas já mencionados há um instrumento de apoio pedagógico, o Plano de Atividade Cultural da Escola, apresentando algumas sugestões à Educação Patrimonial:

Educação Patrimonial-patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social: atividades participativas de formação cultural e aprendizado que promovam vivências, pesquisas e valorização de bens culturais de natureza material e imaterial referentes à memória e identidade cultural dos variados segmentos da população brasileira, como os monumentos e obras de arte, os modos de vida, as festas, as comidas, as danças, as brincadeiras, as palavras e expressões, saberes e fazeres da cultura brasileira, podendo incluir produção de materiais didáticos, realização de oficinas de transmissão de saberes tradicionais, pesquisas em arquivos e locais referenciais para a história e a identidade local, regional e nacional, dentre outras atividades [...]. (FNDE, 2012, s/p).

Tratar sobre inserção e aplicabilidade dessas estratégias por meio dos programas apresentados traz a tona que, mesmo não havendo uma intensidade atualmente, tais medidas constituem um potencial social, político e cultural, da relação entre a Educação e o Patrimônio Cultural. A Educação Patrimonial, sob a concepção político-educacional dialógica, sendo posta em prática em todos os procedimentos preservacionistas, da identificação de bens e manifestações culturais ao posterior ato jurídico relativo ao tipo de instrumento protecionista adequado, é uma condição do nosso tempo. Nesse sentido, quanto mais ações institucionais advindas dos órgãos públicos em parceria com a sociedade civil organizada, melhor, pois é preciso que se possa, na diversidade, chegar a consensos nas práticas, tanto quanto eles aparecem nos discursos podendo somar esforços para que a educação patrimonial conquiste maior inserção na formação escolar e no cotidiano das comunidades.

Nesse sentido, um importante marco legal do campo é a Portaria Iphan nº 137/2016, que estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio e que tem como objetivo instituir um conjunto de marcos referencial para a educação patrimonial enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural. O artigo 3º da referida portaria, que traz em seus incisos princípios importantes, como:

Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural, evidencia aspectos fundantes à ação no campo. (IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_d_e_abril_de_2016. Acesso em 14 de março, 2021

O incentivo voltado para a participação da comunidade juntos às ações educativas tornam-se cada vez mais relevantes para que na coletividade sejam inseridos diferentes saberes oriundos das suas referências culturais vivenciadas em contextos de significados associados à memória social do local e, também, produtora de ações educativas fortemente adequadas às especificidades de seus territórios, sendo um recurso fundamental para a mobilização social em torno do patrimônio cultural, para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento da identidade local e para a afirmação dos sujeitos que se expressam em diferentes dimensões, entre as quais a técnica, a simbólica

e a afetiva, que, nesse caso, muitas vezes, é resultado de processos de ressignificação da presente realidade.

No caso das ações educativas em prol da preservação e valorização do patrimônio cultural, em lugar de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados. Carlos Rodrigues Brandão fala que as políticas públicas na área deveriam associar continuamente os bens culturais:

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia (BRANDÃO, 1996, p. 51).

Tal afirmação enfatiza claramente sobre o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens, sobretudo no momento da identificação das referências culturais em processos de patrimonialização em especial a adoção do mecanismo de escuta e observação, pois com base a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais, as instituições públicas devem, mais do que propriamente determinar valores a priori, criar espaços de aprendizagem e interação que faculte a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio. Levantando em consideração a atual função do Engenho Central, objeto de pesquisa apresentado neste trabalho, em levantamentos realizados para o fomento dos resultados esperados, é perceptível observar como o processo de patrimonialização se deu principalmente pela mobilização da própria comunidade pindareense acionando órgãos competentes para subsidiar tal ação.

[...] a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida. JAQUELINE MOLL (2009, P. 15)

Nessa contextualização, a comunidade enquanto protagonista atua para descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa

construção dialógica como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida.

Dentro desse contexto, é possível ainda frisar que em 2009, a Coordenação de Educação Patrimonial, atualmente Núcleo de Educação Patrimonial, continua sistematizando resultados de encontros e seminários, com vistas a definir entendimentos institucionais em seu campo de atuação: a) I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio Período: 27 de novembro a 1 de dezembro de 2009 Local: Nova Olinda-CE O objetivo desse seminário foi avaliar a atuação das primeiras Casas do Patrimônio e também propor ao Iphan a criação de instrumentos legais e administrativos e elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, como garantia de sustentabilidade da proposta. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural Período: 13 a 16 de dezembro de 2009, Local: Ouro Preto-MG As mesas-redondas de educação patrimonial do Fórum, intituladas “Educação Patrimonial no Sistema Nacional de Patrimônio”, objetivaram identificar: a) os desafios para a formulação da Política Nacional de Educação Patrimonial; b) os desafios para a estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio, no que concerne à educação patrimonial; c) potencialidades e parcerias estratégicas para a formulação de políticas de educação patrimonial; d) ações estratégicas que devem ser implementadas em curto prazo (Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 2009).

Segundo Chagas (2013) em reunião, técnicos do IPHAN, representantes da Rede Casas do Patrimônio e outros agentes comprometidos com programas, projetos e ações nessa área de atuação, o evento procurou traçar estratégias para a construção e implementação de uma política nacional. Produto: texto base para uma política nacional no âmbito da educação patrimonial: eixos temáticos, diretrizes e ações (Encontro Nacional de Educação Patrimonial, 2011).

Nos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial, e uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada em todo o país.

Contudo, foram expostos aqui alguns desafios e possibilidades que se apresentam aos que trabalham, refletem e agem em torno do campo da educação patrimonial, ainda em construção no Brasil. O movimento de recuperar, valorizar e ressignificar a trajetória seguida por outros que, ao seu modo e em outros tempos, se debruçaram sobre a importante tarefa de encontrar ferramentas para valorizar e preservar

a memória e o patrimônio cultural brasileiro é fundamental para a construção coletiva de uma nova abordagem das ações educativas nesse campo.

Em suma, aqui foram postas medidas de políticas públicas e mediações realizadas por instituições no campo da educação patrimonial traçadas desde a ampliação de conceitos que constituem a base norteadora das suas práticas à multiplicação de ações educativas em todo o país, é notório que ainda haja a necessidade de estabelecer continuidade e garantir o cumprimento de diretrizes e princípios mínimos para as ações de educação patrimonial no âmbito institucional, diretrizes que foram consolidadas nos seguintes para sua legitimidade encontrada em alguns documentos (portarias, decretos, leis) e principalmente via Iphan como já supracitado ao longo desta discussão.

3.4 Paradidático e suporte tecnológico via QR code, contribuições na aprendizagem para o Ensino de História.

Aqui, buscamos destacar uma breve base conceitual referente ao paradidático e suporte tecnológico via QR code, bem como suas contribuições no processo de aprendizagem para o Ensino de História. De acordo com Menezes (2017) o termo paradidático surgiu como um adjetivo qualificando um tipo de publicação que a partir da década de 1970 começou a ganhar espaços pela produção editorial brasileira de modo a ser usada no contexto escolar surgiu também a necessidade de distinguir esses produtos dos livros didáticos tradicionais que sempre estiveram associados às disciplinas organizados em coleções seriadas para o uso do cotidiano.

Os paradidáticos tem como principal característica diferenciada por não pretender cobrir uma disciplina específica nem segmentos do ensino, vinculam-se a tratar de tópicos referentes a interesses curriculares trabalhados de forma mais especializada ou aprofundada podendo ser utilizado em diferentes momentos e níveis de ensino pela possibilidade de trabalhar de maneira transversal ou interdisciplinar. Ganham espaço para atividades complementares sendo um objeto de grande interesse e desenvolvimento de políticas públicas para educação bem como sendo instrumento de motivação para estudos e investigações em perspectivas diferenciadas pela transposição didática de conceitos e aplicabilidade além do uso e flexibilidade de manuseio e compreensão a temas abordados.

Do ponto de vista pedagógico, os paradidáticos são mais eficientes devido à sua leitura lúdica e ilustrativa, atraindo assim a atenção dos alunos.

[...] É importante lembrar que o grupo dos paradidáticos pode apresentar diferentes graus de didatismo. Fazem parte do mesmo conjunto obras praticamente equivalentes ao livro didático e outras onde a ficção se destaca. São aquelas que, através de uma história inventada, pretendem ensinar o leitor a não ter medo do dentista ou a amar a natureza. Em outras palavras, mesmo lançando mão da ficção e da linguagem poética, os livros paradidáticos têm sempre e sempre o intuito final de passar algum tipo de lição ou informação objetiva e esclarecedora. (AZEVEDO, 1998, p. 02)

A essa afirmativa, é possível destacar que o trabalho pedagógico de construção de conceitos nas aulas de História requer respeito pelo conhecimento e pelo conjunto de representações que o aluno traz para a sala de aula. Tendo como referência suas representações, “o aluno tem a possibilidade de efetivar suas próprias ideias sobre os fenômenos do mundo social” (Schmidt 2004, p.61-62).

Segundo Moniot (1993) alguns conceitos são considerados chaves para o processo de compreensão da História, tais como tempo histórico e espaço, sociedade e relações sociais, trabalho e cultura. Como possibilidades cognitivas, devem ser desenvolvidos desde os primeiros anos de escolarização. Experiências significativas têm sido realizadas no cotidiano escolar envolvendo a história de vida da criança, a história local, a história oral, documentos e objetos biográficos da criança, da família e da comunidade.

Consideramos a educação patrimonial e histórica como parte do processo de alfabetização, pois possibilita leituras e a compreensão do mundo, bem como de trajetórias temporais e históricas, o professor, ao ensinar História, incorpora as noções transmitidas no processo de socialização do estudante no mundo vivido fora da escola, na família, no trabalho, nos espaços de lazer, nos diversos ambientes sociais e educativos. As metodologias propostas para o ensino de História, na atualidade, exigem uma permanente atualização, investigação e incorporação de diferentes fontes, e respeito às especificidades de cada uma delas.

Vale ressaltar que, a importância dos livros paradidáticos nas escolas aumentou principalmente no final da década de 90, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e orientou para a abordagem de temas transversais relacionados ao desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, abriu-se espaço para o aumento da produção de obras para serem utilizados em sala de aula, abordando temas como Ética, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Saúde e Sexualidade.

Em referencia ao código QR code enquanto suporte tecnológico para o processo ensino aprendizagem, trata-se em uma explicação simplificada como um quadrado preto e branco com uma sequência de pontos impressos com a capacidade de nos direcionar para alguma página na web, agilizar o processo de acessar o download de um aplicativo específico ou até mesmo o uso em casos mais estratégicos, como automatizar a conexão.

O QR Code - código bidimensional tem como uma das suas principais características a capacidade de armazenar uma variedade e quantidade de dados, tem surgido um número grande de utilizações práticas, com evidentes benefícios em muitas áreas inclusive ao campo educacional por se tratar de um acervo de documentos ou outros elementos em uma sua natureza criativa como apresentada no produto educacional desta pesquisa. Em suma, consideramos como um suporte tecnológico de ampla acessibilidade e criatividade.

4. FEITURA DO PRODUTO EDUCACIONAL - ENGENHO DE ANZOL PEQUENO: LUGAR DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

O prédio sede do Engenho Central São Pedro foi inaugurado em 16 de agosto de 1884. Possui forma retangular medindo 1,8 mil m² de área construída em três pavimentos, com paredes externas em alvenaria aparente de tijolos maciços, tendo agregado em sua parte externa posterior uma chaminé com a altura de cem pés ingleses, cerca de 30 metros. A estrutura do telhado foi confeccionada com ferro, sustentada por 44 colunas do mesmo material, coberta com telhas onduladas de zinco. Toda a estrutura metálica, o maquinário e a aparelhagem foram fornecidos pela firma inglesa Fawcett, Preston & Cia, de Liverpool, que providenciou, com sua equipe de engenheiros, mecânicos, operários e pedreiro, a construção do Engenho e da via férrea para transporte da cana.

A produção historiográfica sobre o Engenho Central ou sobre o a história de Pindaré-Mirim ainda é incipiente. Vale ressaltar que no ano de 2008, em uma tese de mestrado em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, a pindareense Maria Zenaide Costa, apresentou “ A festa de Pindaré- Mirim: nos trilhos da história a afirmação de uma identidade ” esse registro é uma das poucas fontes historiográficas local, o que torna ainda mais relevante a proposta desta pesquisa, no sentido de divulgar a investigação acadêmica e a necessidade de levar ao conhecimento da História do Maranhão traz dimensão reflexiva sobre origens e identidades que consequentemente contemplam a constituição dos municípios e formação social do Maranhão.

Com o título “ENGENHO DE ANZOL PEQUENO: lugar de memória e Educação Patrimonial” é parte integrante desta pesquisa, o produto pedagógico em formato de manual para professores. traz em suas primeiras páginas uma mensagem ao público-alvo que são os professores nível II do Ensino Fundamental. O manual pedagógico tem por objetivo geral, propor sugestões para a prática docente vinculada não somente à disciplina de História, mas contemplando outras áreas do conhecimento. O referido produto respalda-se de maneira significativa por ser pioneiro a ser apresentado na região do Vale do Pindaré e para a historiografia maranhense. O objeto de investigação apresentado como base de estudos é o conjunto arquitetônico e Cultural Engenho Central de Pindaré-Mirim entendido como um lugar de memória, sendo também instrumento

propício para ser explorado na construção do conhecimento histórico e cultural na perspectiva da Educação patrimonial e interdisciplinar.

Sua estrutura está organizada em capítulos, o primeiro, apresenta um recorte geográfico referente a Pindaré-Mirim e o seu vínculo identitário com o monumento, bem como uma breve justificativa pela escolha do título apresentado. Em sequência temos o Engenho Central e alguns aspectos que marcaram seu período fabril, mas principalmente ações desenvolvidas no período entendido como processo de patrimonialização a partir de 1997 a meados de 2021. Ao longo dos capítulos estão vinculados algumas sessões, de modo a citar: “Saiba mais”- refere-se ao destaque de algumas

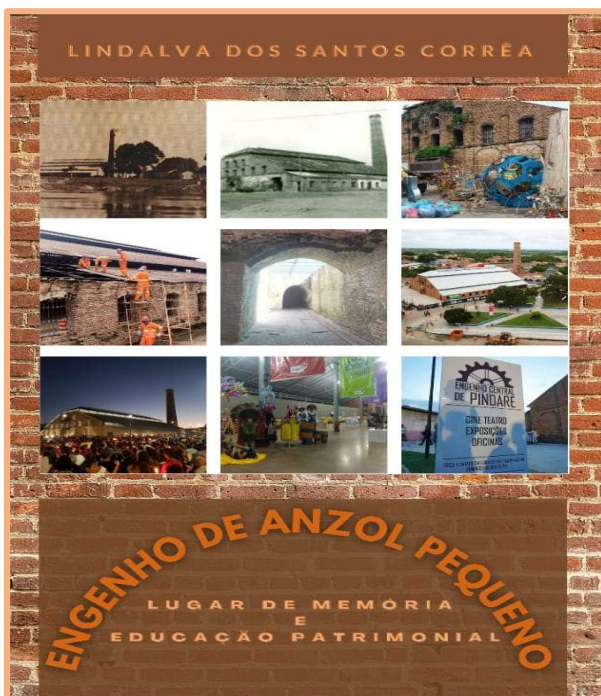


IMAGEM18- Capa ilustrativa do Produto Pedagógico. Fonte própria, junho 2021

informações adicionais de acordo com a necessidade de fomento para cada assunto abordado; encontra-se também em destaque a sessão “Na prática” nela, encontram-se sugestões e orientações ao professor que tiver de posse do material, além de fotografias expostas ao longo dos capítulos tem-se o QR code, ao serem acessados via câmera do celular levam a galeria de fotografias e documentos que mostram projetos arquitetônicos referentes a obra de revitalização do Engenho Central, as fotografias são de autoria de moradores, arquivo pessoal- resultado de um das etapas da pesquisa de campo; Rede social-página de facebook/ Instagram-Engenho Central; Sites de órgãos competentes que correspondem ao Patrimônio, como o Iphan e, a Secretaria de Cultura do Maranhão; Portal Pindaré; Enquanto isso Pindaré; Wellington James- Membro do grupo social Filhos de Pindaré.

Em seguida o capítulo conhecendo o Engenho Central foi elaborado com intuito de apresentar aspectos relevantes desde a implantação em solo maranhense aos dias atuais 2021 estão em destaque a instalação do Engenho de São Pedro bem como as vantagens e desvantagens de suas instalações Vale ressaltar quem encontra-se em maior descrição na dissertação o qual é este material é parte construída ainda no segundo

capítulo são mencionados os desafios enfrentados e as ações que foram desenvolvidas a partir dos anos 90 quando o engenho já não disponibilizava de maquinários ou de devido funcionamento em sua produtividade. Ah também o registro de ações realizadas por populares membros de diferentes segmentos culturais e social que estiveram em Ação a partir do ano de 1997 e foram-se alternando em ações frequentes até 2016 sendo o ápice das mobilizações que antecederam a obra de revitalização do Engenho.

Estão em destaque também uma breve discussão pautada em conceitos básicos sobre a educação patrimonial e suas possibilidades de aplicabilidade além do ensino de história em uma linha interdisciplinar dando ao leitor a abertura de conhecer as etapas da prática da educação patrimonial

Inseridos ainda algumas orientações nas sessões na prática e saiba mais sugestões de subsídios que podem auxiliar o professor durante o exercício da sua prática finalizando a descrição do capítulo do produto apresentamos a importância da interdisciplinaridade vinculada a metodologia da educação patrimonial bem como seus objetivos específicos para um projeto interdisciplinar conceito de patrimônio cultural legislação medidas que podem ser tomadas para preservar um patrimônio por fim são apresentadas sugestões que podem ser aplicadas a outras áreas do conhecimento tendo como foco O Engenho Central e conseqüentemente as contribuições de aprendizagem

Entre as disciplinas sugeridas estão língua portuguesa com a sugestão para a produção de escrita podendo ser explorado os gêneros textuais o que permite uma aprendizagem significativa indiferentes aspectos explorados a partir da prática da observação. A disciplina matemática ganha espaço no diálogo interdisciplinar por garantir a possibilidade de explorar O Engenho Central pela prática das aulas referentes a cálculos de alturas medidas podendo também trabalhar ângulos volumes valores além dos planos geométricos que podem ser analisados em forma de gráficos e tabulação de materiais de acervos.

Ciências, o monumento pode ser usado para estudar as forças da gravidade formatos tamanhos das salas cuidados e preservação da arborização externa e preservação do meio ambiente pela proximidade do monumento com o rio Pindaré.

Tanto o Engenho Central como o Rio a cidade Pindaré-Mirim estão continuamente sendo alvo de produções artísticas em diferentes aspectos fotografias

música artesanato danças peças teatrais pinturas em diferentes estilos produções de mídias poesias entre outros assim a representatividade para a disciplina de arte contempla a diversidade de meios a serem explorados também é possível que seja realizado orientações de produções técnicas e habilidades diversas seja na produção de poesias músicas paródias peças teatrais produção de letras jogo de cores colagem produção de vídeo entre outras atividades em que o professor pode sugerir a partir dos conhecimentos prévios e das novas informações adquiridas para a disciplina de arte na disciplina de geografia o Engenho Central pode ser explorado nas aulas correspondente a elaboração de mapas plantas de edificações podem ser trabalhados o regionalismo características locais alternativas de preservação para melhor aprimorar para melhor aprimoramento assim como outras disciplinas os QR code podem auxiliar uma vez que as sugestões inseridas ao longo do produto pedagógico

Tem-se também como sugestão o uso da tecnologia em uma maior dimensão além do uso dos QR code, pois o suporte tecnológico favorece a organização de um diálogo interdisciplinar entre as disciplinas seja na produção de painéis informativos visitas online organização de sites páginas de divulgação que podem ser acessadas por via QR code, o diálogo de história se dá por meio de algumas sugestões e orientações apresentadas no final do manual podendo ser adaptadas de acordo com a necessidade de cada prática docente são sugeridas atividades com perguntas abertas e fechadas motivadas para abertura de pesquisas meios de utilização do Engenho e seus aspectos relevantes para cada disciplina já sugerida.

Embora não esteja o resultado da aplicabilidade por professores específico em cada área sugerida, o manual foi organizado detalhadamente com as possibilidades e amostras de que na prática é possível realizar todas as etapas de atividades sugeridas uma vez que estão registradas instrumentos acessíveis e com abertura adaptativa correspondente aos objetivos a serem traçados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância de (re)conhecer as próprias raízes fortalecidas em que reside um forte conhecimento de si mesmo e daquilo já vivido expressado como um sentimento de pertença, consideramos que a realização desta pesquisa alcançou a proposta dos objetivos que foram lançados, assim em uma breve retrospectiva, destacamos que ao iniciar a ideia da produção de um projeto que pudesse contemplar um dos maiores anseios de pesquisa não somente como com olhar de morador ou amantes da cultura local mas principalmente pela inquietação e necessidade de legitimar a organização expressiva de memórias e conhecimentos prévios de leitura de mundo sobre o Engenho Central, aos poucos a modelagem de uma pesquisa foi ganhando vida oportunidades de relacionar história e memória, cidade e monumento, ensino de história.

Ao buscar fundamentos na perspectiva da memória individual e memória coletiva foi possível traçar um paralelo de compreensão em reconhecer que o conhecimento histórico está ligado ao processo de ensino e aprendizagem não somente pelas palavras, mas pela representatividade da memória e seus elementos que condicionam a rememoração aos desafios do campo historiográfico de maneira singular trazer Pindaré-Mirim nas opulências da memória coletiva foi também permitir o aprofundamento conceitual da memória como uma força que sobrevive em uma intensidade e estímulos coletivos ao que já foi vivido trazendo também a importância da história oral assim como a ligação do monumento com a sua localidade de fixação que permeiam em contextos históricos diferentes mas com laços de representatividade em comum para além da perspectiva material

Priorizar abordagem sobre o Ensino de História e a Educação Patrimonial, foi uma oportunidade de trazer a importância deste ensino, apesar dos desafios, foi possível refletir e propor o conhecimento histórico em uma construção aprofundada de conceitos que podem nortear metodologias assim como a educação patrimonial por trazer suas contribuições teóricas e fundamentos instrumentalizados em uma contextualização possível de produção e reprodução.

A feitura do manual pedagógico produto desta pesquisa, juntamente com a referida dissertação caracterizou-se como um desafio lançado, mas que foi concretizado da melhor maneira e, por ser uma estrutura pioneira ao campo educacional do Vale do Pindaré e para a historiografia maranhense foi organizado como uma abertura para novos

trabalhos sejam produzidos, de modo geral. A comunidade escolar, ganha um produto feito com sentimento de pertença baseado na idealização de cada detalhe oriundas das vivências ao longo da pesquisa de campo, mas também firmado no olhar crítico e ao conhecimento histórico, apresentar o Engenho Central como lugar de memória e suas possibilidades de aprendizagem para educação patrimonial vinculado ao ensino de História na perspectiva interdisciplinar, reafirma a necessidade e relevância da disseminação de trabalhos que possam auxiliar professores em suas práticas. Vale ressaltar ainda que, objeto de pesquisa aqui explorado, não faz parte apenas da história local ou do Maranhão, mas sim, do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Gabriel Fleck de. **O museu e a praça: educação patrimonial e ensino de História.** In: GIL, Carmem Zeli.; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org). **Patrimônio Cultural e Ensino de História.** – Ed.- Porto Alegre, RS: Edelbra, 2014.
- ABREU, Regina. **Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil.** In: TARDY, Cécile & DODEBEI, Vera. **Memória e Novos Patrimônios.** Marseille: Open Edition Press, 2015, p. 67-93.
- ABREU, Regina. **Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação.** SOCIEDADE E CULTURA, V. 8, N. 2, JUL./DEZ. 2005, P. 37-52.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALMEIDA, Eliane de Sousa. **O patrimônio edificado do Centro Histórico de Caxias-MA: entre a materialidade e a imaterialidade.** / Eliane de Sousa Almeida. Teresina:2008 166 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) UFPI.
- _____. **Patrimônio cultural e memórias: percorrendo os dias e sentindo a cidade de Caxias.** In: MELO, Salânia; PESSOA, Jordânia. (org.) **Percorrendo Becos e Travessas: feitos e olhares das histórias de Caxias.** Teresina: Edufpi, 2010.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** S. Paulo: Pioneira, 2004. 203p.
- BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo, Cortez Editora, 2009.
- _____. **O saber histórico na sala de aula.** 12. ed. – 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto. 2013.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história fundamentos e métodos.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.** In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.p.197-221. (Obras escolhidas, v.1).
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRANDÃO, Vera. **Labirintos da memória: quem eu sou?.** São Paulo. Ed. Paulus. 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.), 1984. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense
- BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a História: metodologia de ensino da história.** Curitiba: Base Editorial, 2012.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora 2008.

CALDEIRAS, José de Ribamar Chaves. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense: 1875-1885.** Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos.** In: Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARVALHO, Carlos Jesus de. **Ascensão e crise da lavoura algodoeira do Maranhão: 1760-1910.** Dissertação (Mestrado) – Universidade federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** (Memória e Sociedade). DIFEL: Bertrand do Brasil, 1988.

CHAGAS, Mario. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação.** In CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória.** Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura.** São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2006

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio.** tradução: Teresa Castro. Edições 70, LDA, 2017.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil,** - Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Patrimônio cultural: Proteção legal e constitucional.** Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

FILHO, Alan Kardec Gomes Pachêco Filho; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz, PEREIRA; Josenildo de Jesus (Organizadores). **São Luís 400 anos: (con) tradição de uma cidade histórica** - São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; PEDRO, Pedro. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** – Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. 63 p.: il.; 28 cm.

FONSECA, M. C. L. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.** In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GHIRARDELLO, Nilson. SPISSO, Beatriz. **Patrimônio histórico: como e por que preservar/coordenação de:** e colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.] Bauru, SP: Canal 6, 2008.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Práticas pedagógicas em história: espaço, tempo e corporeidade.** Erechim: Edelbra, 2012.

_____. **Patrimônio Cultural e ensino de história: reflexões sobre a remoção de uma vila de classes populares.** In: GASPAROTTO, Alessandra; DE FRAGA, Hilda Jaqueline; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. (Org.). **Ensino de história no CONESUL – Patrimônio cultural, territórios e fronteiras.** Porto Alegre: Evangraf / UNIPAMPA Jaguarão, 2013, p. 147-162.

GIL, Carmem Zeli.; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org). **Patrimônio Cultural e Ensino de História.** – Ed.- Porto Alegre, RS: Edelbra, 2014.

GONÇALVES, Janice. **Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural.** Mouseion, Canoas, N. 18, dezembro 2014.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial / Evelina Grunberg.** __ Brasília, DF: IPHAN, 2007. 24 p. 21 cm.

_____. **Guia de Orientação Metodológica Para Monitores. Oficina Descobrimos Tesouros.** Projeto Escola Aberta, UNESCO, Governo do Estado de Pernambuco. Recife PE. Junho, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade.** 7. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOBBSAWM, E. **A Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira e outros. **Guia Básico de Educação Patr**
Museu Imperial. IPHAN - MINC. Brasília, 1999.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Educação patrimonial: da teoria à prática**. -
Londrina: Ed. UNIFIL, 2009, 108p.

MARTINS, Paulo Cesar. “**Novos patrimônios para o Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980**” IN: *Estud. hist.* (Rio J. vol.29 no.57 Rio de Janeiro JAN./ abr. 2016)

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes paradigmáticos. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/paradidaticos/>>. Acesso em: 25 maio de 2021

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MUSICA: **coração daqui** Composição: Chico Mirim, uma homenagem ao município de Pindaré- Mirim.

NADAI, Elza. **O ensino de História e a “pedagogia do cidadão”**. In: PINKY, Jaime (Org). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo. : Contexto. 2006.

NASCIMENTO, Lúcia Moreira do. **As alterações nos projetos de praças para a conservação de Centros Históricos**. O caso de São Luís do Maranhão. Recife. 2004. (Dissertação em Mestrado em Desenvolvimento urbano-Universidade Federal do Pernambuco-UFPE).

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação**. *Antíteses*, v.7, n.14, Londrina, 2014, p. 45-67.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. São Paulo, vol. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Regina Soares de. **Historia: A reflexão e a pratica de ensino**. – São Paulo: Ed. Blucher. 2012.

OLIVEIRA, Sonia de. **A construção da Identidade Infantil: (A sociopsicomotricidade Ramain -Thiers e a ampliação do espaço terapêutico)**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1996.

ORÍ, R. **Educação Patrimonial: conhecer para preservar**. 2005. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acesso em: 1^o maio 2020.

PAXECO, Fran. **Geografia do Maranhão**, São Luís: 1921.

PAXECO, Fran. **Os interesses maranhenses**. São Luís, 1904.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. – São Paulo: Brasiliense, 2009.

PÉREZ, Carmen Lucia Vidal; TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAÚJO, Mairce da Silva. (orgs.) **Memórias e Patrimônios: Experiências em Formação de Professores**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

PERRUCCI, Gadiel. **A república das usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Rev. Bras. Hist. vol.27 no.53 São Paulo Jan./Jun 2007.

PESSOA, Jordânia Maria. **Entre a tradição e a modernidade a Belle Époque caxiense: práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX**. Imperatriz: Ética, 2009.

PINSKY, Jaime, PINKY, Carla Bassanezi. **Por uma História prazerosa e consequente**. In: História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. Carnal, Leandro (org.). - 5. ed. 1^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Maria Helena. **Evidências Patrimoniais para a Educação histórica: uma experiência educativa no Centro Histórico de Guimaraes**. Currículo sem Fronteiras, v.7, n^o1, p.171-185, Jan/Jun. 2007.

PONTES, Anna Maria de Lira. **Memórias, vivências, alegoria: as ruínas do Centro Histórico de João Pessoa**. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil** - Rio de Janeiro: Ed. Mauad X: FAPERJ, 2012.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais**. In: **Tempo**. Rio de Janeiro, n, 2, p.59-72, dez, 1996.

POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências e Letras**. n. 27. Porto Alegre. FAPA. Jan - jun 2000, p. 13-24.

REVISÃO DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA. **Dossiê: Educação Histórica e a pratica da sala de aula**. - REDUH/Laboratório de Pesquisa de Educação Histórica da UFPR: Editoração: Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schimidt: Coord. Editorial: Lidiane Camila Lourençato. Lucas Pydd Nechi, Thiago Augusto Divardim de Oliveira; Editoração Eletrônica: Cesar Sousa, n^o 5 (Jan/Abril/-2014). Curitiba: LAPEDUH, 2014

REVISTA POR DENTRO DA HISTÓRIA – **Revista de educação patrimonial**, Ano 1 Nº 1, janeiro /2009, Contagem – MG.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas, Editora da Un 2007. p.451-466.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **A Escrita da História Escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ROSSI, Paolo. **O passado a memória o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. tradução Nilson Moulin. - São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos; ABRANTES, Elizabeth Sousa. **Sugestões Didático-metodológicas para o ensino de História**. – São Luís: EDUEMA, 2012.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva** – Beatriz Sarlo; tradução Rosa Freire d’Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHIMDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel, MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e Ensino de História**. - Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** -23. Ed. E atual.- São Paulo, 2007.

SILVA FILHO, José Oliveira da. **A história capturada: São Luís pelas lentes de Gaudêncio Cunha (1895-1908)**. - São Luís: EDUEMA,2012.

SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta.(orgs.) **Ensino de história, memória e cultura**. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2013

SIMÃO. Maria Cristina. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOARES, André Luís Ramos (org.). **Educação Patrimonial: Relatos e Experiências**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

SOUZA, Ana Carina Calixto de. **A Importância da Educação patrimonial para a preservação dos Patrimônios Históricos e Arquitetônicos do Recife**. Autentica .2016
STEPHANOU, Maria. Evidências da História, memórias entretidas: experiências e novas aproximações educativas em torno do patrimônio. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (orgs.). **Patrimônio cultural e ensino de História**. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

TOLENTINO, Átila B. (org). **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. *Caderno Temático de Educação Patrimonial nº03*. João Pessoa: Iphan, 2013, pp 27-31.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara em seu passado econômico, social e político**. São Luís, Fundação Cultural do Maranhão, 1977. (Coleção São Luís-6).

ZUCCHI, Bianca Barbagallo. **O ensino de história nos anos iniciais do c fundamental**: Teoria conceitos e uso de fontes. São Paulo: Edições SM, 2012.

_____. Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 124, p. 4-5, 1 jul. 2008. Seção 1.

_____. Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 86, p. 3-6, 8 maio 2009a. Seção 1.

_____. Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a "Carta de Serviços ao Cidadão" e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 153, p. 5-6, 12 ago. 2009b. Seção 1.

_____. Decreto nº. 7.083, de 27 de janeiro de 2010, Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 18A, p. 2-3, 27 jan. 2010. Seção 1. Edição Extra.

_____. Edital nº 1, de 22 de junho de 2005, Concurso público para provimento de vagas em cargos de nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 119, p. 9- 13, 23 jun. 2005. Seção 3.

_____. Edital nº 1, de 23 de setembro de 2009, Concurso público para provimento de vagas em cargos de nível superior e de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 183, p. 11-19, 24 set. 2009c. Seção 3.

_____. Lei Ordinária nº 378, de 13 de janeiro de 1937, Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, DF, n. 12, p. 1.210-1.220, 15 jan. 1937. Seção 1.

_____. Plano plurianual 2004-2007: relatório anual de avaliação: ano base 2005: exercício 2006. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2006.

_____. Plano plurianual 2012-2015. Lei n. 12.953: Lei Revisão PPA. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2014.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº. 1, de 4 de outubro de 2007, Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 215, p. 8, 8 nov. 2007b. Seção 1.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº. 17, de 24 de abril de 2007, Institui o Programa Mais Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 80, p. 5-6, 26 de abril de 2007c. Seção 1.

_____. Portaria nº. 971, de 09 de outubro de 2009, Institui no âmbito do Ministério da Educação o Programa Ensino Médio Inovador. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 195, p. 52, 13 out. 2009d. Seção 1.

_____. Publicação online do IPHAN consolida diretrizes da Educação Patrimonial no Brasil. 2014. Disponível em: . Acesso em: 6 abr. 2015.

COMERCIAL DO MARANHÃO. Relatório. São Luís, 1887. ASSOCIAÇÃO

COMERCIAL DO MARANHÃO. Relatório. São Luís, 1888. ASSOCIAÇÃO

COMERCIAL DO MARANHÃO. Relatório. São Luís, 1889. ASSOCIAÇÃO

COMERCIAL DO MARANHÃO. Relatório. São Luís, 1890. ASSOCIAÇÃO

Relatório de dois anos de governo do Dr. Luís Domingues: 1910- 1911

JORNAIS A PACOTILHA, São Luís, 11 de fevereiro de 1890. p. 1.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 1, 15 de junho de 1875.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 10, 30 de outubro de 1875.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 11, 15 de novembro de 1875.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 14, 30 de dezembro de 1875.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 16, 30 de janeiro de 1876.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 17, 15 de fevereiro de 1876.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 18, 29 de fevereiro de 1876.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 20, 30 de março de 1876. p. 166.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 3, 15 de julho de 1875.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 4, 30 de julho de 1875. p. 36. [276]

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 7, 15 de setembro de 1875.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 8, 30 de setembro de 1875.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 1, n. 9, 15 de outubro de 1875.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 2, n. 5, 15 de setembro de 1876.

JORNAL DA LAVOURA, São Luís, Ano 2, n. 10, 30 de novembro de 1876.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996> . Acesso: 24 de novembro, 2020.

_____. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso: 22 de fevereiro, 2021)

_____. Decreto **DECRETO Nº 6.226, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6226.htm 7.) Acesso : 15 de fevereiro 2021

_____. Institui o Programa de Extensão Universitária-PROEXT. Disponível: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6495&ano=2008&ato=911c3a610dVpWT5aa>. Acesso em 10 de fevereiro 2021.

IPHAN, PORTARIA Nº 137 DE 28 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016. acesso

_____. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Histórico, conceitos e processos**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Educacao_Patrimonial_m.pdfm. Acesso: 03 de abril, 2021.

JUNIOR, William. **Engenho Central recebe nesta quarta-feira(13) o Simpósio Regional de Ensino de Física**. Portal Pindaré, Pindaré-Mirim, 12 nov. 2019. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/engenho-central-recebe-nesta-quarta-feira-o-simposio-regional-de-ensino-de-fisica/>. Acesso em: 10 de dezembro 2020

_____. **I Encontro de Escritores do Vale do Pindaré será realizado no Centro Cultural Engenho Central**. Portal Pindaré, Pindaré-Mirim, 24 set. 2019. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/i-encontro-de-escritores-do-vale-do-pindare-sera-realizado-no-centro-cultural-engenho-central/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020

_____. **Exposição de pinturas feitas por crianças e adolescentes de Pindaré Mirim chama atenção no Engenho Central**. Portal Pindaré, Pindaré-Mirim, 11 ago. 2019. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/exposicao-de-pinturas-feitas-por-criancas-e-adolescentes-de-pindare-mirim-chama-atencao-no-engenho-central/>. Acesso em: 16 janeiro 2021

_____. **Dia 28 de julho tem “Cordel Pindaré Mirim 96 anos” no Engenho Central**. Portal Pindaré, Pindaré-Mirim, 22 jul. 2019. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/dia-28-de-julho-tem-cordel-pindare-mirim-96-anos-no-engenho-central/>. Acesso em: 19 de fevereiro 2021

_____. **Realizado em Pindaré Mirim o Tributo ao mestre João Cruz.** Portal Pindaré, Pindaré-Mirim, 10 jun. 2019. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/realizado-em-pindare-mirim-o-tributo-ao-mestre-joao-cruz/>. Acesso em: 22 julho de 2020

_____. **Casa de Cultura Engenho Central em Pindaré Mirim recebe mais de 15 mil visitas em 2019.** Portal Pindaré, Pindaré-Mirim, 03 jan. 2019. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/casa-de-cultura-engenho-central-em-pindare-mirim-recebe-mais-de-15-mil-visitas-em-2019/>. Acesso em: 10 de maio 2021

_____. **Pindaré – Cerca de 150 crianças participam de oficina de incentivo a leitura na Casa de Cultura Engenho Central.** Portal Pindaré, Pindaré-Mirim, 23 fev. 2019. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/pindare-cerca-de-150-criancas-participam-de-oficina-de-incentivo-a-leitura-na-casa-de-cultura-engenho-central/>. Acesso em: 23 de maio de 2021

_____. **Centro Cultural Engenho Central promove evento carnavalesco para crianças.** Portal Pindaré, Pindaré-Mirim, 01 fev. 2020. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/centro-cultural-engenho-central-promove-evento-carnavalesco-para-criancas/>. Acesso em: 23 de abril 2021

_____. William. **Exposição “Memórias do Carnaval” atrai centenas de visitantes na Casa de Cultura Engenho Central em Pindaré.** Portal Pindaré, Pindaré-Mirim, 20 fev. 2020. Disponível em: <http://portalpindare.com.br/index.php/exposicao-memorias-do-carnaval-atrai-centenas-de-visitantes-na-casa-de-cultura-engenho-central-em-pindare/>. Acesso em 05 de maio 2021